

Universidade do Estado de Minas Gerais

Ana Maria da Silva

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO CULTURARTE EM VENDA NOVA/BH
E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM ARQUIVO, UM ACERVO E SUA
GUARDIÃ**

Belo Horizonte, agosto 2016

Ana Maria da Silva

**MEMÓRIAS DO MOVIMENTO CULTURARTE EM VENDA NOVA/BH
E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM ARQUIVO, UM ACERVO E SUA
GUARDIÃ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para aquisição do título de Mestre ao Programa de Pós- Graduação em Educação Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE-UEMG)

Orientadora: Karla Cunha Pádua

Co-orientadora: Lana Mara Castro Siman

Linha de Pesquisa 1: Culturas, Memórias e Linguagens em Processos Educativos.

Belo Horizonte, agosto 2016

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é um momento de recordar a trajetória, o percurso. Tempo de rememorar os que direta ou indiretamente estiveram ao nosso lado e manifestar que essa presença foi muito importante para conclusão desse processo.

Agradeço a Dilma Scaldaferri que me incentivou a dar o primeiro passo para o ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Suas palavras de apoio, sua colaboração e parceria foram muito importantes.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, professores e funcionários que, apesar de todos os contratempos do contexto atual, garantiram o ambiente acolhedor.

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Karla Cunha Pádua, presente, solidária e assertiva. Parceira nesse processo que, às vezes, se fez doloroso, sofrido e difícil de ser vencido. Agradeço também a Professora Doutora Lana Mara Castro Siman, minha co-orientadora, por suas indicações e observações preciosas para decisões e encaminhamentos importantes no processo da pesquisa.

Agradeço ainda, ao grupo de Pesquisa Polis e Mnemosine, lugar de aprender, conviver e desenvolver o ofício da pesquisa. Incluo ainda os colegas da turma VI: Agda, Isabella, Kelly, Lóren, Nágela, Márcio e Regina Márcia, parceiros/as em momentos de risos, lágrimas, troca de informações, compartilhamento de ideias e incentivadores da persistência.

Agradeço e peço desculpas a minha família pela ausência, pela ansiedade, às vezes, irritabilidade. Grata por estar ao meu lado, a certeza do amor de vocês é componente imprescindível para minha caminhada. Incluo aqui a minha família do coração, amigos parceiros e solidários em todos os momentos.

Finalmente, agradeço a D. Lúcia César dos Santos por confiar e permitir a utilização de seu arquivo pessoal, evidências suas que também são evidências de um tempo e vivências de diferentes atores sociais em Venda Nova.

"Si el professor [...] está inmerso en el sistema y es impermeable a lo que podría perturbarle, difícilmente podrá estimular a otros para que se definan a si mismos como individuos . Pero si, por el contrario, está dispuesto a adoptar la posición del que regresa a casa y a crear una nueva perspectiva sobre lo que habitualmente ha considerado como real, entonces su enseñanza puede convertirse en parte del proyecto existencial de una persona vitalmente abierta a sus estudiantes y al mundo.[...] Estará continuamente obligado a interpretar y reinterpretar una realidad siempre nueva. Se sentirá más vivo que nunca . (GREENE, Maxine, El Professor como extranjero, p. 85)

RESUMO

A pesquisa analisa a atuação do movimento Culturarte como mobilizador de esforços para preservação, conservação e disseminação da memória e da história de Venda Nova. Identifica nesse percurso, as práticas empreendidas e as para ações educativas que transcendam os espaços tradicionais da educação formal e resultem em experiências vivenciadas de forma a suscitar aprendizagens significativas. Nesse contexto, através de pesquisa documental, demonstra-se como há uma necessidade de registro e reflexão sobre os processos em tramitação nessa localidade que hoje se constitui no eixo prioritário de crescimento da cidade e que tem uma história tricentenária, que é necessário conhecer e preservar. Partindo da compreensão dos sujeitos sociais e históricos dessa região da e na cidade e dos registros do Culturarte, procura-se compreender o sentido urbano por eles construído, a partir de seus sujeitos que são provocados por seus lugares e vivências e, que despertam os sentidos, conduzem a (re) construir significados sobre a cidade, a vida social e sobre si mesmos e sobre o que é necessário conhecer e preservar. Pensar nas marcas traçadas no tempo passado e presente, por histórias vividas, contadas e recontadas, espaços, sons e patrimônios, no tempo ou na memória dos que viveram, vivem e re-vivem, pressupõe refletir sobre construções que não são dadas ou naturais. Esse diálogo faz despontar a multiplicidade de olhares sobre a história da cidade e a diversidade que se instala no ambiente urbano. O Culturarte de Venda Nova tem uma especificidade enquanto movimento social pois, sua pauta prioritária é a cultura em sua dimensão antropológica mais ampla e a História e a Memória locais como um direito a ser conquistado, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, quando define e delimita ações de preservação do patrimônio em consonância e colaboração com as comunidades. O percurso técnico-metodológico da pesquisa é pautado na perspectiva de uma abordagem multidisciplinar que transita pelas Ciências Sociais, a História Cultural e a Educação e, tem a análise documental, como uma das proposta de método de investigação. As informações trabalhadas são oriundas do estudo do acervo documental constituído pelos participantes do movimento Culturarte, principalmente sua liderança de maior destaque, a Sra. Lúcia César dos Santos que desde o ano 1989, quando da fundação do Culturarte, empreende ações para localizar, reproduzir, guardar e divulgar a história de Venda Nova. A escuta a esses documentos, constituídos em um movimento rico e desafiador ao longo de duas décadas,

obedece aos cuidados de estabelecer com eles e seus produtores uma relação dialógica no sentido de perceber-se o que está para além das informações registradas nestes suportes.

Palavras Chaves: Memória, História, Educação, Venda Nova.

ABREVIATURAS

ARVN – Administração Regional de Venda Nova

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCPVN – Congresso Comunitário e Popular de Venda Nova

CCVN – Centro Cultural de Venda Nova

GEREDVN – Gerência Regional de Educação de Venda Nova

GEDC – Gerência de Educação Integral, direitos Humanos e Cidadania

FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais

LABEPH - Laboratório de Ensino e Pesquisa em História

LMIC - Lei Municipal de Incentivo à Cultura

PEI- Programa Escola Integrada

PRODASEC/URBANO - Programas de Ações Sócio-Educativas e Culturais
para as Populações Carentes Urbanas

SARMUVN - Secretaria de Administração Municipal de Venda Nova

SMED/BH – Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

UNAVEN – União das Associações de Moradores de Venda Nova

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. PAPÉIS AVULSOS: CONTANDO UMA HISTÓRIA E REVELANDO MEMÓRIAS.....	18
3. UM LUGAR E SEUS MOVIMENTOS NA HISTÓRIA: CONHECENDO OS ATORES SOCIAIS E SEU PALCO DE ATUAÇÃO.....	34
3.1.O Palco: Os movimentos sociais urbanos das décadas de 1980.....	42
3.2. Os atores sociais envolvidos.....	48
4. TRABALHOS DE MEMÓRIA E SEUS TRANSBORDAMENTOS: UMA GUARDIÃ DA HISTÓRIA LOCAL.....	59
4.1 A Comissão de História do Culturarte, o trabalho de D. Lúcia e seus transbordamentos.....	74
5. CONCLUSÃO.....	91
6. REFERÊNCIAS.....	95
7. ANEXOS.....	105

1. INTRODUÇÃO

No processo de constituir o corpo epistemológico deste trabalho me perdi! A guisa de elaborar um trabalho com rigor acadêmico caí em armadilhas que me levaram a lugares arriscados. A banca de qualificação foi uma bússola para apontar o norte e me recolocar nos trilhos. Nesse trajeto de recomeço, o primeiro passo foi revisitar minha história como discente do curso de História e docente desta disciplina, para entender como se processou o meu encontro com os atores sociais que elenquei como objeto de investigação desta pesquisa. O que narro a seguir, é essa trajetória do que passei. Portanto, falo da minha experiência e é dela que emana a força motriz que impulsiona este trabalho.

Durante a banca de qualificação a Prof^a. Sônia Miranda me fez a seguinte indagação: a quem pertence uma dissertação? Esse questionamento reverberou em minhas reflexões durante todo o processo da escrita. Um dos elementos que postergaram o meu ingresso no mestrado foi o receio de estar apenas cumprindo um ritual acadêmico e construindo um trabalho que permanecesse apenas nos estandes de dissertações e teses, sem nunca alcançar o chão da escola, lugar de interação e vivências provocadoras de minhas inquietações docentes, incentivo para a reflexão permanente dos processos que levo a termo no exercício desse ofício.

Aqui lanço mão de um postulado freiriano na Pedagogia da Autonomia, obra relevante em minha formação e de onde extrai o carisma que me guia no exercício da atividade docente, em diferentes espaços formativos onde atuei e atuo. Freire (2002, p.55) fala que para ensinar há que se ter consciência do inacabamento. O professor “é um aventureiro responsável disposto a mudança e à aceitação do diferente”, ou pelo menos deveria ser. “Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se”, porém repito a “franquia de mim mesmo, radical ante os outros e o mundo mesmo [...] é a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento”. É imersa nessa consciência do inacabamento que mergulhei no universo da pesquisa, não para constar, mas para efetivamente me permitir um processo formativo e contributivo para mim e para outrem.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, nos lembra Freire (2002, p.32). Via de mão dupla que deve estar em constante trânsito. E completa: “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” Respondendo então a um dos sentidos de a quem pertence esta dissertação, ela me pertence enquanto docente em constante formação. Talvez por isso o objeto em foco neste trabalho tem sua escolha alicerçada nas experiências que vivi.

Uma das possibilidades de se pensar a Educação, se dá a partir do par experiência/sentido, sobre o qual nos provoca Larossa (2002, p.21-22) em suas Notas sobre a Experiência.

Pensar não é somente “raciocinar” ou “Calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é, sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece... A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca... Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.

Quando Larossa fala da raridade da experiência refere-se ao moto contínuo da velocidade de nossas vivências, nesses tempos de sociedade da informação. Informação que, por si só, não é conhecimento. Alerta que para que algo nos aconteça ou nos toque, há que se ter um gesto de interrupção. Um gesto que:

Requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LAROSSA, 2002, p. 19)

A provocação da banca de qualificação me tirou do lugar. Revisitar minha experiência foi a parada para olhar, escutar, pensar e falar. É o que faço a seguir, narro esta trilha para revelar como fui construindo esse percurso para chegar a delimitação do objeto de investigação desta pesquisa.

O meu contato com o lugar Venda Nova, paisagem onde se descortina a trama desta investigação acadêmica, se deu pelo meu nascimento. Não seria “filha da terra” como dizem os antigos daqui, mas por força de facilidade de acesso, meu registro civil, foi realizado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Venda Nova, e não em Santa Luzia como

deveria. Minha família, como muitas na década de 1970, mudou-se para região pela facilidade de aquisição de terrenos a baixo custo. Passei minha infância, juventude e vida adulta interagindo com as realidades locais. Com as tradições, os movimentos sociais, as dificuldades de acesso a bens culturais engajada nos movimentos pastorais. Quando iniciei minha graduação em História, em 1991, durante uma conversa informal onde revelávamos nossos desejos e expectativas com relação ao curso, neste momento, manifestei que um dos meus desejos era *compreender a história do local onde morava*. Sabia que era uma região muito antiga, mas queria entender mais sobre os processos históricos da constituição dessa região. Uma colega de turma disse que isso já fora realizado e sua mãe era a responsável, me daria o livro publicado a partir do seu trabalho. Esse foi o meu primeiro contato com o Culturarte, D. Lúcia César dos Santos e a Comissão de História de Venda Nova. Mudei de instituição de ensino, perdi o contato com a colega, mas ganhara o livro, que não respondeu satisfatoriamente as minhas indagações sobre meu lugar de residência. Minhas inquietações históricas sobre Venda Nova ficaram em estado de latência.

Nos semestres finais da minha graduação, ao cursar uma disciplina sobre Cultura e Cidades, na qual fomos impulsionados a explorar a nossa cidade como objeto de investigação e reflexão, a curiosidade de outrora despertou e retomei o contato com a colega do início da graduação, solicitando a apresentação formal a D. Lúcia. Naquele momento meu objetivo era saber um pouco mais desse movimento pela recuperação da história de Venda Nova.

A narrativa do encontro é necessária, pois permite dar uma dimensão da paixão dessa senhora por seu trabalho. Nessa época ela residia em uma chácara localizada próxima a Praça Fernando Jardim, destaco o nome da praça pela importância que ela dá a esse lugar, aliás, os lugares são muito importante para ela. No portão me recebeu com um riso largo, falou de suas dificuldades de locomoção devido a um acidente e já me apresentou a suas plantas, outra paixão que cultivava e também outra de suas frentes de batalha. relatei o motivo de minha visita, conversamos e ela contou-me a história do Culturarte, da Comissão de História, da publicação do livro e mostrou vários documentos que guardava para registrar o trabalho do grupo. Fui seduzida! Deste encontro para colher informações para um trabalho acadêmico da graduação fui arremessada para o pelotão de D. Lúcia César e entrei para o movimento, me tornei militante da cultura de Venda Nova e da cidade de Belo Horizonte. Atuei nesse lugar em processos importantes para a implantação da política de descentralização cultural e

implantação dos centros de cultura da cidade, bem como em ações da Comissão de História propostas por D. Lúcia.

Entre 1995 e 2003 atuei junto com D. Lúcia, e outros moradores, nesta Comissão de História de Venda Nova. Vivenciei o cotidiano dessa senhora de ideias férteis no tocante a proposição de projetos, na tentativa de reconstruir a história local através de registros diversos, e em diferentes suportes. Tudo interessava a D. Lúcia.

Neste período, intensificou sua cruzada na busca de fotografias antigas junto aos moradores do denominado Centro Histórico e comercial. As reproduzia em duas técnicas diferente, xérox e reprografia a laser (muito similar a fotografia e de reprodução mais barata). Com o xérox procurava identificar a cena, o cenário e os personagens. Criou uma ficha descritiva para essas imagens e passou a divulgá-las no jornal local em uma coluna denominada “Memória Visual de Venda Nova”. Suas ideias eram discutidas nas reuniões do movimento uma vez por mês, na sede da Administração Regional e em encontros específicos da Comissão de História. Foi uma dessas ideias que me levou a ser proponente, em 1999, de um projeto junto ao Fundo de Projetos Culturais da Lei Municipal de Cultura de Belo Horizonte. O projeto visava o recolhimento de depoimentos de antigos moradores de Venda Nova para falar sobre o seu testemunho da história local. A proposta foi aprovada e executada entre 1999 e 2000, como o Culturarte não era um a instituição com registro oficial e não poderia ser proponente junto a LMIC/BH, aceitei a tarefa de ser a proponente pelo Movimento de tal empreitada.

“A História de Venda Nova através de Fontes Orais”, nome dado ao projeto aprovado pelo Fundo da Lei Municipal de Cultura de Belo Horizonte, constituiu-se em uma experiência de muito aprendizado. Foi um trabalho realizado de forma intuitiva, pois eu tinha pouquíssima experiência em pesquisa e não contava com o suporte da orientação de uma instituição de pesquisa, mas fui estabelecendo uma agenda de trabalho a partir de leituras e referências recebidas no bacharelado em História, que cursara entre 1995 e 1997, na UFMG. Na monografia de conclusão do curso trabalhei com o impacto do processo de metropolização do Centro Comercial e Histórico de Venda Nova sobre seus moradores mais antigos, utilizando a metodologia da História Oral. Assim, a partir dessa vivência, ainda incipiente com a pesquisa, parti para o campo no intuito de constituir os roteiros das entrevistas. Revisitei os arquivos que foram objeto de pesquisa do trabalho realizado em 1991 pela equipe da Inscriptum

Pesquisas Históricas¹. Consultei também outros acervos arquivísticos, que não foram objeto de investigação destes pesquisadores em 1991, e que abrigavam informações sobre Venda Nova, como o Arquivo da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte e o Arquivo da Diocese de Mariana. Meu objetivo era preencher lacunas, ver o que não fora percebido e principalmente, responder a um incômodo que me acompanhava. Observava que os integrantes da Comissão de História do Culturarte, ao solicitar a pesquisa da Inscriptum, queriam revelar a história de Venda Nova para dar sentido ao seu lugar de pertencimento, dar importância para a região, manifestar sua identidade, confirmar sua origem. O empenho persistente de D. Lúcia revelava que o esse objetivo ainda não fora alcançado.

Através desse contato com os diferentes tipos de documentos, inclusive, alguns itens que consegui acessar que não estavam disponíveis em 1991, queria perceber o que ainda não fora revelado sobre esse lugar para subsidiar a escuta e as conversas com os doze moradores elencados para entrevista, os quais me foram indicados pela Comissão de História do Culturarte, mais especificamente por D. Lúcia César.

Das conversas com esses doze personagens, um elemento ficou registrado muito fortemente, sua identificação com a região, seu pertencimento, sua identidade vendanovense. Os depoimentos se tornaram uma publicação, pois era desejo da Comissão de História ter materiais para serem distribuídos para as escolas da região como forma de subsidiar o trabalho de professores, principalmente das séries iniciais, para o ensino da história local. Encerrado este trabalho fui nomeada para ao cargo de professora municipal e ingressei nos quadros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, como docente da modalidade do Ensino Fundamental. Não tinha mais disponibilidade para atuar ativamente na Comissão e nem participar das reuniões do Culturarte, pois trabalhava à noite. Mas não encerrei os vínculos com esse trabalho, sempre que precisavam de alguém para algum projeto relacionado à história local era chamada ou convocada já que agora era funcionária pública municipal, me tornei referência junto com D. Lúcia.

¹ Inscriptum Pesquisas Históricas – Empresa de pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Eduardo França Paiva responsável entre 1991 e 1992 por pesquisas sobre a história de Venda Nova nos séculos XVIII e XIX, encomendas pelo movimento Culturarte. As pesquisas resultaram em uma monografia publicada pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte com o título de “Venda Nova Séculos VXIII e XIX: Um estudo de História Regional”.

Assim, quando o administrador regional sentiu a necessidade de dar unicidade a um acervo disperso e mal acondicionado na sede da administração de Venda Nova, fui convocada a elaborar um projeto para organizá-lo, e desse trabalho surgiu a exposição permanente Memorial do Caminho, que ainda pode ser vista no saguão da sede da Secretaria de Administração Regional Municipal de Venda Nova - SARMUVN. Quando a gerência de cultura foi realizar o concurso “A História de Venda Nova em Contos Causos de Venda Nova para Crianças e Jovens”, fui convocada para integrar a Comissão Organizadora. Essas atividades eram realizadas em paralelo a atuação em sala de aula, espaço, onde hoje analiso, não fiz reverberar minha experiência e acúmulo sobre história local como ferramenta de trabalho. Na atuação como docente, naquele momento, pouco explorei os conhecimentos adquiridos na atuação militante. A passagem por este lugar foi rápida, apenas dois anos em sala de aula e um ano na coordenação pedagógica. Vencido o estágio probatório, fui convidada a integrar a equipe pedagógica da Gerência Regional de Educação de Venda Nova – GEREDVN, atuando como Acompanhante de Escola por um ano e seis meses.

Em 2007, a convite da Prof^a Maria Antonieta Antunes Cunha, então presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte- FMC, assumi a Coordenação do Centro Cultural de Venda Nova- CCVN, e posteriormente a gerência deste equipamento. Neste espaço sim minha vivência junto ao movimento cultural e à Comissão de História foi elemento imprescindível para a execução de algumas tarefas do trabalho.

O Centro Cultural Venda Nova, no momento em que foi inaugurado, teve com uma de suas primeiras ações a realização de uma exposição que retratava a memória de sua implantação. D. Lúcia destinou a este equipamento, ao ser implantado, parte de seu acervo que passou a constituir o que denominamos, naquele momento, de Acervo Memória do Centro Cultural Venda Nova². Além desses itens, a Administração Regional também destinou a este equipamento o acervo da extinta Gerência Regional de Cultural (fotos, livros e documentos textuais). Neste espaço estava em contato com todo o material arrolado pela Comissão de História do Culturarte e com a possibilidade real de sua utilização, pois um dos projetos executados pelos Centros Culturais Locais era o Patrimônio Cultural Comunitário Local, que entre suas ações previa atividades de Educação Patrimonial e ações voltadas para essa área

² O Acervo Memória do Centro Cultural Venda Nova foi constituído em 2007, a partir das doações de D. Lúcia César e da transferência do acervo da extinta Gerência regional de Cultura de Venda Nova.

para todas as faixas etárias. A partir deste acervo e de minhas vivências com e na Comissão de História, propus e executei junto com a equipe de profissionais deste equipamento diversos projetos e atividades a partir destes materiais.

Uma dessas ações era executada nos encontros do grupo de terceira idade, denominado Senhores e Senhoras do Tempo, nessa proposta de grupo de reminiscências, as fotografias e instrumentos musicais da Corporação Musical Santo Antônio de Venda Nova, foram utilizados como elementos provocadores da lembrança para suscitar recordações e iniciar a conversa em rodas de memória realizada nos encontros do grupo ao longo de mais de cinco anos de sua realização da atividade.

As visitas guiadas ao Centro Cultural tinham na Memória e no Patrimônio local seu mote de trabalho e, principalmente em 2011, por ocasião das comemorações do tricentenário da região, foram utilizados itens do Acervo Memória, como atrações e elementos para organizar o circuito de atividades oferecidas às escolas públicas e particulares, tanto da região como de cidades vizinhas, como Ribeirão das Neves.

O acervo era utilizado também como fonte de pesquisa acadêmica e foi em uma dessas ocasiões que se deu o encontro da história do Culturarte, da Comissão de História de Venda Nova e da minha história com o LABHEP/UFMG e, posteriormente, com o Polis Mnemosine da UEMG. Durante um projeto de pesquisa sobre a história da Escola Municipal Antônio Gomes Horta e seu entorno, coordenado pela a Prof^a Dilma Scaldafer, então integrante do LABHEP/UFMG, ela acessou o Centro Cultural em busca de informações para o seu trabalho. Desse encontro surgiu a parceria que se estendeu para além de minha gestão no Centro Cultural e a Prof^a Dilma apresentou essa história de Venda Nova para as Professoras Lana Mara de Castro Siman e Karla Cunha Pádua, e propuseram o projeto “Educar pela Cidade: Memória e Patrimônio Cultural e Ambiental”, em um edital da FAPEMIG/CAPES para Educação Básica. Foi nesse encontro com o grupo de pesquisa que desembarquei no mestrado em Educação. Recordando esse processo lembrei que foi durante a inauguração do Centro de Memória Regional que recebi a notícia e o incentivo para participar do processo seletivo do mestrado da UEMG.

No pré-projeto apresentado já imaginara trabalhar com o meu acúmulo de experiências com a História de Venda Nova e as minhas vivências como profissional da Educação. A História de

Venda Nova estava presente na proposta, mas o recorte ainda era um caminho a ser trilhado. A formulação do problema a ser investigado, demonstrou ser uma etapa difícil e trabalhosa no planejamento da pesquisa. Apesar de todo o trabalho realizado para demarcação do objeto, o processo de qualificação, apontou que ajustes eram necessários. O desapegar-se ainda não se efetivara daí a necessidade de revisitar minha história, de rever o caminho percorrido. Nesse exercício alguns pontos foram aparecendo de forma mais clara e na reflexão sobre tudo o que passei e que me aconteceu, posso agora com maior clareza, descrever o que quero apresentar à comunidade acadêmica e a esse tempo, como meu trabalho de investigação e pesquisa no Mestrado em Educação.

Esta proposta de investigação demarca, em um cenário maior, o processo de transformação na região de Venda Nova, decorrente a expansão urbana, acelerada a partir de sua anexação definitiva a Belo Horizonte, e que teve como consequência a destruição de seu patrimônio material e imaterial. Esses processos provocaram incômodos em um grupo de moradores desta localidade que, em um processo de mobilização amplo, efetuou um recorte em sua pauta de reivindicações apontando para a causa da memória histórica de Venda Nova.

“Nas cidades, a dinâmica da vida social se refaz e as lógicas comunitárias se redefinem” afirma Knauss no prefácio da *Cidade, Memória e Educação* (2013, p. 10). A empreitada abraçada pelo Culturarte ao longo de mais de duas décadas de atuação, desencadeou projetos diversos que vão da pesquisa sobre as origens de Venda Nova no século XVIII, até a aprovação, através da mobilização em torno do Orçamento Participativo, de um Centro Cultural e mais recentemente, através da articulação de forças políticas locais, a implementação de um Centro de Referência da Memória Regional de Venda Nova. Equipamento este construído no único bem tombado da região, o Casarão da Rua Boa Vista ou Casarão Azul e Branco³. Esta edificação foi reconstruída, pois um incêndio em julho de 2007 praticamente destruiu toda a sua estrutura, que datava de fins do século XIX.

³ O Casarão da Rua Boa Vista ou Casa Azul e Branco, referência à pintura externa das janelas e paredes da edificação, segundo registros data do último quartel do século XIX e foi residência de Luis Cornélio da Siqueira, personagem importante no processo de mobilização para candidatura do Distrito de Belo Horizonte, antigo Curral D’el Rey como lugar para a construção da nova Capital de Minas Gerais. Descontente com a indenização para pelo seu patrimônio pela Comissão Construtora da Cidade de Minas, mudou-se para Venda Nova e lá edificou o belo sobrado que se destacou e até hoje se destaca, na paisagem local.

Esse contexto demonstra como há uma necessidade de registro e reflexão sobre os processos em tramitação nessa localidade, que hoje se constitui no eixo prioritário de crescimento da cidade de Belo Horizonte, e que tem uma história tricentenária, que é necessário conhecer e preservar. Propomos fazer isso partindo da compreensão dos sujeitos sociais e históricos dessa região da e na cidade e dos registros do Culturarte preservados por D. Lúcia César, pois “A compreensão do sentido urbano é feita a partir de seus sujeitos que são provocados por seus lugares e vivências que despertam os sentidos e conduzem a (re) construir significados sobre a cidade, a vida social e sobre si mesmos.” (KNAUSS, 2013, p.10).

Portanto essa é também, uma proposta de interesse para a história da cidade e seus movimentos reivindicatórios e que nos fornece arsenal didático para premissa de uma educação transformadora e geradora de sentidos em um espaço “preche de questões vivas, atinentes a vida concreta, preches de necessidades de ativação da consciência histórica enquanto ferramenta de leitura de mundo” (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 17)

Siman e Miranda (2013, p. 19) trazem a reflexão sobre a potencialidade educadora da cidade e os direitos dos que nela habitam a Memória e a cidadania plena, como campo para pesquisa em Educação:

As questões interpostas pelo debate público em torno dos deveres de Memória e do direito a cidade e a cidadania, tem trazido para sociedade brasileira e para o campo investigativo do ensino de História, novos desafios, novos conflitos dentre os quais a educação com a cidade encontra-se dentre os mais importantes. (SIMAN e MIRANDA, 2013, p.19)

A proposta de pesquisa desenvolvida dialoga com esse direito à memória e essa potencialidade da cidade enquanto objeto de investigação para pesquisa em educação, ao trazer para esse cenário um espaço, um lugar, os sujeitos e suas ações na busca da garantia de um direito. Destaco também as possibilidades para a atuação docente no ensino da história local, e também nas possibilidades transdisciplinares a partir dos resultados alcançados.

Além disso, ao proceder à identificação, organização e sistematização de uma parte do acervo constituído pelo Culturarte, esperamos que este possa ser destinado ao lugar pretendido pelos militantes da Comissão de História, ou seja, ao Centro de Memória Regional de Venda Nova⁴

⁴ O Centro de Memória Regional de Venda Nova foi inaugurado em 2013. O equipamento público está instalado em duas salas do Casarão Azul na Rua Boa Vista 11, no centro histórico e comercial de Venda Nova.

, disponibilizando para Venda Nova e para Belo Horizonte parte importante de sua memória e história.

Nesta perspectiva, esta pesquisa se propôs a sistematizar a história da Comissão de História do Culturarte e do movimento em si, registrada nos documentos dispersos recolhidos através das ações do grupo de pesquisa Polis e Mnemosine, da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FAE/UEMG), e que necessitam ser resguardados, ainda mais nesse momento histórico em que emergem discussões sobre a importância do patrimônio cultural e o papel da escola na sua valorização e preservação.

Neste intuito percorremos trilhas que passam pelo surgimento e organização dos movimentos populares de Venda Nova, através dos Congressos Populares, de onde emergiu um grupo de pessoas mobilizadas para a proposição e composição de um movimento Cultural, o Culturarte e da constituição como um dos setores deste grupo, de uma Comissão de História. Esse percurso foi realizado através de uma pesquisa documental em um arquivo pessoal da líder comunitária Lúcia César dos Santos. Os seguintes questionamentos foram o ponto de partida da pesquisa: Como os temas da história, da memória e da educação aparecem nas discussões do Culturarte? Qual o porquê da criação de uma Comissão de História? Que estratégias foram utilizadas nos processos de investigação para recuperação de dados da história local? Que referências culturais da história de Venda Nova foram selecionadas para a preservação? Que mobilizações e práticas se efetivaram, principalmente na educação, em torno dessas referências? De que forma se manifesta a dimensão educativa da Comissão de História do Culturarte? Diante de tais questionamentos, elaboramos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Analisar a atuação do Movimento Cultural de Venda Nova enquanto mobilizador de esforços na busca de reconstruir uma história local através de sua Comissão de História, a partir dos registros documentais guardados por D. Lúcia César dos Santos.

O espaço é compartilhado pela administração da UMEI Venda Nova, fato que ocasiona desconforto e limitação para os dois equipamentos, limitando as ações do Centro de Memória que atualmente é um anexo do Centro Cultural de Venda Nova.

Objetivos Específicos

- Identificar, organizar e sistematizar a documentação produzida pelo Culturarte e preservada por D. Lúcia César dos Santos;
- Analisar as propostas da Comissão de História do Culturarte para Venda Nova buscando entender os motivadores, suas estratégias de atuação e os resultados alcançados;
- Refletir sobre as possibilidades educativas desse referencial histórico em ações e práticas educacionais empreendidas no Centro Cultural Venda Nova, nas ações de execução do Projeto Patrimônio Cultural Comunitário.

Para alcançar tais objetivos o desenho para apresentação deste trabalho de pesquisa foi estruturado na seguinte organização:

- ✓ No capítulo **Papéis Avulsos: Contando Uma História e Revelando Memórias** descrevo os percursos metodológicos, a opção por trabalhar com o acervo documental de D. Lúcia César e os desafios do método de análise documental.
- ✓ No capítulo **Conhecendo os atores e seu palco de atuação**, apresento os atores sociais do Movimento Culturarte, os processos que levaram a mobilização deste grupo e a constituição de uma Comissão de História como braço atuante deste movimento.
- ✓ **Trabalhos de Memória: Uma Guardiã da História Local** é o capítulo para destacar o papel de D. Lúcia César dos Santos como grande personagem desta história. Para a tarefa, utilizei como referência uma entrevista dada ao “Projeto Educar pela Cidade: memória e patrimônio cultural e ambiental”⁵, as entrevistas que ela deu para jornais de grande circulação na cidade falando do seu trabalho e também os jornais locais. Ainda a análise de suas anotações pessoais que integram os documentos, aquelas em que faz uma retomada de sua trajetória, do Culturarte e da Comissão de História. Há ainda uma entrevista que ela concedeu em 2012 para a pesquisa de mestrado da historiadora Lizziane Melo de Barros, da PUC Minas, sobre a implantação dos Centros Culturais Locais.

⁵ Pesquisa coordenada pelas professoras Karla Cunha Pádua e Lana Mara de Castro Siman, financiada pelo Edital 13/2012, Pesquisa em Educação Básica, Acordo Capes/Fapemig, da qual participei como integrante da equipe.

- ✓ A articulação com a Educação se faz em **A Comissão de História do Culturarte, o trabalho de D. Lúcia e seus Transbordamentos**. Neste item do capítulo 4, utilizo um conceito dos pesquisadores da Fundação Itaú Cultural nas investigações sobre os impactos do Programa Escola Integrada nas escolas de Belo Horizonte, o **Transbordamento**, para falar dos desdobramentos do trabalho de D. Lúcia e da Comissão de História presente nas ações das atividades de Educação Patrimonial do Centro Cultural Venda Nova, principalmente em 2011, ano do Tricentenário de Venda Nova, e da implantação do Centro de Memória Regional e as possibilidades educativas para o ensino da história local.

2. PAPÉIS AVULSOS: CONTANDO UMA HISTÓRIA E REVELANDO MEMÓRIAS

Um campo do saber fundamentalmente mestiço, assim Charlot (2006, p.9) define o que denomina Ciências da Educação. Nesse território, saberes diversos se interpelam fecundamente possibilitando o enveredar do pesquisador desta seara por múltiplos campos disciplinares. Nesse cenário reside sua fragilidade, como nos alerta Charlot, ao apontar que as características descritas a tornam por definição, “uma disciplina epistemologicamente fraca: mal definida, de fronteiras tênues, de conceitos fluidos” (p. CHARLOT, 2006, p. 9). O pesquisador que desenvolve pesquisas na área da educação será sempre interpelado sobre o objeto de sua pesquisa no sentido de enquadrá-lo em um campo disciplinar tradicional. No entanto, essa aparente fragilidade, dá a este campo de pesquisa a capacidade disciplinar de afrontar complexidades e contradições típicas da contemporaneidade.

Aventurar-me por esse debate do lugar da educação no universo das ciências, não é o objetivo pretendido, a reflexão de Charlot aqui apresentada é para introduzir a caracterização desta pesquisa que se insere no campo da pesquisa qualitativa, enquanto espaço para estudar fenômenos humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em uma localidade da cidade, através de um processo que demanda uma compreensão do contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado em uma perspectiva integrada. Assim, o recorte desta pesquisa é o ambiente de movimentação de atores sociais que reivindicam o direito a uma dimensão de sua cultura local através da história e da memória. Como método de apreender e aprender as questões implícitas nessa trilha que liga o Culturarte, através de sua Comissão de História, às ações educativas oriundas deste trabalho empreendido, a pesquisa documental foi elencada como instrumento para análise de uma narrativa construída pela líder comunitária Lúcia César dos Santos que, ao longo de três décadas, colecionou e organizou um conjunto de documentos sobre a história de Venda Nova⁶, da cidade de Belo Horizonte.

O olhar se dá pelo campo da educação, nas estradas da história, percorrendo um caminho de diálogo com os registros documentais do Culturarte e de sua Comissão de História. No princípio dos trabalhos, a ação foi a de revirar os papéis e os documentos do acervo de D. Lúcia César, em busca de elementos que revelassem a história do Movimento Cultural de

⁶ O trabalho da Comissão de História teve sempre como referência o território desta região em sua configuração como distrito da cidade de Belo Horizonte. A história que se pretendia resgatar era a do distrito.

Venda Nova. Uma reflexão que norteia o trabalho é a apontada na perspectiva de Bloch (2001, p.83) quando destaca que os documentos não surgem espontaneamente e que a sua origem é um elemento a ser considerado no ato da análise dos mesmos.

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. A sua presença ou a ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo, deriva de causas humanas que não escapam de modo alguma análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam, eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Quando realizamos um trabalho investigativo, procurando por documentos e registros esquecidos, atuamos em uma perspectiva indiciária, em busca da passagem da memória ausente da história oficial através das gerações. Esse acervo poderia passar despercebido ao olhar das ciências, mas se apresentou como pistas para o processo investigativo de um movimento da cidade que acena com possibilidades de revelar nuances da vida urbana que poderiam se perder, não fosse a abertura da academia para uma líder comunitária e sua causa: preservar documentos, guardando papéis que contam a história de uma região da cidade e seus movimentos.

Quando digo perspectiva indiciária, remeto-me ao pensamento de Ginzburg (1990, p 155-154) desenvolvido na obra *Mitos, Emblemas e Sinais*, em que situa a história entre as ciências dos indícios. Os papéis avulsos acumulados por D. Lúcia César, são indícios, pistas de processos vivenciados por um grupo social, em uma região específica de Belo Horizonte, pois das múltiplas cidades que habitam as metrópoles modernas, uma infinidade de registros se perdem em armários, gavetas, arquivos, caixas esquecidas em repartições, em estantes entulhadas de papéis que provavelmente nunca serão lidos, e por que não, ouvidos. Nesses arquivos esquecidos, seja em espaços públicos ou em depósitos e porões de particulares repousam possibilidade e oportunidades preciosas para o historiador comprometido com o ofício de historiar. Machado (2008, p. 9) evoca o engajamento do historiador ao afirmar que há um compromisso implícito nesse ofício e, esse argumento norteou o percurso reflexivo deste trabalho, pois foi essa provocação um dos elementos que suscitaram a configuração do objeto de pesquisa com o qual dialoguei ao longo da pesquisa. Machado nos diz que:

A história, assim como o canto, não pode ser uma traição à vida e, é claro que, para o historiador comprometido com a transformação social, só é justo historiar se a

nossa história arrasta consigo a voz daqueles que jamais puderam se expressar. [...] Para o historiador o passado só tem sentido quando seu presente o instiga a visitá-lo. (MACHADO, 2008, p. 9)

O comprometimento e o engajamento do profissional da história e seu ofício nas ciências, como apresentado na introdução, foram elementos constitutivos do impulso para configuração deste objeto, cito ainda sobre este aspecto a afirmação de Hobsbawm (1998, p. 149), que apresenta em seu *Sobre a História*, uma reflexão que considero importante a ser considerada no ofício do historiador, trata-se mais uma vez, do engajamento:

Qualquer que seja o caso nas ciências naturais – sobre as quais não tenho competência para discorrer – o argumento é incontestável nas ciências sociais. É difícil imaginar algum dos grandes fundadores da economia que não estivesse profundamente comprometido politicamente, pela mesma razão que é difícil imaginar algum grande cientista da medicina que não estivesse profundamente comprometido em curar a doença humana. As ciências sociais são essencialmente “ciências aplicadas”, destinadas, para usar a frase de Marx, a transformar o mundo e não somente interpretá-lo (ou, então, explicar porque ele não precisa ser transformado).

“As falas singulares, as vozes únicas são frequentemente poeiras de palavras que nada – aparentemente emana ao tempo, a não ser, talvez, a narração do historiador quando faz delas sua matriz, longe do fatalismo ou do dolorismo”, afirma Fage (2011, p. 11). Nessa perspectiva, define-se o percurso técnico metodológico da investigação desta pesquisa, me cerco dos arsenais de trabalho do meu ofício enquanto historiadora para estabelecer esse diálogo com os processos revelados pelo acervo analisado para, e a partir de seus resultados, apreenderem possibilidades para o campo do fazer docente na educação histórica.

As informações trabalhadas são oriundas do estudo do acervo documental constituído por atores de diferentes movimentos de Venda Nova e não apenas dos participantes do movimento Culturarte, como inicialmente inferi. A tarefa não foi simples, pois como afirma Pimentel citando Mitsuko Antunes, referindo-se ao método da análise documental:

[...] trata-se de um processo de “garimpagem” se as categorias de análise dependem de documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receberem tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como um quebra-cabeça. (PIMENTEL, 2001, p. 180)

Os documentos possibilitam realizar alguns tipos de reconstrução desses processos, sendo, portanto, fonte extremamente preciosa para o pesquisador nas ciências sociais. Segundo CELLARD (2012, p.295) “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à

compreensão do social.” Seu uso apresenta vantagens, mas também limitações, se em parte elimina a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito pesquisado, constitui também o documento em instrumento que o pesquisador não domina. “A informação, aqui, circula em sentido único, pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares”, como enfatiza Cellard (2012, p. 295)

Esta pesquisa optou por utilizar esse acervo por que ele traz uma força mobilizadora em torno da preservação da memória. Ao assumir o método, assumi seus riscos e limitações. Na busca de subsídios para o trabalho teórico e metodológico cheguei ao ponto em que era necessário refletir sobre alguns conceitos relacionados ao contexto da pesquisa documental, que são arquivo, acervo e documento neste contexto de análise. Ressalto que do ponto de vista do suporte, o material coletado para análise e estudo se constitui de documentos escritos registrados em papel, tanto manuscritos quanto impressos, de origens diversas, tanto públicas quanto privadas, e de material fotográfico e áudio visual, acumulados em uma coleção particular com o objetivo específico: manter a memória do movimento cultural de Venda Nova, e agora ao concluir o processo de análise posso também afirmar que: tem como objetivo demarcar um trabalho de guarda de memória realizado por uma mulher que tomou para si a tarefa de guardiã da memória local de Venda Nova.

O conjunto de documentos é oriundo de um arquivo pessoal, a princípio o havia tratado como arquivo privado, no entanto, após algumas leituras creio ser a definição que melhor denota o conjunto do acervo de D. Lúcia César dos Santos. McKemmish (2013) nos leva a refletir sobre esse artefato cultural na perspectiva de que tais acervos se constituem enquanto gestos individuais de guardar registros com o imperativo de testemunhar. Escreve em “Evidence of me...”:

Os arquivistas se preocupam com a natureza, os propósitos e as funcionalidades de uma forma particular de registro de informação, os índices documentais da atividade social e organizacional, que são acumulados e gerenciados em processos de registro e arquivamento. [...] A produção e manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas – “nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações como os outros, nossa identidade, nosso lugar no mundo”. (McKemmish, 2013, p.23)

A autora afirma que há inúmeros significados para os termos documento e arquivo, que são tão variados quanto os discursos em que aparecem desde sentidos mais restritos a abordagens mais amplas, citando Upward, enfoca a interação entre os objetos de arquivos e sua qualidade probatória, sobre a identidade de quem os criou e sobre os processos sociais e comerciais que os originaram.

A natureza probatória dos registros é vista como essencial para o papel que desempenham na governança e na prestação de contas; *no estabelecimento da memória individual, grupal, empresarial e coletiva e a formação das identidades*. Ela é também determinante do valor que se atribui ao registro como fontes respeitáveis de informação. (McKemmish, 2013, p.27) Grifos meus

Os grifos são para demarcar a importância que assume o gesto de recolha, guarda e disponibilização de D. Lúcia do seu arquivo pessoal. McKemmish aplica aos arquivos pessoais o modelo sistematizado por Frank Upward em 1996/1997, identificando nestes quatro dimensões que são:

A criação de registros que comprovem eventos, interações, experiências ou reflexões;
 A captura de registros em sistemas ou repositórios pessoais de documentação que os associem a registros relacionados e os situem no contexto de uma vida individual;
 A organização de registros sob a forma de um arquivo pessoal capaz de funcionar como memória de longo prazo para nossas funções e inter-relações mais importantes;
 A pluralização dos registros, incorporando-os aos arquivos coletivos, para que possam se tornar partes acessíveis da memória social; transformação de “provas de mim” em “provas de nós”, possibilitando que os registros relacionados à memória de indivíduos ultrapassem os limites de uma vida particular. (McKemmish, 2013, p.28-29)

Essas dimensões são perceptíveis na constituição do arquivo de D. Lúcia, que assume o caráter de “prova de nós”, a partir de sua publicização e do seu resgate. Uma das atividades propostas pelo projeto “Educar Pela Cidade: Memória e Patrimônio Cultural e Ambiental em Venda Nova”, já mencionado, foi um mutirão de pesquisadores, que resgataram os itens que compunham o arquivo pessoal dessa guardiã da memória. Um volume grande de papéis foi retirado de um sótão, onde estavam a mercê das intempéries do clima, sem nenhuma proteção das ações do tempo e, inclusive, vários itens foram perdidos ou danificados. Este gesto de recolhimento enseja também um movimento de compartilhamento, concretizando assim, o desejo de D. Lúcia para que os documentos fossem preservados e disponibilizados para pesquisadores, estudantes e comunidade em geral através do Centro de Memória Regional de Venda Nova. No entanto, apesar da inauguração do Centro de Memória, a efetivação do ideal

pretendido por D. Lúcia e pela Comissão de História do Culturarte, não se efetivou e os documentos estavam armazenados em condições precárias. Uma parte do material resgatado foi encaminhada para o Centro Cultural de Venda Nova e a outra, que se referia especificamente ao Culturarte, permaneceu comigo para o desenvolvimento desta pesquisa, autorizada por D. Lúcia.

A partir das reflexões suscitadas pelo texto de McKemmish incorporei a definição de arquivo e acervo pessoal, entendendo inclusive que as notas de D. Lúcia configuravam-se em elementos importantes para o processo de análise da pesquisa. Estes registros constituem-se em testemunhos da memória pessoal que ofertam rastros para a recuperação de uma dimensão da memória coletiva.

A primeira etapa do trabalho envolveu o processo de seleção, organização e análise preliminar desse arquivo pessoal. Nele encontramos: jornais que destacam a região de Venda Nova e as ações do Movimento Cultural; correspondências do movimento para diferentes instituições; registros de encontros; atas de reuniões; anotações pessoais de D. Lúcia e de outros participantes do movimento; cópias de textos sobre a temática cultural; minuta de legislação; folders; cartazes; cópia de transcrições de entrevistas; cópias de manifestos; cópias de fotografias. Para facilitar o manuseio, os itens passaram por um processo de classificação por tipologia de informação e foram organizados em ordem cronológica, de acordo com a edição dos encontros festivos organizados anualmente pelo Culturarte. Foi realizado um trabalho de configuração de tabelas constituídas com as informações básicas de cada item, propiciando assim uma organicidade ao conjunto de papéis avulsos e constituindo-se categorias de itens.

O volume de itens era significativo, dificultando o trabalho de sistematização de dados, que em um primeiro momento, pretendia dar conta dos processos relativos ao movimento Culturarte em suas diversas dimensões, no entanto, isso demonstrou ser inviável, pois demandaria um tempo que não era possível na execução de uma pesquisa de mestrado. Foi necessário refinar e recortar as questões de investigação e concentrar-me em apenas um dos eixos de atuação do movimento, qual seja a Comissão de História. No entanto, após diversas leituras, análises, recortes e seleções realizadas nos manuscritos de D. Lúcia, um de seus escritos me forneceu uma pista preciosa, revelando inclusive a característica do seu acervo como um repositório testemunhal comprobatório de um percurso do vivido, havia um propósito ali presente.

Os documentos recuperados no mutirão de historiadores, que se referiam ao Culturarte, constituíam-se em um dossiê preparado para provar e registrar um percurso de trabalho de sua coordenadora, D. Lúcia César dos Santos. Havia uma intencionalidade na constituição do acervo, que possibilita uma lembrança e provoca indagações. Entretanto, no processo de guarda dos documentos, D. Lúcia não estabeleceu critérios para selecionar o que guardar, daí a multiplicidade de itens encontrados, e em múltiplas cópias, como se a intenção fosse garantir que a informação ali contida não se perderia. Foram necessários, na etapa de seleção dos itens, separar apenas um exemplar de cada documento e ainda distinguir os originais das cópias.

Nessa etapa, meu olhar ainda estava focado em entender o Culturarte, ele era o objeto de meu interesse. O processo do rearranjo inicial dos papéis avulsos, e nesse momento era o que me pareciam, foi complexo. A primeira empreitada foi encaixá-los em tipologias específicas, mas eram muito diversas e os agrupamentos foram se multiplicando e o grau de dificuldade para o registro da leitura inicial cada vez mais penoso “ler um arquivo é uma coisa; encontrar o meio de retê-lo é outra” (FARGE, 2009, p.22). Quando estabeleci como recorte apenas aos que se referiam especificamente a Comissão de História, ou que de alguma forma se referiam ao desejo e/ou processo de recuperação da história local, o manuseio foi facilitado, mas havia ainda o desafio da sistematização e análise dos dados.

Compreender o contexto é crucial para todas as etapas da pesquisa, tanto no momento da elaboração do problema, na escolha das pistas a seguir para descobrir outras bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Exige um olhar global, pois elementos da vida social, por vezes corriqueiros, “poderão se constituir em elementos importantes no momento de formular interpretações e explicações”. (CELLARD, 2012, p.300). No caso do acervo constituído por D. Lúcia, ele foi tomando forma à medida que os processos iam acontecendo. Eventos, reuniões, convites, eram guardados como registros de ocasião. No caso dos documentos oficiais encontrados, muitos de circulação entre instâncias do poder público, ela solicitava cópia, para guardar no arquivo do Culturarte, e era sempre prontamente atendida. Ainda nos indagamos como se instala nesse procedimento as normativas relativas à circulação de ofícios e outras correspondências oficiais que foram fornecidas cópias a uma entidade sem nenhum impedimento ou restrição. Essa característica

somava-se aos elementos dificultadores, para neste momento ampliar-se mais o universo do montante de itens a serem analisados.

Pesquisa, método, análise ou técnica documental? Sá - Silva, Almeida e Guindani (2009) propõem a questão que me incomodou por um período nesse processo de investigação. Desenvolvendo um trabalho investigativo que utiliza a análise documental como método não seria um processo limitado de investigação? Esses autores se debruçaram sobre a questão, e seu percurso de averiguação na literatura acadêmica em uma análise sobre as abordagens da temática, ajudaram-me nesse processo reflexivo. Argumentam os autores:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair deles informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para o seu manuseio e análise, segue etapas e procedimentos, organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas, por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade as ações investigadas – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 4)

Minayo (2008) afirma que a metodologia inclui as concepções técnicas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador (MINAYO, 2008, p. 22). Portanto, análise documental, pesquisa documental, constitui-se em um procedimento metodológico decisivo para as ciências humanas e sociais.

O documento, no contexto desta pesquisa, é tomado em sua dimensão de suporte de registro das memórias de um grupo de pessoas e também como seu instrumento de registro e transmissão de suas memórias. A constituição enquanto elemento de análise, também foi objeto de uma reflexão neste percurso. Senti a necessidade de revisitar os conceitos e abordagens sobre o documento, centrando as leituras no universo das Ciências Sociais. A partir do movimento da Escola dos Annales, no início do século XX, apresenta-se uma abordagem mais globalizante trazendo a baila uma visão de documento como “tudo que é vestígio ao passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado com documento ou fonte” (CELLARD, 2008, p. 296). Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p.) completam a definição: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem neste universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.” E completam com a definição de

documento da Associação de Arquivistas Brasileiros como “qualquer informação fixada em um suporte” (AAB, 1990).

Jacques Le Goff (1990), através do texto Documento-Monumento, forneceu um arcabouço teórico que apontou o caminho para consolidar a escolha desta pesquisa no que tange ao método e a metodologia de trabalho elencada. Para ele, existem dois materiais que a história considera a forma científica da memória coletiva: os documentos e os monumentos. Enfatiza que o que sobrevive do passado é uma seleção efetuada “pelas forças que o operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade”, onde os monumentos são heranças e os documentos, a escolha do historiador.

Monumento é definido por Le Goff (1990, p.537) como sendo “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar recordações, por exemplo, atos escritos. Os documentos, por sua vez, que em seu sentido originário do termo latino *documentum* deriva-se de *docere* (ensinar), assumem o significado de ‘prova’, e assim o é para a escola metodologista do fim do século XIX e início do século XX, para a qual nele reside o fundamento do fato histórico. “Com a escola positivista, o documento triunfa” (LE GOFF, 1990, p. 537). No entanto, se a concepção de documento não se altera, o seu conteúdo enriquece-se e amplia-se. Citando Fustel de Coulanges, Le Goff (1990) aponta a observação deste historiador do final do século XIX, quando afirma: “Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas os seus segredos... Devem escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.”

A escola dos Annales, através de sua revista “Annales d’histoire économique et sociale”, na década de 1930, amplia a noção de documento quando insiste que a história se faz também onde não há o documento escrito, pois ela emana de “tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.” (LE GOFF, 1990, p. 540). Na década de 1960 assistimos uma revolução documental, ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, o foco da história mira a memória coletiva. O interesse é por todos os homens e não apenas sobre os grandes homens e os grandes eventos, debruça-se sobre novos objetos e problemas.

Tecendo um caminho desse debate, Le Goff transita pelos apontamentos de diversos autores para afirmarem e sustentar seu argumento de que há em todo documento um monumento. Enfatiza que esta concepção prescinde da revolução documental, pois “entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja enquanto monumento.” (LE GOFF, 1995, p. 545) Afirma ainda que, e aqui se demarca uma razão importante para utilização da pesquisa documental como método de análise do problema proposto nesta pesquisa:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545)

Nessa perspectiva, para organizar e visualizar as categorias possíveis a partir da análise do acervo documental levantado constituiu inicialmente, uma organização dos dados em cinco grandes categorias:

1) Das Origens do Culturarte: nela foram agrupados os documentos que fazem referência às origens do movimento desde a mobilização inicial das lideranças pela Administração Regional de Venda Nova (ARVN), em 1980, até a organização para a criação da União das Associações de Moradores de Venda Nova (UNAVEN) e posteriormente do Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova (CCPVN), em 1989. Constam aqui, também, os documentos relativos a organização do Movimento em 1989: o projeto do Encontro de Cultura, atas de reuniões da Comissão Organizadora, Atas da constituição da Comissão de História, cartas, ofícios enviados, folders, cartazes e outras peças gráficas de divulgação do evento.

2) Os encontros do Culturarte dos anos de 1990 a 1995: neste grupo encontram-se os documentos que fazem referência as edições dos encontros anuais. São atas, folders, cartazes, projetos e propostas de eventos, ofícios e cartas enviados a autoridades e entidades solicitando apoio para as ações do movimento.

3) Notas de D. Lúcia César dos Santos Ferreira: nesta categoria encontram-se papeis avulsos com textos, reflexões, anotações, bilhetes e narrativas diversas escritas por D. Lúcia ao longo

de duas décadas. Nem sempre constam datas e as informações também, nem sempre foram escritas em uma ordem compreensível. Por vezes são “tempestades de ideias” anotadas, aparentemente, para não se perderem. Há, neste grupo também, rascunhos de cartas e ofícios endereçados a autoridades municipais e regionais, reivindicando apoio para os projetos do Culturarte, agradecendo apoio recebido, manifestando sugestões para projetos e ações na área da cultura. Estudos sobre a história local também podem ser encontrados.

Alguns itens deste montante de documentos, não são de autoria de D. Lúcia. São respostas a solicitações enviadas, anotações de pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público Mineiro por Maria Judite Santos, membro da Comissão de História, constituída pelo movimento. Outra personagem que aparece nos documentos manuscritos é a Relações Públicas da ARVN entre 1980 e 1990, que atuou de forma decisiva para a mobilização da comunidade em torno dos projetos da Administração, bem como ajudou a conceber e estruturar as formas associativistas dos moradores desta região, como nos leva a inferir uma análise inicial do acervo. Destacamos em especial a transcrição da gravação de uma reunião entre lideranças locais, algumas com destaque nos movimentos sociais urbanos da cidade na década de 1980 e 1990 como Dazinho e Remédios. Este grupo compunha a diretoria da UNAVEN e planejava constituir um jornal como veículo de comunicação de suas propostas e projetos. Como registrado em carta endereçada a D. Lúcia, o documento é uma contribuição ao trabalho de resgate histórico empreendido por ela.

4) Jornais, Clipping e recortes de jornais avulsos: neste grupo, encontrado em menor quantidade, encontram-se jornais de grande circulação, mas também informativos institucionais da ARVN, bem como jornais locais que foram guardados, aparentemente, do CCPVN e de artistas e personalidades ligadas a ele. Há ainda um exemplar especial da edição de setembro de 1976 do jornal O Estado de Minas Gerais, com anotações que revelam ser uma contribuição do Cartório de Venda Nova para a Comissão de História. O artigo destacado fala das pesquisas do historiador Geraldo Fonseca sobre o Patrimônio da Capela de Santo Antônio da Venda Nova, que remete às origens da localidade em fins do século XVIII e início do XIX.

5) Documentos visuais e audiovisuais: nesta categoria, ainda não organizados nas tabelas, encontram-se fotografias que registram os encontros e os eventos do movimento. No tocante aos documentos audiovisuais, são 06 fitas cassetes que registram duas edições do encontro, a

primeira em 1989 e a quarta em 1992, quando foi lançado o livro “Venda Nova: um estudo de história regional”, resultado da pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Eduardo França Paiva e sua equipe da Inscriptum Pesquisas Históricas, executora do projeto da Comissão de História. As outras duas fitas são o registro dos 25 anos da ARVN e um documentário institucional do “Coletivos Venda Nova” que mostra a evolução deste serviço na região.

Quantitativamente esses itens representam numericamente 435 folhas datilografadas ou impressas. Não foram consideradas aqui as páginas em frente e verso. 209 folhas manuscritas em frente e verso, 32 jornais, seis fitas e fotografias ainda não quantificadas. Para sistematização e registro, os documentos foram listados em tabelas constituídas a partir do modelo utilizado no projeto Inventário Temático de Fontes Documentais do Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, publicado em livro organizado pelas Professoras Maria Clara Tomaz Machado e Valeria Maria Queiroz com o título de “Caminho das Pedras: Inventário Temático de Fontes Documentais Uberlândia 1900/1980”. Este procedimento deu organicidade aos papéis avulsos, facilitando o processo de seleção e análise dos itens que seriam objeto da análise.

No processo de refinamento dos documentos, uma nova seleção foi realizada. A partir das leituras indicadas no processo de qualificação, tendo como norte a Comissão de História e a busca pela recuperação da história local, os itens analisados foram reduzidos aos documentos que registravam, no seu conteúdo textual, referências aos processos relativos à Comissão de História. Um conjunto de grande importância foram as notas manuscritas da líder comunitário Lúcia César Ferreira dos Santos. Um volume significativo do seu acervo foi a preservação de suas anotações. Apesar de o recorte centrar-se nos processos de luta pela recuperação da memória histórica local, abordaremos a seguir a constituição do Culturarte e o contexto histórico e social no qual esse movimento está inserido.

As cinco categorias de documentos inicialmente elencadas foram reduzidas a duas, com um volume menor de itens documentais, no entanto, com informações densas e importantes para o objetivo elencado. A primeira contempla o que denominei “Manifestos”, nesta categoria encontram-se documentos de um período anterior à constituição do Culturarte e à sua Comissão de História, e também posterior, foram produzidos nas edições do Congresso Comunitário e Popular de Venda Nova. Nessas páginas podemos encontrar a visão do movimento das Associações de Moradores sobre temas diversos: Conjuntura Nacional,

Educação, Saúde, Cultura, Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Movimento Negro, dentre outros. Para a análise me detive mais aos itens da Educação e Cultura que dialogavam de forma imediata com as temáticas abordadas na pesquisa.

A segunda categoria refere-se às notas de D. Lúcia César, nelas não há uma divisão estruturada explicitamente, mas pelo conteúdo foram subdivididas em:

1) Notas sobre a história local: nessas anotações ela versa sobre as indagações que faz a partir da leitura e análise dos relatórios da equipe de pesquisa da Inscriptum, portanto, é possível inferir uma datação das mesmas como sendo do início da década de 1990.

2) Cartas e ofícios: neste conjunto encontram-se rascunhos de cartas enviadas por ela a autoridades da administração municipal, a jornalistas de veículos de grande circulação na cidade, em número reduzido, cartas a amigos e conhecidos de Venda Nova, solicitando informações ou agradecendo o envio de itens para seu acervo e sua pesquisa.

3) Notas sobre o Culturarte e a Comissão de História e assuntos diversos: neste grupo encontram-se suas lembranças sobre os processos vividos ao longo das edições dos encontros anuais do Culturarte e também das empreitadas da Comissão de História ao longo das duas décadas entre 1989 e 2007, ano da inauguração do Centro Cultural Venda Nova – CCVN.

Encerrada a fase da execução da seleção, o que não significa ausência de leitura e análise, estava posta a fase de diálogo mais intenso com os documentos. Nessa perspectiva, como forma de interpretação dos dados recolhidos através da análise, utilizamos a perspectiva hermenêutica dialética. Esta, segundo Minayo (1995, p. 231), que a coloca como “mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade, colocando a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e na especificidade histórica e totalizante em que foi produzida.”

Uma segunda condição deste método de análise é a possibilidade de captar-se nesse processo a contradição, o dinamismo e a incompletude, em permanente projeção do contexto social em estudo. Possibilita verem-se as condições anteriores, exteriores ao grupo, mas também as especificidades, ao mesmo tempo fruto das condições dadas e produto de sua ação

transformadora sobre o meio social. Nesta prática dialética interpretativa há o reconhecimento dos fenômenos sociais como “resultados e efeitos da atividade criadora, tanto imediata quanto institucionalizada. Portanto, toma como centro da análise a prática social, a ação humana e a considera como resultado de condições anteriores, exteriores, mas também como *praxis*” (MINAYO, 1995, p. 232). As ações humanas vivenciadas no meio social conservam determinações, mas também transformam o mundo sobre as condições dadas.

A definição do acervo de D. Lúcia como arquivo pessoal, trouxe um enriquecimento para o processo de apreensão da história que se revela por esse conjunto de documentos. Heymann (2013, p.67) aponta que abordar os arquivos pessoais requer um deslocamento do olhar para os processos de constituição desses acervos. Nesse movimento de mirá-los, como afirma HEYMANN(2013, p.67)

para além dos gestos individuais de seleção e guarda dos registros, devem ser considerados os contextos nos quais os conjuntos documentais se inserem: contextos sócio históricos mais amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos, nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra.

No tocante aos arquivos pessoais, Heymann (2013, p.69) atesta que existem poucas abordagens bibliográficas e que há uma tendência a associá-los como acúmulos que documentam a memória individual dos seus titulares ou que revelam dimensões de sua personalidade. “Essa representação, no entanto, atua obscurecendo o caráter construído desses arquivos, tanto no sentido da intencionalidade que preside a acumulação documental quanto na multiplicidade de interferências a que podem estar submetidos no âmbito privado e no institucional.”

Retomo aqui a abordagem de Sue McKemish, relacionando o gesto de guarda de documentos pessoais a “um tipo de testemunho” que alguns indivíduos se veriam compelidos a prestar em relação a suas vidas, tanto no sentido de, por meio desse arquivamento, preservar a memória de experiências vividas quanto o de constituir sua identidade pessoal. Esse gesto está presente no acervo de D. Lúcia, mas para além de constituírem um testemunho de uma dimensão de sua vida, portanto. “evidências de si...”, se prestam a tornar-se “evidência de nós...”, em sua dimensão de contexto de um lugar e um grupo social em sua interação com um território e os processos nele vivenciados.

Por esse percurso, seguimos apresentando os movimentos de Venda Nova que no seu trilhar, encontram D. Lúcia e a partir deles, suscita-se o desejo e a reivindicação do direito a uma história. Os narradores de Venda Nova como veremos tem um impulsionador que não se associa a uma ameaça física, mas uma ameaça do esquecimento. Um ameaça do trânsito, da fumaça, da extinção de fronteiras históricas que demarcam uma identidade e uma identificação.

3. UM LUGAR E SEUS MOVIMENTOS NA HISTÓRIA: CONHECENDO OS ATORES SOCIAIS E SEU PALCO DE ATUAÇÃO

Mas a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecer melhor, por conseguinte, uma coisa em movimento.
Bloch, 2002, p.46

“Uma coisa em movimento e esforço para conhecer melhor”, uma das muitas imagens referenciadas por Bloch ao discorrer sobre o ofício do historiador e sua relação com a história. No processo de percorrer os registros do arquivo pessoal de D. Lúcia, fui apresentada a um lugar que conhecia em parte. Através de sua coleção de papéis ajuntados ao longo de uma temporalidade, percebemos homens e mulheres em movimento, antenados às questões do seu tempo e com o olhar voltado para o lugar.

A noção de lugar é um conceito que se aplica nas reflexões sobre os processos vividos e vivenciados pelos movimentos de Venda Nova ao longo das décadas de 1980, 1990 e no início deste século XXI. Evoco aqui o sentido e a noção de lugar trabalhado por Carlos (2007), que inicia sua reflexão a partir do argumento de Milton Santos quando este afirma que no debate sobre lugar existe uma dupla questão, a ser considerada: o lugar visto de fora, ou seja, a partir de seu contexto “do acontecer histórico” e o lugar visto “de dentro”, este último implica em redefinição de seu sentido. E ainda alerta que “a esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar que poderia ser visto através do evento no presente e no passado.” (CARLOS, 2007, p.17)

Corroboro com a abordagem de Carlos, quando esta afirma que se deve acrescentar a dimensão “da história que entra e se realiza na prática cotidiana, estabelecendo um vínculo entre “o de fora” e “o de dentro”, que se instala no plano do vivido. Agregue-se a isto, pensar a história particular de cada lugar realizada em função dos eixos da cultura, tradição, língua e hábitos que lhe são próprios. “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele local.” (CARLOS, 2007, p.17). O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua e, neste sentido, poderíamos afirmar que não

seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu*, a menos que esta seja pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos.

Outra abordagem do significado do lugar encontrei em Marc Augé, que faz uma contraposição entre lugar e não-lugar. Em “Não-lugares: uma antropologia da super modernidade”, Augé nos diz que o lugar é um local de pertencimento, onde o sujeito se reconhece, tem enraizamento e vivência. E o não-lugar é o local onde o sujeito não se reconhece, ou não se identifica; são locais de passagem, impessoais. O lugar se define por uma estabilidade mínima entre identidade e relação de pertencimento. “Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento” (AUGÉ, 1994, p. 53)

Esse reconhecimento do lugar como o *locus* onde o sentido da vida se concretiza e tem importância, aparece nos registros da história local, recuperados pela empreitada da Comissão de História de Venda Nova. Após verificar os diferentes itens em uma noção de conjunto, observei que os itens selecionados para preservação, permitem a delimitação de um fio condutor que revela um sentido para a compreensão deste processo de busca da história do lugar. Um dos questionamentos que elenquei ao longo da pesquisa é por que uma Comissão de História? Que processos levaram a sua constituição?

Na opção de entender o desenrolar deste fio, através dos documentos da mesma Comissão, arrolados e preservados por D. Lúcia César, senti a necessidade de refletir sobre um elemento comum destacado neles e que apresento, pois ao longo dos séculos percebe-se esse sentido de lugar de pertença, dado pelos moradores de Venda Nova à região em que habitam. São múltiplos movimentos que se destacam na história local, construída e disseminada não apenas pela oralidade, mas também nos registros escritos constituídos pelos movimentos desta localidade em torno de sua história.

Há na coleção constituída por D. Lúcia, documentos relativos à atuação da Comissão de História e de seus participantes, que foram destacados como símbolo de demarcação de origem. Alguns foram localizados durante os trabalhos da Inscriptum, outros foram surgindo no processo de busca empreendido por D. Lúcia e outros participantes da Comissão que formavam uma rede de colaboradores, entre os quais me incluo. Para esta dissertação, não

trabalhei com esses itens, que se encontram no Acervo Memória do CCVN⁷, mas já dialoguei com os mesmos em outros momentos, seja na atuação como pesquisadora, seja na atuação docente. No entanto, remeto-me a eles por sentir que de alguma forma irradiam os movimentos dos vendanovenses ao longo da constituição dessa localidade no percurso de construção de uma identidade, que a Comissão de História queria resgatar.

Um primeiro documento foi localizado no Arquivo Público Mineiro em 2000, trata-se de uma carta enviada pelo Pe. Francisco Meirelles como “procurador do povo de Venda Nova”, este era pároco de Curral D’el Rey. A dita carta estava endereçada à metrópole portuguesa, na pessoa de sua rainha, solicitando a construção de uma capela de invocação de Santo Antônio de Lisboa. Este documento é apontado, junto com as licenças para instalação de Vendas, como marco que revela a existência de uma comunidade organizada nesta região nas Minas setecentista e, nesse tempo, já se encontra um sentido de pertença ao lugar Venda Nova por parte de seus residentes. A carta ainda registra os problemas das enchentes, das carências e dificuldades, que se perpetuaram ao longo da história local.

Na segunda metade do século XIX, outro documento também é destacado, este se refere ao processo de mobilização, de parte da população local, que solicita à Assembléia da Província das Minas Gerais a elevação da localidade à categoria de freguesia. Os cento e vinte indivíduos que assinam esse documento são, em sua maioria, fazendeiros (as)⁸ da localidade, cujas terras localizavam-se nos limites da freguesia. Esses seriam os principais interessados nesta elevação, pois teriam alguns benefícios com a criação de cargos para a administração local.

O povoado alcançou, o final do século XIX, cerca de 1818 habitantes livres e 372 escravos, exportando mantimentos para Sabará, Congonhas e Santa Luzia e importando em pequena escala gêneros de secos e molhados (MARTINS, 1874, p.154). Neste tempo, ocorre a movimentação em torno da construção da nova capital de Minas Gerais. A Cidade de Minas, a nova capital, se apresenta tão próxima e distante ao mesmo tempo, processo que teve um impacto significativo na rotina do arraial de Venda Nova. Destaco aqui uma referência

⁷ Os documentos enviados por D. Lúcia ao Centro Cultural por ocasião de sua inauguração relacionam-se diretamente ao registro da história da localidade. São reproduções de documentos históricos, transcrições das entrevistas realizadas em 1991/1992 pela Inscriptum Pesquisas Históricas, mapas, jornais locais e as reproduções das fotografias que lhe foram emprestadas pelos antigos moradores.

⁸ Nos registros documentais que se referem à região durante o século XIX, especificamente nos *Almanaques*, encontramos muitas referências a mulheres fazendeiras, o que nos leva a inferir a possibilidade de uma participação feminina mais intensa na política local.

literária desse período, que denota uma visão um tanto marginalizada sobre a região. Encontramos a referência na obra de Avelino Fóscolo, escritor e anarquista sabarense que está inserido na história da literatura brasileira como primeiro autor de um romance ambientado em Belo Horizonte. Em seu romance, *A Capital*, cujo enredo se passa nos primórdios da construção da cidade, Venda Nova é um dos cenários e nas descrições percebem-se alguns elementos interessantes para visualizar como esta localidade é percebida em fins do século XIX e início do século XX.

Na perspectiva ficcional, a localidade é apresentada como um lugar distante da modernidade e das oportunidades que a nova capital enseja, Venda Nova está “lá ao longe, no desconhecido”, é a região que recebe os que não se enquadram no perfil de residentes da cidade planejada, moderna e republicana, e que foram expulsos de forma violenta “aos empurrões lamentando-se, numa queixa dorida, pesarosos, embora promettessem-lhes colocação, lá ao longe, no desconhecido, donde foram expulsos”, escreve Fóscolo (1977, p.82). Mais adiante, o autor ainda destaca em sua narrativa que: “grande parte da população indígena havia imigrado, para Venda Nova, *com a morte n'alma*, vendo esboçarem-se as suas ilusões, destruída como um brinco às mãos infantis da Capital sonhada.” Fóscolo. (1977, p.97). Essa imagem de lugar distante e de população à margem está implícito como elemento a ser suplantado pelos moradores dessa região através da atuação de suas lideranças locais. O personagem Mestre, da obra de Fóscolo é apontado como inspirado na figura de Luís Daniel Cornélio da Cerqueira, liderança que atuou no processo de diálogo com a Comissão Construtora para defender a construção da nova capital no então distrito de Belo Horizonte. Após desentendimentos com a mesma, ele teria se mudado para Venda Nova e lá construiu o casarão da Rua Boa Vista ou Casarão Azul e Branco, que hoje abriga o Centro de Memória Regional de Venda Nova, ainda em processo de implantação, mas atuando nas ações de educação para o patrimônio do Cento Cultural de Venda Nova.

No transcorrer dos séculos, encontraremos sempre um grupo que se articula com outros atores no sentido de promover a região. Na movimentação das lideranças locais, registradas em documentos selecionados para testemunhar esses momentos pela Comissão de História, percebe-se um forte desejo de que essa visão de lugar atrasado fosse suplantada. Encontramos entre os documentos ajuntados por D. Lúcia, atas do Partido Progressista de Venda Nova, que se apresenta como ponte entre as lideranças locais, representadas pelo pároco Pe. Pedro Pinto

Fernandes, fazendeiros e comerciantes, em constante articulação com políticos de Belo Horizonte, no intuito de promover uma definitiva anexação do distrito à capital.

Há uma conjunção de interesses, se por um lado, as elites locais desejam a anexação, do outro, a administração da capital deseja e necessita desta localidade para concretizar seu plano de constituir uma cidade-satélite residencial. “Venda Nova constituirá um belo centro residencial, uma verdadeira cidade popular”, destaca o relatório do prefeito Otacílio Negrão de Lima, em 1948. No mesmo relatório, a Cidade Industrial, lugar para o trabalho, localiza em uma região no outro extremo da cidade, bem distante da cidade residencial.

Nesse movimento, as lideranças locais se articulam e Venda Nova é definitivamente anexada a Belo Horizonte, como distrito, a partir de 1949 e, mais adiante, assistimos uma nova articulação de movimentos organizados para demarcar o lugar político e administrativo da localidade e que, frustrado o desejo de conquistar benfeitorias para o lugar, mobilizam-se em torno da pauta da emancipação que tem no ano de 1962 seu momento de destaque. Dois grupos se degladiam em torno da questão, um contra e outro a favor, seus argumentos foram apresentados em manifestos que também integram os documentos selecionados para guarda pela Comissão de História.

A emancipação não se concretiza e os problemas advindos com a expansão da ocupação a partir da anexação, principalmente com o fluxo migratório de cidades do interior do estado, vão transformando a paisagem e agregando novos atores a sua história. Um volume considerável de migrantes ocupa a região, a partir da década de 1950, e parte das propriedades rurais se tornam loteamentos clandestinos, sem infraestrutura adequada de saneamento básico e serviços para essa nova população de residentes. Esse processo encontra-se registrado em reproduções de jornais da época, guardados por D. Lúcia que, em suas memórias, narradas em suas notas, destaca a preocupação com o que virá a partir desta anexação. Ela é testemunha ocular destes processos, pois se mudou para a região em 1951 e escreve:

A partir de 60 os fazendeiros e sitiantes de Venda Nova, com medo da propagada reforma urbana, apressaram-se em vender os lotes de suas terras. Os loteamentos foram sendo feitos sem a menor infraestrutura, como inúmeros em toda BH. Como por aqui os lotes eram mais baratos, por ser longe do centro e carente de tudo, grande porcentagem dos migrantes das regiões mais pobres de Minas (Vale do Jequitinhonha, Mantena) vieram para cá. Era sempre um parente que já havia vindo

primeiro e podia-se encostar por lá, até ter como comprar algo para si próprio, outra hora porque por falta de fiscalização era mais fácil fazer aqui uma favela. Venda Nova, daí para cá, inchou não? Cresceu, com todos os inconvenientes de uma grande concentração de miséria. Falta-os de tudo, hospitais, transporte descente, boas escolas, emprego, lazer, segurança, e as pessoas continuam a chegar cada vez com piores perspectivas de vida... (SANTOS, Lúcia César. Anotações, s/d)

... parte do centro vindo de B.H. saindo
 blá gin muitos caminhos de horizonta-
 granfeios para B.H.
 A partir de 60 os fazendeiros e sitiantes
 de V.N. com medo da reforma urbana
 reformar urbana apressaram-se em vender
 ou lotear suas terras. Os seus loteamentos
 foram sendo feitos sem a menor infra-
 estrutura, como inúmeros em toda B.H.
 Como por aqui os lotes eram mais vastos
 por se longe do centro e carente de tudo,
 grande porcentagem dos migrantes das
 regiões mais pobres de Minas (Vale do
 Jequitinhonha, Mantena,
 vieram para cá. Era sempre um parente que
 já havia vindo primeiro e podia-se encostar
 por lá, até ter como comprar algo para si
 próprio, outra hora porque por falta de
 fiscalização era mais fácil fazer aqui
 uma favela.

Fig. 1 – Notas de D. Lúcia César dos Santos

Importante destacar aqui esta preocupação apontada na narrativa, pois essa realidade descrita perpassa outros registros dos movimentos locais. Jorge Machado, membro da Comissão e participante ativo de outros movimentos locais, relata em entrevista a Geraldo Lisboa⁹, que o crescimento de Venda Nova ocorre a partir década de 1960 em diante, “sendo que nesta época chegou para cá mais de 80% da população atraída pelos preços módicos dos terrenos, então parcelados sem fiscalização do poder público” (LISBOA, 1996, p. 46). Este autor ainda acrescenta mais adiante que “compradores de todos os recantos” acabaram por formar “uma população heterogênea, cujos valores morais e culturais estão se perdendo nesta geração” (p.46).

No Manifesto do III Congresso Regional dos Moradores de Venda Nova, realizado em fevereiro de 1989, ao analisar a conjuntura local apresenta-se o incômodo que a caracterização da região como Cidade Dormitório causa nessas pessoas engajadas em

⁹ Geraldo Lisboa era integrante do Movimento Culturarte e membro da Comissão de História de Venda Nova. Publicou em 1996 o livro “O Distrito de Venda Nova e um pouco da sua História”.

conquistar melhorias para a localidade. O documento inicia-se com a declaração de que o motivador para a realização do Congresso foi “a constatação de que o distrito de Venda Nova é uma região dormitório, com carência extrema (grifo meu), com a população de uma das maiores cidades do estado, [...] questões a beira do caos e com total descaso da prefeitura de Belo Horizonte” (MANIFESTO DO III CONGRESSO REGIONAL DE MORADORES DE VENDA NOVA, 1989, mimeo). Destaco a preocupação com essa realidade que aparece também, em jornais que integram o acervo de D. Lúcia. Em chamada de artigo do jornal O Estado de Minas, de 15 de dezembro de 2000, registra-se que “Venda Nova esconde uma história anterior à da capital, apesar de desconhecida pela população de Belo Horizonte” e o artigo se inicia com o seguinte texto: “Desconhecimento e preconceito povoam o imaginário de parte da população Belo Horizontina quando o assunto é Venda Nova. Não raro que o tom seja pejorativo e ofensivo ao descrever as características do local e seus moradores.” (ROSE, 2000, p. 28).

Retomo aqui a reflexão sobre pertencimento a um lugar, abordada por Augé (1994), Carlos (2007) e Hoffman (2011), este é um dos elementos que perpassa toda a atuação desses movimentos de Venda Nova. A preocupação em desconstruir imagens negativas, como a evocada pela denominação “cidade dormitório”, portanto, no sentido abordado por Augé (1994), um não-lugar, posto que seria um lugar de passagem e permanência curta por aqueles que nele habitam. Outra preocupação é o esquecimento das origens, demarcando assim uma ausência de história, daí a necessidade destes atores em demarcar a história e a memória como bandeira de luta.

Pierre Nora, ao propor sua reflexão sobre a problemática dos Lugares de Memória apresenta argumentos que, em sua dimensão de inter relação com o lugar de pertencimento e as formas de perpetuação de uma memória constituída, também contribuem para o entendimento sobre os movimentos de Venda Nova.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. [...] O que nós chamamos de memória é de fato a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolifero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 13)

No processo de dar corpo e conjunto aos papéis avulsos, ajuntados por D. Lúcia César, percebe-se a formação de um conjunto que revela uma intencionalidade de rememoração e reafirmação de uma história vivida. Percebe-se também que o gesto de recolha desta líder comunitária encontrou ressonância em diferentes atores sociais, participantes ou não do movimento, que aderem ao seu propósito e colaboram nesta tarefa de lembrar através de registros documentais. É nesta perspectiva que busco compreender como se processa, no conjunto desses documentos, a tessitura da memória e da experiência dos atores sociais desses movimentos em sua busca pela preservação, e também, pela divulgação da história local.

Como trajeto inicial da trilha de exploração dessas memórias, apresentamos o contexto sócio-histórico do movimento Culturarte, para entender como as ações de seus atores dialogam com um contexto mais amplo de seu tempo e campo de atuação. O conceito de trilha utilizado encontra-se pautado nos apontamentos apresentados por Pádua (2007, p.2) que, em sua abordagem, fala das trilhas traçadas para “trazer a aldeia de volta”, sonho complexo que envolve um incessante trabalho de memória e de criação,

Elas metaforicamente expressam o movimento incessante de construção e reconstrução identitárias dos povos indígenas, como caminhos abertos nas matas, buscando novas relações. Trilhas que, ao se entrecruzarem com os projetos de educação, apontam as ambiguidades e paradoxos das identidades contemporâneas e as questões colocadas para a formação de educadores em tempos de afirmação de diferenças e de interculturalidade. (Pádua, 2007, p.2)

As trilhas aqui se referem tanto ao processo de investigação desta pesquisa, como também ao Culturarte, através de sua Comissão de História, cujo percurso de atuação se entrelaça às lutas das Associações de Moradores, com a União das Associações Comunitárias de Venda Nova (UNAVEN) e aos Congressos de Moradores de Venda Nova.

As narrativas pesquisadas através dos registros documentais, e as construídas a partir da análise documental, constituem-se em caminhos abertos “como um referencial cultural e simbólico que, também levam a outros lugares, abrindo possibilidades novas...” (PÁDUA, 2007, p.4). As trilhas de memórias constituídas ao longo das três décadas de atuação, como veremos, construíram possibilidades de encontros e reencontros, bem como se materializam em possibilidades pedagógicas em diferentes espaços formativos.

3.2. O palco: os movimentos sociais urbanos das décadas de 1980 e 1990

A década de 1980 é marco para os movimentos sociais em Venda Nova, a União das Associações Comunitárias de Venda Nova (UNAVEN), congregava em uma entidade única as associações de moradores no sentido de fortalecer a sua atuação junto ao poder público para conquistar melhorias para a região. Essa entidade representou o início de um movimento mais articulado das associações de moradores na região. Remédios, uma das participantes relembra em diálogo transcrito de uma gravação de reunião entre as lideranças da entidade, as suas origens:

Nós pensávamos em reunir com algumas associações em torno daquelas coisas que haviam mais pesadas que eram o prosseguimento da Av. Vilarinho, a questão do transporte, a questão da saúde, a questão do lazer, aqui na região. Pegamos os cabeças que estavam cada um no seu canto e nisto a gente veio, que saiu a UNAVEN. (UNAVEN, Transcrição de gravação, 1986, p.1)

Jorge Machado, um dos criadores da entidade, revela os processos de sua criação e cita outros atores sociais envolvidos nesse processo, bem como os motivadores para a constituição da entidade, que foi um elemento importante no processo de aglutinação dos atores sociais dos bairros do então distrito de Venda Nova:

Estou militando no movimento comunitário desde 1978, onde ao assumir a presidência comunitária do bairro Jardim Europa, senti a necessidade de unir as diversas lideranças comunitárias para, em um trabalho conjunto, povo e administração, resolverem questões estruturais e conjunturais da região como: desenvolvimento, aprovação de vias públicas, ensino, lazer, segurança, transportes e emprego. Para tanto foi criada a União das Associações Comunitárias de Venda Nova, que na época congregava 54 bairros, da qual eu era presidente, mas trabalhava com José Gomes Pimenta, o Sr. Dazinho, Dona Maria José Silva Lula, Dona Remédios Fernandes e outros. (LISBOA, 1996, p.45)

Esse movimento foi desarticulado em virtude dos processos de mobilização dos atores políticos locais no processo de articulação para ampliar suas redes de influência. Como desdobramento deste processo, temos a constituição de outra entidade que incorporou as lideranças da UNAVEN e agregaram outras, o Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova (CCPVN) que, em seu objetivo, irmanava com a UNAVEN, mas no tocante as estratégias percorreram outros caminhos. O desenrolar dessa história ainda não foi abordado e carece de investigação, no entanto, o Caderno de Teses construído no III Congresso do Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova, em 1989, revela as expectativas e propostas

deste movimento que, como veremos, está em consonância com o contexto socioeconômico do seu tempo e revelam em um território local, apontamentos e reivindicações compartilhadas e defendidas pelos movimentos similares que ocorreram em todo o país.

Para precisarmos mais esse contexto histórico apresento o Caderno de Teses do III Congresso do Conselho Popular e Comunitário de Venda Nova – CCPVN, onde encontramos explicitado o contexto descrito por Perruso. Diz o texto de tal documento:

Estamos assistindo com indignação e tristeza os acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais que atingem a vida de nossas famílias. Acontecimentos como desemprego, carestia do custo de vida, arrocho dos salários, corrupção desenfreada, extermínio de crianças e adolescentes, falta de atendimento médico, dentário e hospitalar, crise da escola pública, alienação cultural das famílias e dos adolescentes motivados pela cultura enlatada da televisão, falta de opção de lazer e da prática de esportes, transportes caros, escassos e desconfortáveis, destruição do meio ambiente, falta de moradia e outros [...]. Acreditamos que a participação política é uma necessidade e um dever que temos com nossas famílias, uma vez que a sobrevivência, o preço do pão e do leite, do aluguel, do lotação e tudo mais depende unicamente de decisões políticas [...]. Sendo assim nada mais legítimo do que os moradores de uma região se organizarem em associações, para democraticamente defender seus interesses e ao mesmo tempo organizarem instâncias mais amplas como, por exemplo, conselhos, federações e confederações, de modo a fazer a política que julgarem ser melhor para suas famílias. É importante aprender a viver a democracia (CADERNO DE TESES DO I Congresso Comunitário e Popular de Venda Nova, 1991, p. 34)

O documento citado é o registro das discussões em curso das associações locais, exatamente no momento de maior efervescência e também de nascimento do Culturarte. D. Lúcia César, em suas notas, deixa registrado esse contexto do surgimento do CCPVN, anos antes, para a constituição do Culturarte:

Em janeiro de 1989 a comunidade de Venda Nova foi convidada pelo grupo 1º de Maio a participar de uma reunião no CESU, à rua Padre Pedro Pinto 775, no centro de Venda Nova. O grupo 1º de Maio¹⁰, reunia-se desde 1984, quase sempre no Cenáculo, para discutir a conjuntura política e tentar conscientizar o trabalhador para seus problemas e buscar com ele soluções. Em outubro de 1988, havia sido promulgada a Constituição Federal e estavam em andamento a elaboração das Constituições Estaduais. Nas cidades discutia-se a elaboração das Leis Orgânicas dos municípios. Era o momento ideal para retomar e dar continuidade a caminhada da organização popular por situações concretas que vivenciamos em Venda Nova. (SANTOS, Lúcia César. Narrativa manuscrita, 1994, p. 3-4)

¹⁰ O grupo 1º de Maio recebeu este nome em virtude do bairro onde surgiu, bairro 1º de Maio, atualmente localizado na regional Nordeste, mas que na década de 1980 pertencia ao Distrito de Venda Nova, inclusive seus militantes afirmavam ser este o primeiro bairro de Venda Nova.

Somarriba, Valadares e Afonso (1982, p.49), em um estudo sobre o fenômeno das reivindicações urbanas conduzidas pelas associações de bairro da grande Belo Horizonte entre 1974 e 1980, e que tem como um dos seus estudos de caso, uma das associações de Venda Nova, destaca que:

A partir de 1974 começam a tomar corpo no país varias formas organizativas, como sindicatos e entidades estudantis, passando a se configurar o chamado “processo de abertura”. Ao mesmo tempo, os problemas urbanos resultantes da intensa urbanização provocada pela modernização/capitalização da agricultura e do descaso a que foram relegados ao longo da década agudizam-se... O alijamento explícito das massas do processo político e o fechamento dos antigos canais de comunicação, ocorrido no pós-64, propiciam o ressurgimento do associativismo de base local. (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1982, p. 49).

Os movimentos de Belo Horizonte, segundo os autores citados, não são espontâneos, pois, as Administrações Regionais, criadas como instrumentos de descentralização administrativa e para facilitar o acesso dos moradores de áreas distantes do hiper centro aos serviços. Mais especificamente, Venda Nova e Barreiro criadas a partir de 1973, procuravam se aproximar das organizações locais como estratégia para estruturar sua atuação junto aos moradores.

A de Venda Nova tem na sua assessoria de imprensa um órgão encarregado de fazer a mediação entre as associações e o poder público. E, segundo depoimento de lideranças do movimento associativo de Venda Nova, a quase totalidade das associações da região foram criadas da “noite para o dia”, por iniciativa do poder público municipal e estadual (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1982, p.53)

A fundamentação dos apontamentos e o cenário verificado corroboram com o argumento da tutela do poder público na constituição destas associações, que foi detectado na documentação arrolada por esta pesquisa. Encontramos, em um dos documentos, a narrativa pela titular da assessoria de comunicação, a descrição do processo de mobilização desses atores sociais no início da década, a partir de uma iniciativa da gestão administrativa regional. Essa narrativa revela uma estratégia da gestão pública do período e nos apresenta a intencionalidade da mobilização dessas forças políticas em potencial. O relato é da Relações Pública da Administração Regional em relatório de junho de 1981:

Há cerca de 6 meses atrás iniciamos junto às associações comunitárias de Venda Nova discussões que visam analisar a formação das associações comunitárias e dos problemas que afligiam este distrito. O que se percebia é que inúmeras associações de bairro tinham tido uma formação precária: haviam nascido da noite para o dia e seus representantes não tinham lucidez suficiente para dirigir um movimento deste porte, o que redundava junto a está administração, e acreditamos que junto a uma série de outros órgãos públicos, numa gama de reivindicações ingênuas e sem

consistência. A partir desta constatação pensamos que era necessário levar a estes dirigentes uma noção mais exata dos reais problemas de Venda Nova, ou seja, levá-los a conhecer de seu próprio distrito. (SANTOS, Elaine, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1981, 3 p. Relatório)

“Essas formas associativistas que aglutinam moradores de bairros, vilas e favelas, geralmente denominadas associações comunitárias, constituem a manifestação mais expressiva do fenômeno do associativismo de base local em Belo Horizonte” (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1982, p. 56). Neste mapeamento, realizado pelos pesquisadores, foram registradas 265 associações que se declararam ligadas a reivindicações urbanas, e dessas, 35 são de Venda Nova.

O Conselho Popular e Comunitário de Venda Nova se apresenta como uma iniciativa de fortalecimento do movimento popular. No seu estatuto de fundação imprime-se o seu caráter, no que tange a sua natureza e finalidade, demarca:

O CCPVN é uma Entidade representativa e aglutinadora das Entidades Comunitárias e populares da Região Administrativa de Venda Nova. Constitui-se numa entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter autônomo, independente e democrático que tem como finalidades principais a defesa dos interesses populares e a melhoria da qualidade de vida na região. (ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E POPULAR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA VENDA NOVA, 1989, p. 1)

Encontramos a mesma construção em diversos documentos do Culturarte “a melhoria da qualidade de vida” é frase recorrente na maioria dos registros, apontada como meta prioritária também do movimento cultural. Entretanto, apresenta a inovação de colocar no centro dessa luta a questão cultural.

A análise dos documentos nos reporta para alguns dados que apresentam o movimento como uma ação apontada durante a realização do 3º Congresso Regional dos Moradores de Venda Nova, a partir das discussões sobre os temas cultura, esporte e lazer:

Hoje, colocando em prática as decisões do 3º CONGRESSO, ressaltando a questão cultural e consciente de que, como agentes culturais comprometidos com as mais diferentes formas de trabalho, compete a nós um papel dos mais relevantes nesse momento histórico da retomada da participação efetiva dos segmentos sociais na condução do destino do nosso país. (PROJETO DO I CULTURARTE ENCONTRO CULTURAL DE VENDA NOVA, 1989, p. 2)

Em suas origens, podemos localizar o Culturarte em um contexto de novidades, o movimento social já não seguia a lógica exclusiva das lutas de classe, para superação da exploração capitalista. Doimo (1995), ao contextualizar os novos movimentos sociais em fins dos anos 1970, lembra que no cenário dos movimentos foram acolhidos “novos” grupos representativos, já não se pauta pela “primazia das relações econômicas e com a proximidade da sociedade pós-industrial, não só o movimento operário deixa de ser o personagem central da história social, como campo cultural torna-se *locus* onde se formam as principais contestações e lutas.” (DOIMO, 1995, p. 41)

O Culturarte surge neste cenário de renascimento dos movimentos sociais urbanos, destacado por grande parte dos intelectuais atuantes da época, como uma importante novidade para o país. Esses movimentos “podem ser definidos como articulações da sociedade civil voltadas para temáticas vinculadas não ao universo do trabalho, mas as demais dimensões da vida da população urbana” (PERRUSO, 2012, p. 33)

O movimento de Venda Nova insere-se num âmbito mais amplo dessa abordagem, ou seja, “da organização coletiva do modo de vida, que se referem à resistência e à luta contra as condições precárias em que grande parte dos setores populares convive, e pelo direito a uma vida melhor”, isto é, pelo atendimento de novas necessidades, configurando-se “uma luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico” (PERRUSO, 2012, p. 33).

Destacamos aqui a forma de adesão dos participantes à proposta, foram agregando a pauta a partir de sua inserção no movimento comunitário local. Seu berço de nascimento é, como revelam os documentos, através das mobilizações desses atores sociais realizadas pela Administração Regional Venda Nova – ARVN. Como já apresentado no relatório da Assessora de Relações Públicas dessa regional. A ARVN convidou lideranças que atuavam em alguma ação de apoio comunitário em sua vizinhança, para planejar e executar eventos regionais, como forma de agregá-los em prol de uma capacitação dessas lideranças. No contexto dessas aproximações, foi se delineando intencionalidades e desejos de melhoria da infraestrutura urbana da região, como também a garantia de outros direitos considerados importantes para a “melhoria da qualidade de vida dos moradores de Venda Nova.

Durante a década de 1980, esse grupo de homens e mulheres agregou esforços que culminaram com a proposição da realização de um Congresso Comunitário e Popular para debate, e também para propor ações sobre dimensões diversas do contexto dessa região da cidade. Desdobramento deste cenário foi a proposição de um encontro onde as questões da cultura fossem elencadas e que proposições fossem constituídas para a localidade. Assim nasce o Culturarte. D. Lúcia César, em suas notas relembra o processo de constituição do grupo e a decisão de promover um evento cultural marcante:

O III Congresso teve o grande mérito de fazer com que lideranças dos mais variados pontos da região de Venda Nova se conhecessem melhor e se unissem para discutir e propor soluções de problemas de nossa região, principalmente unindo pessoas com interesses comuns. Assim aconteceu com a Comissão de Cultura, Esporte e Lazer do III Congresso. Logo em seguida, vários agentes culturais da região foram contatados pela Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Social, dirigida na época pelo Prof. João Batista Viana para continuarem as discussões sobre cultura na região, no prédio da Administração Regional [...]. Outros agentes culturais da região foram contatados por intermédio de listas existentes na ARVN, porque já trabalhavam com cultura isoladamente, seja em suas ruas ou bairros, seja conjuntamente com outros amantes da cultura e com administradores regionais anteriores [...]. Sentimos em um dado momento que o grupo precisava de um nome que facilitasse a identificação em cartazes, panfletos, ofícios, projetos, etc. Foram feitas duas propostas de nome:

- Culturarte, que como este claro unia cultura e a arte,
- Cult, que lembrava as iniciativas culturais, fora da grande mídia. Venceu por unanimidade a proposta que havia sido feita por João Batista Viana, até Lúcia César que havia sugerido “Cult” votou em Culturarte [...]. No decorrer da discussão o grupo chegou a conclusão que deveria fazer um evento cultural marcante. Foi elaborado, discutido e aprovado um projeto bem abrangente. (SANTOS, Lúcia César. Anotações pessoais de D. Lúcia César, p.11)

3.2. Os atores sociais envolvidos

Os processos históricos não podem ser pensados sem que se referenciem aqueles homens e mulheres que os construíram, Bloch (2001, p.54) nos alerta que “Os homens são o que a história quer capturar [...] O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali esta a caça”. No cenário em que os processos levados a cabo na mobilização em prol da recuperação da história local de Venda Nova, há um grupo de pessoas, homens e mulheres que se empenham nesta seara. Como explanamos, esses processos foram empreendidos pelos movimentos das Associações de Moradores e por personagens que foram mobilizados pela administração pública com o intuito de estreitar o diálogo com as lideranças da região. Mas quem são esses homens e mulheres, quais os ofícios que desempenham? Como é o seu grau de instrução?

O que apresento são dados elencados a partir da análise dos itens em que encontramos informações sobre os participantes desses movimentos. No projeto do 1º Encontro Cultural de Venda Nova, uma lista de 33 nomes que compõem a Comissão Organizadora. Em uma averiguação que não é precisa, pois sobre alguns dos participantes não há maiores informações em todo o acervo, identificamos o seguinte quadro:

Ofício/ocupação ou área de atuação	Quantidade de Participantes
Funcionários Públicos da Administração Direta	01
Professores do Ensino Fundamental	07
Donas de Casa	02
Músicos	02
Professores universitários	01
Lideranças comunitárias	03
Artista Plástico	02
Estudante	01
Artesã	01
Jornalista	01
Bancário	01
Sem identificação profissional	11
Poeta	01

Tab. 1 – relação dos ofícios dos participantes do I Culturarte

Com relação aos participantes dos congressos, encontramos apenas dados numéricos, e os responsáveis pela mobilização e pela sua organização estão inseridos no quadro acima. A configuração do grupo, como se percebe era heterogênea, no entanto, diante de um dos objetivos desta pesquisa que é identificar a relação entre os participantes do Culturarte e as práticas educativas locais, destacamos a participação significativa de professores em seu quadro de organizadores, entre os participantes dos quais, foi possível identificar os ofícios.

Nos registros específicos do movimento cultural é utilizado um termo para nomear os participantes, se identificam como Agentes Culturais. No contexto desse período um elemento constante em toda documentação é a forma como seus participantes se identificam, na maioria expressiva do acervo documental arrolado, o termo agente cultural é empregado para identificá-los.

Teixeira Coelho (1997, p.42) define assim o termo agente cultural:

Aquele que sem ser necessariamente produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão, portanto, mais junto ao público que ao produtor cultural. (TEIXEIRA CELHO, 1997, p.42)



Fig. 2 – I Culturarte – Encontro de Agentes Culturais de Venda Nova. 20, 21 e 22 de Outubro de 1989

Em parte, a definição de Teixeira Coelho caracteriza esses atores envolvidos diretamente com o Culturarte, no entanto, quando olhamos para a composição da Comissão de História e dos participantes dos Congressos e da diretoria das Associações envolvidas, há outros atores mobilizados.

No documento preparatório do 1º Encontro do Culturarte os Agentes Culturais são destacados como os responsáveis prioritários pelos processos pretendidos. A foto¹¹ em destaque é da mesa que tratou da História de Venda Nova, nela inclusive registra-se a fala do Sr. José Bonifácio Costa, conhecido como Cel. Facinho e integrante da primeira composição da Comissão de História. Percebe-se na faixa o subtítulo dado ao encontro: “Encontro de Agentes Culturais de Venda Nova”. Destaco esse termo, pois o que se percebe é uma vinculação direta da importância destas pessoas nomeadas com esta titulação, no processo de mobilização para as lutas locais no campo da Cultura. “Como agentes culturais comprometidos com as mais diferentes formas de trabalho, compete a nós um papel dos mais relevantes nesse momento histórico da retomada da participação efetiva dos segmentos sociais na condução do destino do nosso país”, fala registrada no Projeto do 1º Culturarte (1989, p.3).

¹¹ A fotografia integra o Acervo Memória do CCVN e foi transferida a este equipamento entre os documentos da antiga Gerência Regional de Cultura de Venda Nova.

Adiante, no mesmo documento encontramos a proposição de uma ação de mapeamento desses agentes e até da criação de um órgão regional de cultura.

O conceito de cultura elencado por esses atores sociais traz uma amplitude para a palavra e conseqüentemente para a sua atuação neste lugar.

A cultura é a própria história do homem, carregada de múltiplos valores e de uma beleza especial, porque é a participação de todos na existência do Mundo. É o resultado de um esforço coletivo, que não se refere apenas a inteligência ou sabedoria de uma pessoa, mas a tudo que compõe uma sociedade. Não é uma especialidade nem dom individual - é a própria caminhada do homem sobre a terra. (PROJETO DO 1º CULTURARTE, 1989, p.2)

Assim, a cultura é apresentada no projeto desse primeiro encontro. Como dito, a articulação que levou a constituição do grupo partiu de uma confluência de ações, apontando que suas origens não são espontâneas. Envolve tanto a mobilização popular, na organização e instauração do Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova (CCPVN), quanto às ações do poder público no sentido de arregimentar lideranças dos bairros para empreender ações locais ligadas a cultura e a arte. No entanto, esse encontro é profícuo, pois solidifica o desejo comum desses indivíduos em formatar possibilidade de superação dos problemas locais de forma propositiva. As áreas da cultura elencadas para o debate e reflexão são assim distribuídas: Artesanato, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Cultura Afro-brasileira, Educação, Entidades, Folclore, História de Venda Nova, Literatura e Música. Sua pauta prioritária é a cultura em sua dimensão antropológica mais ampla e a história e a memória local são focos de atuação mencionados. Em duas áreas das apontadas o resgate da memória histórica está explicitado: no grupo de Cultura Afro-brasileira, no item de proposta de ação "visando a conscientização de classe e raça e o resgate da memória histórica", e também no grupo da História de Venda Nova, cujos pontos para debate eram a situação histórica de Venda Nova, a preservação da memória e do patrimônio histórico ainda existente na região e o levantamento e resgate da história de Venda Nova. Ainda no texto relativo à proposta de criação de uma entidade cultural em Venda Nova, também em discussão neste primeiro encontro, registra-se a seguinte ideia: "Precisamos resgatar e valorizar, imediatamente, nossos valores culturais, devemos manter viva a nossa memória."

Mas qual a definição de história e de memória entendida, apreendida e defendida pelos participantes deste movimento?

O Culturarte está inserido em um contexto histórico que dialoga com o território fértil para a afirmação de direitos e as lutas políticas, num momento em que a Constituição Federal de 1988, principalmente, em seu artigo 215, afirma que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. E no seu Art. 216 que trata especificamente do patrimônio cultural, tanto de natureza material quanto imaterial e aponta que: “com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Esta história registrada nos documentos produzidos nos processos levados a cabo por esses movimentos segue essa abordagem, no tocante às questões pautadas e lhe fornece, também, ferramentas de luta. Na perspectiva dos direitos culturais, assim busquei entender o sentido da história para esses homens e mulheres e qual o papel que a memória dessas pessoas desempenha na condução desse processo, tomado para si por D. Lúcia, e aderido por diversos atores sociais em diferentes lugares.

Nora (1995, p. 9), ao apresentar sua reflexão sobre os lugares de memória, nos diz que “A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem, que ela é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”. O conceito de memória é apontado nesta pesquisa como o que dialoga com o contexto em que o acervo analisado, foi detectado e trabalhado nos últimos anos, tanto pelo Centro Cultural, quanto por diferentes instâncias que dele fizeram uso de alguma forma, fato que será tratado mais adiante. Nesse momento, vale apontar a argumentação de Jöel Candau (2011, p. 28), sobre as retóricas holísticas no tocante a propensão “em transformar um singular ou um particular em geral” quando falamos em memória. Chamo atenção, que as memórias as quais me refiro, tem um recorte demarcado de um grupo, através de narrativas presentes em documentos e que foram, em certa instância, selecionados por uma pessoa representante deste grupo, portanto, sujeita ao elemento da subjetividade.

A constituição da memória é, em cada indivíduo, uma combinação aleatória das memórias dos diferentes grupos nos quais ele sofre influência – e isso explicaria, em grande medida, porque as pessoas guardam memórias diferenciadas. Casadei (2010, p. 155), citando Ricoeur (2007), aponta que é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e

na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma. “E isso porque a memória individual não é nada mais que a memória formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo.”

Le Goff (1995) problematiza a relação entre memória coletiva e a história situando-a como uma problemática “abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva”, “a renúncia a uma temporalidade linear” em proveito dos “tempos vividos múltiplos” nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo.

Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 1990, p. 473)

Aqui nos deparamos com um elemento importante para o percurso de investigação onde a memória é uma categoria analítica geradora de reflexões, ao mesmo tempo em que substrato para constituição da identidade. A esse respeito, Pádua (2013, p. 308) sugere que as mudanças em curso nas cidades contemporâneas, ao mesmo tempo em que ameaçam a memória, mostram-se também fecundas “para dinamizar movimentos de reconstrução de lembranças sobre o passado e a elaboração de projetos futuros, elementos centrais das dinâmicas de construção identitárias”.

Outro elemento que ressoa nesse contexto e cenário de Venda Nova é a ligação entre memória política e identidade social, como nos mostra Pollack (1992, p. 200), que destaca a “tentativa de encontrar uma metodologia para apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política.”

O que vemos nos processos de Venda Nova, em que pese o apontamento do Culturarte ser apartidário, é um movimento demarcado por uma concepção fundada no posicionamento político diante da política em curso, localmente e no país. Para Pollack, a memória se constitui em três eixos: individual, através dos acontecimentos vividos pessoalmente e “dos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. A esse respeito, aponta que

Podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagem realmente encontrada no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagem que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (POLLACK, 1992, p.)

Ainda outro aspecto apontado por esse autor para compreensão dos mecanismos que ligam a memória e a identidade social são os lugares da memória, ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas também pode “não ter apoio no tempo cronológico. Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (POLLACK, 1992, p. 3).

Esse aspecto se destaca quando verificamos a composição da Comissão de História do Culturarte, identificamos que os participantes não são naturais da região, sua relação com o espaço é construída a partir do momento em que Venda Nova é escolhida como seu local de residência. A partir dessa escolha, há a construção de um sentido de pertencimento para essas pessoas, de acordo com o percebido em suas reivindicações comunitárias, “mais do que uma questão de cada indivíduo, trata-se de algo que atinge os atores coletivos e as organizações” (BURITY, 2001, p. 192)

[...] pertencer a um movimento, a uma rede, a um campo ético-político, situar-se num campo discursivo, enfim, implica inserir-se numa "tradição" e ser, ao mesmo tempo, capaz de escolher e recolher dessa tradição e de outras, experimentar o desafio da alteridade, inserir-se em lutas pelo reconhecimento ou pela reparação de injustiças e desigualdades. (BURITY, 2001, p.192)

O pertencimento nessas condições implica comprometimento com um "projeto" sem se deixar submeter completamente a ele, circulando entre outros e/ou vinculando-se a outros. Essas experiências produzem um padrão de pertencimento diferente do da coesão grupal. Embora haja delimitações entre os que são efetivamente participantes e os que são simpatizantes a causa, “elas não são exclusivas; embora haja crenças comuns e formas comuns de "encená-las", elas não são compreensivas, nem únicas, mesclando-se a outras, por vezes divergentes, descontínuas de grupo para grupo” (BURITY, 2001, p.192)

“A percepção dos lugares de vivência influencia os processos identitários”, afirma Hofmann (2006, p. 2040). Na relação das pessoas com os espaços escolhidos ou assumidos como espaços de residência, elas vão construindo, simbolicamente, a dimensão de lugar. Essa compreensão liga-se a significação de um sentido social no plano real, o lugar representa o estabelecimento de um local onde o homem passa a existir. “O lugar existe quando proporciona ou favorece experiências humanas significativas, o que requer uma relação com a natureza, com as suas origens e com sua memória”, ressalta a autora.

No acervo de D. Lúcia encontramos uma transcrição de reunião da União das Associações de Moradores de Venda Nova (UNAVEN), gravada em 1986 e repassada por Elaine para ela em 1995. O encontro se dá entre Toninho, funcionário da ARVN e liderança comunitária do bairro São João Batista; Jorge Machado, do bairro Jardim Europa, Sr. Dazinho, Remédios e Maria José, também do bairro São João Batista e D. Mercês do bairro Letícia, as “almas da UNAVEN” como denomina Elaine. Eles se encontraram para avaliar a caminhada da entidade e para articular a criação de um jornal de Venda Nova, pois segundo o registro da transcrição, “Venda Nova precisa de um veículo de comunicação específico que cubra a região, que cubra uma série de coisas específicas daqui”. O primeiro objetivo do jornal seria “historiar” a UNAVEN. “Para a gente historiar, repensar o que foi tudo aquilo que aconteceu, acho até que é uma forma da gente refletir sobre o trabalho”, argumenta Elaine aos colegas de entidade.

Vencidos os desafios iniciais para os quais a entidade fora criada, outras questões começam a ser levantadas como bandeira por alguns dos integrantes desta associação. O documento repassado a D. Lúcia como um registro da história desse movimento de Venda Nova apresenta na conversa transcrita dos seus participantes, a preocupação em registrar a história local, evocada como elemento importante para demarcar a identidade local. Vejamos o diálogo registrado, no qual destacamos em grifo as expressões reveladoras de elementos já apresentados e que registram a intencionalidade e o objetivo da proposição de um trabalho de recuperação da história local.

Dazinho: Neste primeiro número queria sugerir que se abordasse um pouquinho a história de Venda Nova. Sabe por quê? Eu acho que deveria até, levando em conta a complexidade do assunto, e o tamanho do assunto, catalogasse em capítulos, é bom por que não se elabora a história de Venda Nova. Minha proposta é que a gente inicie o nosso jornal fazendo a história de Venda Nova, que seria, além de outras coisas, uma homenagem a essas pessoas mais velhas, seria, forma de contar uma história bonita, que é a história de Venda Nova, e fazer igual novela.

Maria José: Outra coisa que podia se feita é uma coluna dos pioneiros de Venda Nova. Em cada número focalizar.

Toninho: Eu estava pensando nisto, eu estava refletindo sobre isto outro dia. *A história de Venda Nova ela está muito centralizada em pessoas e pessoas velhas*, por exemplo, há quinze dias morreu D. Judith, irmã de Pe. Pedro Pinto. Havia pouquíssimas pessoas no enterro. O povo não sabe quem foi esta mulher. Ela foi uma das primeiras professoras, irmã do Padre que podemos dizer, desbravou Venda Nova. Era a única pessoa viva da família de Pe Pedro.

Elaine: *Talvez a própria história de Venda Nova possa ser contada através de entrevistas com estas pessoas, porque não temos nada registrado.*

Dazinho: Toda a história do mundo, dos tempos anteriores à escrita, foi transmitida através disto.

Elaine: A preocupação nossa é que o jornal da UNAVEN não seja aquele jornal chato, aquele informativo chato que relate todas as conquistas da entidade. *Se o jornal da UNAVEN levantar a história de Venda Nova, registrá-la, eu acho que atingiremos 80% dos nossos objetivos.*

Jorge Machado: Esta linha editorial em termos de universidade deve ter um respaldo muito grande, deve aceitar sem dúvida esta proposta. Se for explicada para universidade como se pretende, estas entrevistas deve haver uma aceitação. *É uma parte da história de Belo Horizonte que ser perdeu. BH deve muito a Venda Nova.*

Dazinho: Não tem dúvida nenhuma quanto a isso. *Isto aqui (Venda Nova) foi um grande início.* (...), Elaine. Transcrição de gravação de reunião das lideranças da UNAVEN em 1981)

Pollack (1992), ainda se referindo a memória como elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletiva, nos diz que ela é fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. O grupo que debate, no diálogo acima, o resgate da história do seu lugar de residência, propõe fazer isso através das recordações dos “pioneiros”, das pessoas mais velhas de Venda Nova.

Outro ponto é o lugar, que também é destaque na conversa, o sentido de importância dada à região fica explicitado: “Belo Horizonte deve muito a Venda Nova”, “Isto aqui (Venda Nova) foi um grande início”. Um elemento que observei nos registros dos movimentos de Venda Nova, no tocante ao tratamento do território é o de que a Venda Nova a que se referem é o distrito e não à regional apenas. Halbwachs (1990, p. 133) também destaca a questão do espaço, na sua obra clássica sobre a memória coletiva, quando nos diz que:

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. [...] o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos.

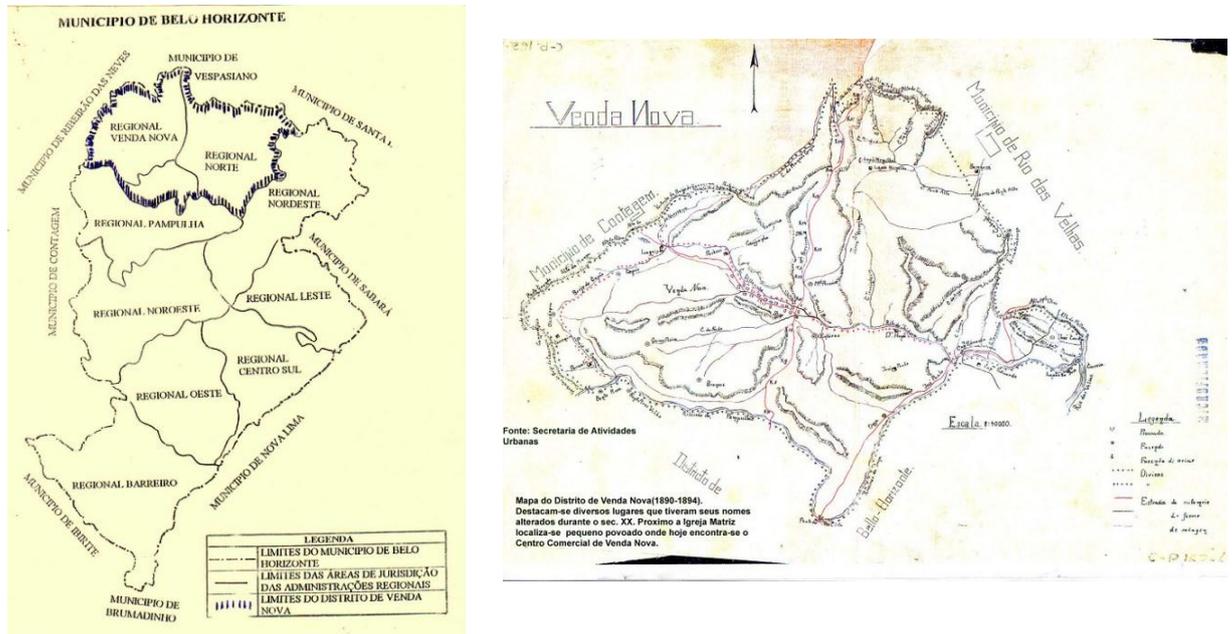


Fig.3 - O território geográfico apresentado em mapas de períodos diferentes – o mapa do final do século XIX, à direita, apresenta o traçado dos limites do Distrito, marcados no mapa da cidade de Belo Horizonte, à esquerda, em que se apresentam as regionais.

Carlo (2007) nos diz que o lugar é o produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garantem a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Na dinâmica própria da cidade, encontros e distanciamentos vão se constituindo em um percurso povoado por memórias diversas. No caso desse trabalho, encontramos memórias que habitam um território específico da metrópole belo-horizontina e que demarcam lugares de referência importantes, espaços habitados e relações que são construídas com os mesmos. Processos que são componentes essenciais para compreendermos os percursos de grupos e comunidades que habitam a cidade e seus lugares, como afirma Kessel (2007, p. 4):

As memórias individual e coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não sejam condição para a sua preservação, do contrário, povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, donde se segue que as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos.

No cenário no qual assistimos um interesse crescente e contínuo em torno da memória, é preciso enfrentar uma série de questões centrais do debate atual acerca da história e da

memória e do diálogo entre esses dois campos. A esse respeito, afirma Sorgentini (2003, p. 104):

Significativamente, dentro de los múltiples estudios encarados en el contexto del creciente interés que está teniendo el tema de la memoria, aquellos trabajos encuadrados en el registro de la investigación histórica ocupan un lugar central, sobre todo como resultado de la recepción de distintas aproximaciones historiográficas que toman a las representaciones colectivas como un objeto privilegiado de la disciplina y, consecuentemente, habilitan la construcción de una historia de la(s) memoria (as).

Nesse sentido, é importante retomar o diálogo com D. Lúcia para nos ajudar a compreender como a história local se tornou objeto de luta, não apenas do movimento Cultural de Venda Nova- Culturarte, mas também de movimentos anteriores a ele. Essa líder comunitária fez da história e da memória de Venda Nova um ofício ao qual se dedica por décadas incansavelmente. Através de redes de colaboradores que foi tecendo ao longo de sua atuação, essa personagem foi nos apontando trilhas pelos percorridas por pesquisadores e atores locais e que nos revelam um lugar e sua gente. No seguimento deste texto apresentamos a hoje anciã Lúcia César do Santos e sua trajetória. Para tal foram utilizadas como matriz as informações de entrevistas a pesquisadores e jornais locais e de grande circulação na cidade e, em grande medida, o que nos revelam as suas anotações manuscritas em folhas de caderno e mesmo em papéis de rascunho, guardadas como algo de importância. Nessas notas, ideias, impressões, opiniões e textos sobre Venda Nova dialogam com quem as lê como em uma conversa em que ela fala de si. Por isso são tão importantes para conhecer D. Lúcia e seu trabalho.

3. TRABALHOS DA MEMÓRIA E SEUS TRANSBORDAMENTOS: UMA GUARDIÃ DA HISTÓRIA LOCAL

Na sua busca pelo passado, os atores sociais envolvidos na Comissão de História do Culturarte constituíram-se em trabalhadores a batear no garimpo da História o seu sentido de identidade. Nesse processo, uma mulher se destaca por seu protagonismo e insistência na causa da história e da memória. Em sua maturidade envolveu-se intensamente com os movimentos locais em diferentes frentes de atuação. Ao longo deste texto já me referi a ela em vários momentos e agora a apresento.

D. Lúcia César dos Santos nasceu em Belo Horizonte, no bairro Calafate, em 28 de agosto de 1938, filha de José César Santos e Maria José Guimarães Santos. Seu pai foi durante anos dono de um dos mais badalados salões de cabeleiros de Belo Horizonte, o Salão Santos, que ficava na Rua da Bahia esquina com Rua dos Goitacazes, sendo inclusive citado pelos autores Raul Tassini em suas “Verdades Históricas e Pré-históricas de Belo Horizonte” e Pedro Nava em seu “Baú de Ossos”. Ainda jovem perdeu todos os seus bens em decorrência da crise financeira, que abalou também o Brasil, após o crack da bolsa de Nova York em 1929. O Sr. Santos fundou o primeiro sanatório para tuberculosos da capital, eram três casinhas que ficavam onde hoje se localiza o Hospital Madre Tereza. Ele também fundou um albergue na Praça da Estação que servia alimento e dava abrigo aos indigentes da cidade, mais tarde o albergue foi assumido pelo delegado Campos Cristo e transformou-se no Abrigo Belo Horizonte com a mesma finalidade. Sua mãe, Maria José, professora de formação, a convite da administração do Abrigo Belo Horizonte, em reconhecimento dos trabalhos empreendidos por seu marido, propôs que fornecesse as refeições destinadas aos abrigados. Este trabalho a ajudou a se manter e a educar os filhos, pois como professora atuou apenas por um período curto, ministrando aulas para uma turma de jovens e adultos.

D. Lúcia foi uma criança apaixonada pelos livros. Estudou no grupo escolar Bernardo Monteiro e no Instituto de Educação de Minas Gerais. Quando nasceu a situação financeira de seu pai não era boa, residiam em uma casinha simples, pois seu pai havia vendido uma chácara que possuía para pagar as dívidas. A situação foi progressivamente melhorando e mudaram-se para outra casa próxima à igreja do Calafate e posteriormente para a Rua Platina,

onde residiu até seu casamento, em 1951 com o engenheiro da Aeronáutica José Guimarães, que era seu primo. Casou-se em setembro e em novembro mudou-se para Venda Nova¹².

O caso de amor não foi imediato, nos primeiros anos a vida foi difícil, sem conforto e distante de tudo, era um sofrimento para a jovem acostumada ao frenesi da Capital. No entanto, não deixava de ajudar os vizinhos que necessitassem de auxílio, principalmente fornecendo medicamentos que conseguia com os três tios médicos. Sua casa era referência para os que precisassem de um remédio ou curativos.

Em sua narrativa sobre a chegada a Venda Nova, nos revela o impacto desse momento para a jovem acostumada ao movimento e ao modo de vida urbano que vivenciara até aquele momento em Belo Horizonte.

Mas, não, para mim não tinha, que tinha de 17 anos, juízo de galinha e miolo de pote. Pra mim não tinha. Não, tinha cinema, eu cheguei a ir três vezes ao cinema, matiné das 10 horas, matiné das 2 horas, e primeira sessão das sete. Eu adorava cinema, era paixão da minha vida. Venda Nova tinha um cinema Cine São Pedro, que era naquela praça, em frente à igreja, eu até tenho uma foto dele, consegui com muita dificuldade. Era uns filmes muito ruins, imagina, era só a noite, imagina se meu marido iria me deixar ir ou me levar, eu não tinha coragem, eu também tinha medo de andar na rua, sempre fui medrosa, nada com Venda Nova, sou medrosa desde criança, ainda sou, sou uns 30% medrosa até hoje. Era um horror, eu fiquei grávida, como o ônibus era demorado, o trajeto era demorado, muitas vezes eu descia na Pampulha, para pegar o bonde, porque era só colocar o pé na rua e meu enjojo passava. Longe de todo mundo, eu não conhecia ninguém. (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte, 2015. Entrevista concedida a Lana Mara de Castro Siman)

Sua chegada à região provocou curiosidade e estranheza, por suas posturas pouco ortodoxas. A rotina de interior foi agitada pela jovem moradora. Ela, por sua vez, deixa claro como esse foi um acontecimento, para ela, traumático.

Foi um horror, foi quase como ter ido para outro país, que eu não soubesse a língua. Todo mundo olhava para mim eu me vestia como as pessoas de Belo Horizonte e Venda Nova não vestia, vestiam como pessoas do interior, em 1951[...] Eu era para eles uma coisa, porque eu andava descalço, eu cuidava de pintinho, quebro perna eu amarrava palito, eu tratava dos cachorros da rua, com bicho de pé, desinfetava. Eu era uma comédia, eu só vejo isso hoje, hoje eu percebo. Eu tinha que cozinhar, eu tinha que acender o fogo, eu esquecia de recolher a lenha, soprar fogo para acender. Aquelas obrigações de casa que eu nunca tinha, caíram todas no meu colo. Eu odiava Venda Nova, eu levei uns 11 anos para acordar de gostar de Venda Nova.

¹² Esta descrição biográfica aqui realizada é parte de um texto que escrevi em fins da década de 1990 para o jornal “O Porta Voz de Venda Nova”, publicação que integrou as homenagens prestadas a D. Lúcia pela Regional Venda Nova. Os dados foram obtidos em uma breve entrevista com ela através de um roteiro de perguntas que lhe foi entregue.

(SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte, 2015. Entrevista concedida a Lana Mara de Castro Siman)

Durante anos teve vida nômade em virtude do trabalho de seu marido, morou em Belém e Marabá no estado do Pará, em Recife, no Rio de Janeiro e até em Moçambique, mas Venda Nova sempre era o lugar para onde retornava, pois já estava apaixonada pela região. As festas juninas que organizava eram concorridíssimas. As crianças recebiam tickets para pipoca, canjica, refresco e claro a pescaria. Eram momentos de encontro que proporcionavam alegria para seus vizinhos. Seu espírito festeiro chamou atenção e, em 1980, Toninho, funcionário da Regional, a convidou para integrar um grupo formado por pessoas de destaque em Venda Nova para organizar um grande evento, no mês de junho, não conseguiram a grande festa, mas o Natal Comunitário foi um sucesso e assim D. Lúcia começou seu trabalho junto a Regional Venda Nova e não parou mais. Concursos de música, a Feirinha de Artesanato, a Biblioteca Pública, o CCPVN (Congresso Comunitário e Popular de Venda Nova), o Culturarte, a Comissão de História, o Parque Serra Verde, o Pólo Industrial e a luta por uma Casa de Cultura, todos os movimentos de luta comunitários contavam com sua efetiva participação, inclusive, com uso de recursos próprios.



Fig. 5 e 6 – D. Lúcia César – chamo a atenção para o silk em sua blusa onde está escrito “Eu Amo Venda Nova Intensamente”, a blusa é uma espécie de uniforme que utiliza em todos os eventos em que participa.

Defensora do Patrimônio cultural e da Memória foi através de sua coordenação que os trabalhos de pesquisa realizados em 1990/1991 recuperaram a história tricentenária de Venda

Nova. Em 2001 aprovou-se no Orçamento Participativo a construção do sonhado Centro Cultural de Venda Nova. Muitos outros momentos importantes para a história contemporânea de Venda Nova contaram com a participação dessa líder comunitária e historiadora autodidata, que garimpou acervos pessoais e constituiu um acervo de documentos importantes para contar a história de Venda Nova. Em 2007, parte do seu acervo foi doado ao Centro Cultural Venda Nova, onde está disponível a pesquisadores e comunidade. Nesta instituição foi onde iniciei o contato com seu arquivo pessoal, mas sem analisá-lo com mais vagar e atenção.

No processo de análise dos documentos de D. Lúcia para organização dos dados desta pesquisa, só após diversas leituras, percebi uma lógica na escolha do que foi selecionado para guarda. Ela mesma me deu a pista em uma de suas notas ao afirmar, em um prefácio para o seu *dossiê sobre o Culturarte*, “que ali se entrelaçavam a história do CCPVN, do Culturarte e da Comissão de História”. Uma das questões levantadas durante o processo análise dos documentos foi exatamente o que impulsionou esses atores sociais a se juntarem em um grupo, cuja pauta de luta e reivindicação era a história local. Vale aqui apontar que, em vários momentos, o termo utilizado nos registros é “memória histórica”. Mas sua organização em primeiro plano não previa, exclusivamente, um trabalho de rememoração, e sim uma busca arqueológica das origens. Escavando e recordando, para associarmos a essa imagem Benjaminiana da memória, trabalhada em um pequeno, mas denso, texto seu. Ele nos provoca:

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois "fatos" nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. [...] E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (BENJAMIN, 1987, p.239)

O trabalho empreendido por D. Lúcia traz essa característica. Ela se apresenta com ajuntadora de papéis, aquela que por não cantar, dançar ou tocar, inseriu-se no Culturarte pela via da História. Fez dela seu trabalho. Escava as camadas da história de Venda Nova através de estratégias de aproximação da vizinhança e da sua rede de relações interpessoais, na busca de

tesouros que revelam e contam a história deste lugar em que fixou residência e para o qual devotou seu sentimento de pertencimento.

Em entrevista dada a historiadora Lizziane Melo Barros, no ano de 2012, quando esta desenvolvia uma pesquisa sobre o processo de implantação dos Centros Culturais locais em Belo Horizonte¹³, relata como ocorreu sua inserção no universo da cultura:

A nossa população aqui muito carente, os meninos muitas vezes a mãe num tinha tempo, num tinha paciência, num tinha dinheiro, para levar nas festas de Santo Antônio que ó padroeiro de Venda Nova, que é ali, onde era a igreja de Santo Antônio. Então eu fazia na minha rua a trezena, a missa e, posteriormente a missa a gente fazia essa festa, né. Ah! Eu tinha uma irmã também que me ajudava [...] Maria da Consolação Santos Ribeiro, ela tinha um jardim junto com, particular, junto com dona Mercês. Dona Mercês era, é uma, é uma liderança fabulosa de Venda Nova viu, e havia também seu Avelini, dona Dalila, e as filhas que me ajudavam demais. Então agente enfeitava a rua com bambu, a gente enfeitava uma carroça, arranjava uma carroça emprestada, fazia, passeava, passava três ou quatro ruas assim, pertinho ali, os noivos lá dentro, tudo enfeitado, e a gente fazia uns tcketizinhos, e dava na mão dos meninos. [...] aí começou o meu envolvimento com a parte da cultura. [...] na gestão do doutor Mozart Alvarenga, que foi o segundo administrador se não me engano, ele tinha uma assessora formidável, Elaine [...] Então, por intermédio desse funcionário Toninho, a Elaine contatou vários grupos que faziam coisas semelhantes a que eu fazia, entendeu? E nos chamou para uma reunião, pra gente fazer uma festa junina em Venda Nova. Resultado: foram vários, eu só me lembro do Ailton, engraçado, mas num, nós eramos vários. Isso foi assim em oitenta, é foi em oitenta com certeza. (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte 2012. Entrevista concedida a Lizziane Melo Barros)



Fig. 7 – Natal Comunitário de Venda Nova. Primeiro grande evento com a participação de D. Lúcia que aparece no caminhão do corpo de Bombeiros à direita.

A narrativa de D. Lúcia revela como a rede de relações entre diferentes atores sociais da região, foi importante para essa articulação em torno da temática da cultura. Elaine, em

¹³ BARROS, Lizziane Melo. Centros Culturais Municipais e a política de "descentralização" cultural em Belo Horizonte, Belo Horizonte, Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2012

correspondência enviada a D. Lúcia, também comenta sobre esta vasta rede que, muitas vezes, fica sem registro:

Vasculhei a memória e infelizmente não tenho certeza de muitas datas e nomes dos envolvidos. Talvez a senhora possa confirmar estes dados aí na Regional. Tentamos eu e Toninho, registrar os principais eventos. Arquivamos também convites onde se encontram nomes de artistas que participaram de exposições bem como também abrimos aqueles livros onde se registra o nome de pessoas que vêem uma exposição de arte. Segue abaixo o que acho que foi mais importante [...] (SANTOS, Elaine .Carta enviada a D. Lúcia César em 1995)

Nas páginas que se seguem no documento, Elaine vai destacando para D. Lúcia o que sua memória guardou sobre os processos vividos e vivenciados com o grupo de Venda Nova. Assim, através das trocas e doações de sua rede de relações em Venda Nova, D. Lúcia foi constituindo o acervo da memória que guarda sobre a História local. O título de Guardiã só veio a pouco, quando de sua aproximação efetiva com uma instituição acadêmica através dos trabalhos do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino de História, da Universidade Federal de Minas Gerais (Labeph/UFMG), com a pesquisa sobre a história da Escola Municipal Antônio Gomes da Horta e do Polis e Mnemosine/(UEMG), com o projeto Educar pela Cidade, já mencionado, nos quais o termo remetia a alguém que guardava memórias preciosas, sendo, por isso, importante ouvir suas histórias e narrativas.

Nora (1993, p.18) afirma que: “quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em nenhum lugar se a consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memórias” (NORA, 1993, p. 18). No caso de Venda Nova, é uma mulher que desempenha esse papel. Diante da demanda que muitos apresentam, ela assume esse lugar de guardiã da memória e da história da região.

Gomes (1996), ao tratar sobre a atuação de Alzira Vargas como guardiã de memórias, nos trás alguns argumentos que permitem aplicá-los a atuação de D. Lúcia. Um primeiro elemento que apresento é a constituição da memória enquanto um trabalho, aspecto destacado na citação de Gomes (1996, p. 6):

A memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora resignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser “dito”, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário. Quem aceita fazer o trabalho da

memória, o faz por alguma ordem de razões importantes, dentre as quais estão a busca de novos conhecimentos, a realização de encontros com outros e consigo mesmo, de forma a que os resultados sejam enriquecedores sob o ponto de vista individual e coletivo.

D. Lúcia rememora, ela foi tecendo uma rede que possibilitou lhe ir apresentando à cidade uma versão da história de Venda Nova. A estrutura da história que se apresenta é a elencada por objetos de memória que vai descobrindo no seu trabalho de escavação, retomando mais uma vez a imagem benjaminiana. Seus colaboradores lhe doam parte de sua memória individual e ela por sua vez os vai ajuntando, colecionando e estruturando as suas evidências para efetivar a construção da história local. Documentos diversos que vão desde fotografias, cartões, atestados de óbito, manuscritos, jornais, foram guardados ao longo das três décadas de sua atuação.

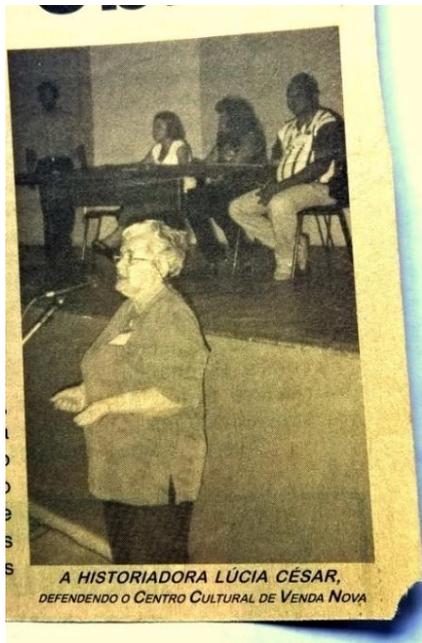


Fig. 8 – Jornal Porta Voz de Venda Nova – 2000. No artigo que aborda o processo de aprovação da obra de implantação do Centro Cultural Venda Nova, ela é apresentada como historiadora

Assim, diante da percepção do esquecimento da história local, D. Lúcia e companheiros seus do movimento popular de Venda Nova, tomam a decisão de se encarregar da busca da memória e da história da região. Sua empreitada não é solitária e a sua escolha de ofício, foi influenciada pelo compartilhamento de outros moradores, desse desejo em saber das origens.

E havia um senhor que participava muito dos movimentos com agente o Doutor Jorge Machado, ele era professor de Direito na UFMG. [...] Mas ele era muito interessado, pessoa muito trabalhadeira, muito batalhadora por Venda Nova. Ele e eu sempre dizíamos que agente não sabe nada de como Venda Nova foi criada, não tem dados nenhum sobre Venda Nova, porque aqui sempre foi um lugar pobre, aqui não tinha mina de ouro, aqui não tinha isso nem aquilo. Então, pobre não tem história, quando a agente se reuniu, era um grupo que trabalhava aqui, trabalhava

com isso. (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte, 2014. Entrevista concedida a Lana Mara de Castro Siman)

Em suas notas, faz o registro desse processo que levou a constituição da Comissão de História¹⁴ e relata o surgimento do grupo bem como justifica para a sua existência, a partir dos apontamentos da Constituição Federal de 1988.

A “História de Venda Nova” há muito e muito tempo é assunto de conversa na comunidade.

As pessoas perguntam:

- Quem fundou Venda Nova?

- Em que dia, mês e ano?

- Quem foram os primeiros moradores?

- Quem fez isto ou aquilo?

- Dizem que as terras foram doadas a Santo Antônio. É verdade? Como? Quando?

Por quem? Que divisas tinham estas terras?

Nas escolas o mesmo problema, o que ensinar as crianças sobre o local onde elas moram, onde elas estudam e onde nasceram [...] Várias pessoas interessadas no assunto por motivos vários, pesquisaram como puderam nos arquivos, bibliotecas, na memória dos mais antigos, guardam fotos, documentos, reportagens. Em várias reuniões comunitárias, sempre o assunto vinha a baila.

O desejo de recuperar a história local era compartilhado, portanto, o motivador principal de D. Lúcia ancora-se no coletivo, ou em parte do coletivo de residentes em Venda Nova. E é no coletivo que o seu papel, enquanto guardião da memória foi solidificada. Gomes (1996) assim define o guardião da memória:

O guardião ou mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser “um narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros grupos (vivos e mortos) quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória. (GOMES, 1996, p.7)

Um profissional da memória, assim Gomes completa a sua definição do guardião da memória. Segundo ela, estes iniciam sua carreira por motivações específicas e em momentos especiais.

Eles são emblemáticos e passam a dominar a trajetória daqueles que se imbuem de tal tarefa. Ser guardião torna-se um “projeto”, como Gilberto Velho nos lembra: “Uma conduta organizada para atingir finalidades específicas”. Um projeto, portanto, imprime sentido duplo a vida de um indivíduo: da-lhe direção e significado. Um projeto organiza o relato do narrador quando ele fala de si e do grupo a que pertence e representa. (GOMES, 1996, p.8)

¹⁴ A organização do texto das notas foi mantida na transcrição. D. Lúcia registra sua reflexão como um diálogo.

A narrativa de D. Lúcia nos revela como ocorreu o seu contato com a Administração Regional e como ele foi importante na constituição do seu projeto. Ainda revela que a partir dessa aproximação, sua atuação comunitária transformou-se em seu trabalho:

Fundaram aqui o PRODASEC, foi uma coisa importantíssima, que foi uma coisa de cima para baixo. Aí eles convidaram as pessoas que já faziam esse tipo de serviço, eu não dava injeção, eu fazia curativo.

Particpei da organização do PRODASEC¹⁵, fiz amizade lá na regional, aí comecei a trabalhar lá em baixo, e não era beata, eu trabalhava nas festas, e aí eles começaram a chamar várias pessoas que faziam alguma coisa na porta, ou dava injeção, e foi assim que eu descí lá para regional, e passei a trabalhar com a prefeitura, se não me engano foi em 1980. Como eu gostava muito de história, eu fui encaminhando para esses lados.

Nós tínhamos um grupo chamado Culturarte, movimento cultural de Venda Nova, e eu puxei nele uma comissão de história de Venda Nova (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte, 2015. Entrevista concedida a Lana Mara de Castro Siman)

Os destaques em grifo são para demonstrar como em sua fala, essa líder comunitária revela a concepção de sua atuação como um trabalho. A mesma narrativa aparece em outra entrevista que deu, em 2012, onde sua atuação comunitária é apresentada também como seu trabalho:

Eu participei muito, apesar, porque eu trabalhei em várias áreas, em várias áreas, eu só não trabalhei com idosos. É, mas aí, eu trabalhei muito na criação do primeiro conselho municipal de saúde, apesar de num ser a área com a qual eu trabalhava, mas porque havia necessidade que ele fosse criado. Eu fiz parte do conselho regional aqui em Venda Nova [...] (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte 2012. Entrevista concedida a Lizziane Melo Barros) (Grifo meu)

O seu trabalho foi direcionado para várias frentes, no entanto, é na história que ela encontra a sua atuação primordial. O Culturarte, movimento que ajudou a fundar, constitui se em seu instrumento para concretizar o seu projeto. Sobre o Culturarte, ela diz:

Fizemos shows, e fizemos exposições, e fizemos debates, e, foi assim, um grupo muito ativo, entendeu, muito ativo mesmo, e deste grupo, eu que num danço, num toco, num canto, faço nada, eu, puxei então para o que eu amo, que é história. Fizemos do Culturarte a comissão de história de Venda Nova. Com pessoas bem, de famílias bem antigas aqui da região, e também com outras lideranças comunitárias que foi quando a gente conseguiu, é, fazer o primeiro livro de Venda Nova.

¹⁵ PRODASEC - Programas de Ações Sócio-Educativas e Culturais, lançado em 1980 pelo Ministério da Educação e Cultura. Acreditava-se que: “à atividade educacional em geral devem associar-se ações outras que supram carências básicas da população escolar desfavorecida, como saúde, nutrição, emprego e renda, contingências susceptíveis de invalidar ou limitar os resultados do esforço educacional”. Tinha três linhas básicas de ação: “a ampliação e melhoria dos serviços educacionais de 1º grau e pré-escolar; apoio a projetos sócio-educativos e culturais em execução e desenvolvimento de projetos que atuam na base da relação educação—emprego—renda. In: Desenvolvimento da Política Educacional e Cultural. MEC, 1980. Disponível em <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001763.pdf>> Acesso em: 19/06/2016.

(SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte 2012. Entrevista concedida a Lizziane Melo Barros) (Grifo meu)

A fala, “*puxei então para o que eu amo que é história*” revela a sua escolha pelo ofício de guardiã da memória e da história de Venda Nova. No seguimento da entrevista, ainda completa:

Então os nossos assuntos recorrentes eram dois: a história, o livro sobre a história de Venda Nova e um centro cultural pra Venda Nova. Isso era uma rotina, entendeu? A gente dava entrevista a jornais de Belo Horizonte, todo, sempre, sempre, principalmente a gente queria um centro cultural, porque a gente, num tem um lugar para se reunir em Venda Nova. E queríamos a história de Venda Nova, queríamos a história de Venda nova. . (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte 2012. Entrevista concedida a Lizziane Melo Barros)

Sua relação com a história é familiar, tem irmãs, filhas e sobrinhos graduados, especialistas e doutores em História, no entanto, sua formação é de ensino médio incompleto. “E eu não estudei nada, eu saí, eu fugi da escola no segundo grau. É, é, todos os meus irmãos fizeram faculdade [...] eu não gostava de estudar”. Revela à entrevistadora Lizziane Mello. Apesar de não ter formação acadêmica, foi construindo um arsenal de informações através de objetos de memória e na interação com eles construindo a sua versão da história local. Suas notas revelam isso claramente, folhas de caderno, folhas avulsas e até pequenos rascunhos foram preservados e neles estão escritas suas impressões, indagações e conclusões a partir dos elementos que iam surgindo nos documentos que foi colecionando ao longo do tempo.

Os objetos da coleção de D. Lúcia se materializaram nos documentos que comprovam e registram a história local, os quais foram “ajuntados” - ela se apresenta como uma ajuntadora de papéis ao longo de três décadas. Uma de suas principais fontes são as fotografias que os antigos moradores lhe emprestavam e ela copiava. Em algumas cópias numerava lugares e pessoas e devolvia para os seus colaboradores para que identificassem os detalhes que lhe interessavam. As fotografias constituíam parte de seus “objetos de memória”, que segundo Gomes (1996), “são eminentemente bens simbólicos que contém a trajetória e a afetividade do grupo”. Fotografias são objetos de preferência dessa guardiã, talvez porque, como afirma Brissac Peixoto (1990):

Neste universo de coisas em desaparecimento, os indivíduos procuram desesperadamente deixar suas marcas. Pois a cidade moderna, antes desta catástrofe, era como um interior. Os homens se sentiam em casa nela. Em todo lugar, deixavam suas impressões digitais. Os objetos traziam os sinais daqueles que os possuíam. Neste sentido, a fotografia se apresenta aos monumentos. Ambos são indícios de que alguma coisa aconteceu no lugar, de que alguém esteve ali. Indícios de uma presença. Mas está cada vez mais difícil. Na medida em que a cidade está perdendo

seus referentes, a fotografia também está perdendo sua capacidade de marcar, de registrar. (PEIXOTO, 1990, 472)

As fotografias constituíram em um primeiro contato seu com os trabalhos da memória, em 1980, data significativa em sua trajetória militante, pois foi neste ano que iniciou sua atuação, junto com outros atores no movimento comunitário e popular de Venda Nova. Em suas notas, com o título de “retrospectiva Histórica de Venda Nova”, narra a montagem de uma exposição de fotos de Venda Nova onde “procurou-se, através do levantamento fotográfico, de fatos marcantes da região, mostrar um pouco de nossa história,” relata e ainda revela que “algumas pessoas tiveram receio de emprestar as fotos, outras, no entanto, se empenharam em colaborar emprestaram mais de uma foto e incentivaram parentes e amigos a fazer o mesmo.” Assim, ela foi despertando em outros moradores o desejo de colaborar com o seu trabalho, nas mesmas notas revela essa postura de seus colaboradores: “A Retrospectiva teve o mérito de fazer com que as pessoas reconhecessem o valor de se preservar os acervos fotográficos familiares e da necessidade de se pesquisar a História de Venda Nova e escrevê-la. Todas as fotos foram devolvidas aos seus proprietários pela Regional”.

Entre 1995 e 1999, escrevia uma coluna para o jornal local apresentando os resultados de seu trabalho. “Memória Visual de Venda Nova”, assim ela definiu o título de sua coluna mensal no jornal de bairro “Porta Voz de Venda Nova”, em que apresentava aos leitores o resultado de seu trabalho com as fotografias. As informações colhidas com os doadores das imagens eram disponibilizadas para a coletividade com a mesma estrutura que utilizava para sistematizar as informações. Ela criou uma ficha para cada imagem em que constavam os seguintes itens: um título dado por ela a partir do cenário e contexto da fotografia, data precisa ou provável, nome do fotógrafo, um texto breve contextualizando a imagem e a identificação de cada elemento que marcara e identificara junto aos seus doadores de memória.

Nas imagens que seguem vemos esse seu processo de trabalho em uma das fotografias do seu acervo.



Fig. 9 – Imagem e rascunho da ficha de descrição da fotografia do acervo de D. Lúcia. Onde se vê as marcas que colocava para identifica elementos da foto. Uma cópia em xérox era entregue ao doador para identificação dos elementos marcados.

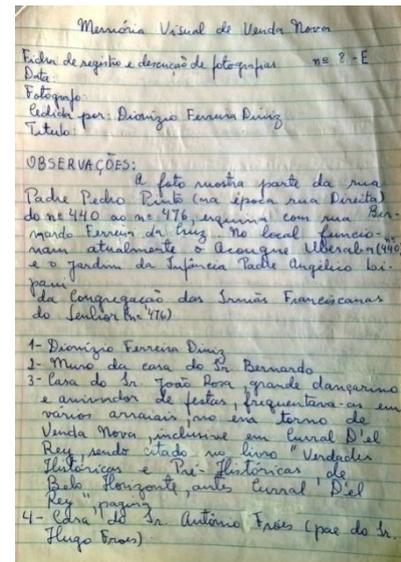


Fig. 10 – Rascunho da ficha elaborada para registro das informações recolhidas

Em alguns casos ela mesmo se encarregava de anotar na cópia xerox as informações que ia coletando junto de seus colaboradores que, em certa medida, eram doadores de memória, pois compartilharam com ela elementos de sua memória pessoal. Sua satisfação ao receber fotografias fica aparente em uma carta, cujo rascunho foi guardado junto com suas notas, enviada a jornalista Adriana Kfuri, do jornal Estado de Minas, que durante certo período teve Venda Nova como uma de suas pautas preferidas e que contavam com a parceria de D. Lúcia como informante.

Cara Adriana,

Com os meus cumprimentos venho lhe agradecer as fotos de Venda Nova. Adorei! Passei dias e dias namorando as fotos. Com auxílio de uma lupa, localizei ruas, prédios, igrejas, etc. Foi uma festa! Nem tem comparação as diferenças que descobri na foto original com o que havia descoberto na imprensa, na reportagem, principalmente porque quando ganhei o jornal ele já estava com 13 anos. Há 7 anos que tento encontrar aquela foto. Você foi joia. [...] as duas fotos atuais foram o máximo, agora tenho três fotos do mesmo local em 3 décadas tão diferentes. Isto é muito interessante para o trabalho que faço.

Suas palavras a meu respeito me deixaram muito comovida, é bom ver que um trabalho discreto de formiguinha, como o que faço é valorizado. Muito obrigada por tudo. (Transcrição de carta enviada a Adriana Kfuri, sem data mas provavelmente foi escrita em 1997, pois no seguimento do texto faz referência ao centenário da cidade de Belo Horizonte)

A atitude de esmiuçar os dados que consegue em seu trabalho de formiguinha, como ela define para a jornalista, também está presente em suas atitudes frente aos documentos e dados

do passado da região que chegam a suas mãos, seja pelo envio de relatórios da equipe de pesquisadores contratados em 1991, seja por suas próprias pesquisas em arquivos e departamentos da Administração pública de Belo Horizonte. Dessa forma, os dados que chegam são lidos, relidos e anotados com indagações, impressões e conclusões sobre a informação recebida. São muitos os papéis no conjunto de suas notas que trazem essas características. Abaixo apresento uma das muitas folhas encontradas entre suas anotações.

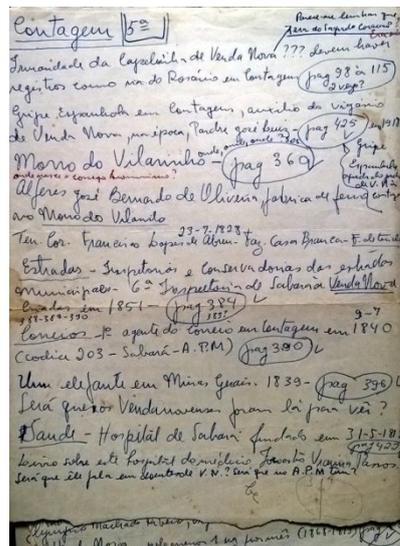


Fig. 11 – Anotações de estudo das informações de documentos e textos que recolhe sobre a história de Belo Horizonte e Minas Gerais em que busca informações em Venda Nova.

As diversas intervenções no rascunho mostram como ela retorna as anotações iniciais com outros elementos e indagações, assim, D. Lúcia dedica parte considerável de tempo a esse trabalho de busca do passado. A partir dessas suas análises foi construindo textos, que também contaram com a interferência de seus colaboradores, sobre temas que considera importantes para a história local. No conjunto de documentos, encontramos textos sobre as origens do Distrito de Venda Nova, sobre o córrego Vilarinho e também sobre os transportes em Venda Nova. Estes textos eram entregues a estudantes e pesquisadores que lhe procuravam como referência para saber mais sobre a região. Há, ainda, no conjunto de suas notas manuscritas, cartas para colaboradores, na maioria das vezes em agradecimento pelas doações. Outras são destinadas a autoridades para reivindicar apoio aos projetos da Comissão de História e ao Culturarte. Encontramos ainda anotações diversas que tratam de reflexões pessoais sobre questões que lhe preocupam.

Entre os manuscritos também constam os rascunhos dos textos que contam a história do Culturarte e da Comissão de história, estes foram escritos como forma de deixar registrada a

história de sua luta pela cultura e pela história local. Essa informação ela explicita em um dos textos manuscritos e também em versão digitada encontrado entre os papéis avulsos. O conteúdo é o seguinte:

Não foi fácil organizar esse dossiê sobre o Culturarte, apesar da pesquisa ter sido feita em meus próprios arquivos. Foram cartazes, panfletos, documentos, convites, recortes de jornais que foram reduzidos, montados, copiados, para tentar dar uma ideia do que tem sido o Culturarte desde 1989.

Foi também copiado material referente a Comissão de História de Venda Nova; ao Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova – CCPVN; à I Gincana Cultural de Venda Nova e até à Olimpíada porque os membros do Culturarte se entrelaçam nestes eventos; a Comissão de Cultura do CCPVN era formada pelos membros do Culturarte assim como a Comissão de História o é até hoje. Esperamos que a organização destes documentos tenham utilidade e facilite a pesquisa sobre parte do movimento cultural da região nos últimos anos. (SANTOS, Lúcia César. Belo Horizonte, s/d. 1 p. Anotações)

O texto foi escrito em agradecimento aos seus colaboradores e que provavelmente seria anexado ao dossiê, a data provável é entre 1995 e 1997, pois algumas anotações de pesquisas suas em documentos enviados para ela, são datados deste período. Foram estes textos que despertaram em mim a consciência de que não havia apenas um movimento, mas um conjunto de ações realizadas em diferentes movimentos locais que, através da pessoa de D. Lúcia convergiam para a causa da história de Venda Nova. Assim a trajetória desta líder comunitária a qualifica como guardiã de memórias, pois transitou por muitas vertentes. Reafirma-se também o caráter de trabalho desta sua empreitada, pois como afirma Chauí (2004, p.20), em texto apresentado na banca de doutorado de Éclea Bossi, que:

Os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é re-viver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seu coetâneos (cf), em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer. (CHAUÍ, 2004, p. 20)

D. Lúcia mais que recordar, buscou em sua trajetória fomentar a recordação de outros, na medida em que, ao acionar seus vizinhos e outros moradores de Venda Nova para emprestar fotografias e documentos, provocava nessas pessoas, essa disposição para memorá-lo. A sua intencionalidade aparece em diversos documentos e pode ser sintetizada em uma frase de destaque em sua escrita e que repete em vários momentos: “Você só cuida daquilo que ama,

você só ama aquilo que conhece, precisamos conhecer para cuidar do nosso lugar.” Mas como dar a conhecer todo o resultado deste trabalho?

A resposta está colocada na justificativa da criação da Comissão de História do Culturarte “Nossos problemas atuais exigem respostas cuja origem encontramos no passado, pretendemos rever o passado para compreendermos o presente e ter condições projetar possibilidades de superação das atuais dificuldades e construção de um futuro promissor.” A meta apontada para os trabalhos era “Proporcionar aos moradores, estudiosos e demais interessados, dados que permitam uma leitura crítica do processo histórico de Venda Nova, contribuindo para a compreensão e mudança de nossa realidade.” Neste sentido, sob a coordenação de D. Lúcia, várias ações foram efetivadas, não apenas por esta Comissão, mas por outros agentes, públicos ou privados. O resultado dessas ações segue uma trilha que encontra a educação, em um sentido mais amplo que apenas o escolar. Os beneficiados por esse trabalho não foram ou são apenas os estudantes das escolas de Venda Nova, mas também outros espaços e grupos, cujos resultados serão apresentados a seguir. A guardiã da memória de Venda Nova foi exitosa na tarefa que tomou para si para além do seu plano inicial.

Uma das marcas que identificam hoje essa região da cidade de Belo Horizonte é exatamente o comprometimento de diversos atores sociais dessa localidade com a história local, seja no espaço escolar ou em outros que possibilitam a provocação de uma reflexão sobre o lugar da história local e suas potencialidades e também os levam a perceber que o trabalho desenvolvido transborda para além das intenções iniciais. Retomando os objetivos desta Comissão, percebemos que havia um conjunto de metas que abrangiam deferentes frentes que vão desde a fundação e origem do nome, o processo de anexação de Venda Nova a diferentes municípios, catalogar o conjunto arquitetônico, viabilizando formas de sua preservação, democratizar as informações sobre a história da região e também resgatar a memória de pessoas que participaram do processo de desenvolvimento de Venda Nova. A lista de objetivos e metas inicialmente elencados pela Comissão de história não se concretizou literalmente, no entanto, D. Lúcia César dos Santos manteve e mantém a temática em voga, não deixa apagar essa chama de luta. Assim a história de Venda Nova continua a ser um assunto atual e colocado em diferentes espaços.

Para fins de organização dessa reflexão me deterei a seguir nos transbordamentos de seu trabalho, em uma abordagem ampla de como suas ações encontram a educação, não apenas a

formal, mas também os processos formativos que contribuem para a compreensão da dinâmica de transformações que ocorreram neste lugar e com os seus residentes.

3.1 A Comissão De História Do Culturarte, O Trabalho De D. Lúcia E Seus Transbordamentos

Um apontamento destaca-se nesta escuta ao movimento, aquele que aponta e solicita ações que tenham como meta o conhecimento da história do seu lugar de pertença como uma trilha rumo a sua memória. Nesse percurso pelas décadas de 1980 e 1990, do Culturarte, da Comissão de História de Venda Nova e dos movimentos que os antecederam, constatamos que estes foram tecendo diálogos possíveis entre o passado e o presente, e que desse processo, emanam possibilidades pedagógicas importantes para a localidade e também para cidade. Como afirma Casco (2006, p. 1):

Ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) nesse campo.

Algumas observações foram percebidas nesse trabalho com a documentação. Lacunas de informação foram percebidas em alguns dos itens, mas análise do conteúdo revelou que o processo de luta do movimento Culturarte e de sua Comissão de História, desde sua constituição e através da constituição de suas estratégias de atuação, sempre esteve imbricado com a educação. Em uma carta endereçada aos diretores e professores (em especial aos de História e Educação Artística), enviada 16 de setembro de 1994, percebemos como essa intencionalidade se apresenta, nela reiteram-se o que é o movimento, seus objetivos e conclama-se as escolas a uma participação efetiva e, ainda propõe:

Neste momento estamos tentando envolver as escolas da região numa pesquisa sobre a área de abrangência das mesmas, para isto esperamos sensibilizar os senhores, pois sem a mobilização e o interesse de todos da escola isto não seria possível. Prendemos enviar-lhes nestes dias algumas ideias sobre este envolvimento escolar na pesquisa dos bairros. Pedimos a todos o apoio para que a pesquisas sejam retomadas. Caros companheiros, é preciso que entendamos que no pensamento moderno a história deixou de ser uma compreensão do passado para ser uma projeção do futuro. “A história passou a ser um modelo cuja contemplação fornece regras para a ação.” Assim queremos fazer em Venda Nova. Seguir os antigos caminhos para desvendar os novos. (CULTURARTE, Belo Horizonte, 1994 2 p. Ofício)

A escola é reconhecida como o lugar onde esse projeto de apropriação da história local irá concretizar-se. A escola é o território possível para efetivação do projeto de apreensão dos valores e potencialidades da pauta prioritária da Comissão de História. O referido projeto da pesquisa de bairros encontrado, ainda como rascunho, entre as notas de D. Lúcia, que pensou esta estratégia como uma possibilidade de pesquisar todos os bairros que compõem o território de Venda Nova, através de um trabalho investigativo empreendido por cada escola da região, a partir da escola e de seu território do entorno.

“Seguir os antigos caminhos para desvendar os novos”, encontramos aqui uma noção de passado como referência para constituir novos projetos e proposições para sociedade. “Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga aos selves anteriores, por mais diferentes que temos nos tornado.” (LOWENTHAL, 1998, p. 83) As vivências pretéritas são consideradas como referencial para constituição de projetos para “melhoria da qualidade de vida” da localidade, diante de tantas demandas apontadas pelos movimentos populares desta região da cidade, em sua luta por implementação de políticas públicas, mas também para a constituição de um sentimento de identidade social. Neste contexto, escola e comunidade são os lugares e os sujeitos onde a efetivação deste projeto pode vir a ser exitoso.

Em diversos momentos, os registros dos encontros, dos debates e também os projetos constituídos apontam essa premissa. Em um encontro dos membros do Culturarte com o departamento de Desenvolvimento Econômico e Social da Administração Regional de Venda Nova, em 1993, onde se discute a destinação de recursos para a cultura na Regional, um grupo de professores, que integra o movimento, apresenta uma proposta de descentralização cultural em que cada escola se constituiria em Centro Cultural, “[...] seriam os espaços ideais para serem utilizados como Centros Culturais descentralizados e os eventos a serem realizados deveriam ser programados com a participação dos trabalhadores de educação das escolas, da clientela que se utiliza dos serviços das escolas, dos grupos artístico-culturais da região, das Associações de Bairros, etc...” (Ata da Reunião Preparatória do III Culturarte, 09 de abril de 1991, p. 1-2). Aqui a escola passa a ser o lugar da práxis cultural, na ausência de equipamentos públicos adequados para esse

fim. Nela, não apenas as atividades ligadas à história local, mas todas as práticas do fazer cultural seriam disseminadas e vivenciadas.

Um dos projetos pensados por D. Lúcia tinha uma grande ambição, levantar a história de Venda Nova a partir da história das escolas e do bairro onde esta se localiza. Mais uma vez a escola é um dos elementos apontados como primordiais para a concretização do projeto de recuperação e disseminação da história local. Ao longo destes anos, ela não conseguiu adesão expressiva a essa proposta, no entanto, sua causa nunca foi esquecida e mesmo que de forma tímida, a história local hoje trabalhada nas escolas é fundamentada nas publicações produzidas ao longo das últimas décadas a partir do trabalho de D. Lúcia e da Comissão de História. No rascunho do projeto ela registra: “O objetivo maior deste projeto é a valorização, proteção e manutenção do patrimônio humano, histórico, natural, econômico e cultural da região”. Essa afirmação revela que a sua concepção de patrimônio é ampla e que o foco é Venda Nova enquanto distrito.

Um dos trabalhos se assemelha muito ao descritos nas notas apresentadas nas figuras 10 e 11, elas são registros de um projeto de D. Lúcia, é o efetuado pela Escola Municipal Antônio Gomes Horta, por ocasião do seu 40º aniversário. Através de uma parceria com o LABEPEH/UFMG – Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino de História da Universidade Federal de Minas Gerais, a escola organizou uma gincana em que a história da escola alcançou a história do seu entorno e assim se aproximou, não apenas da proposta de D. Lúcia, como também dela e de seu acervo como fonte para a construção de um processo pedagógico.

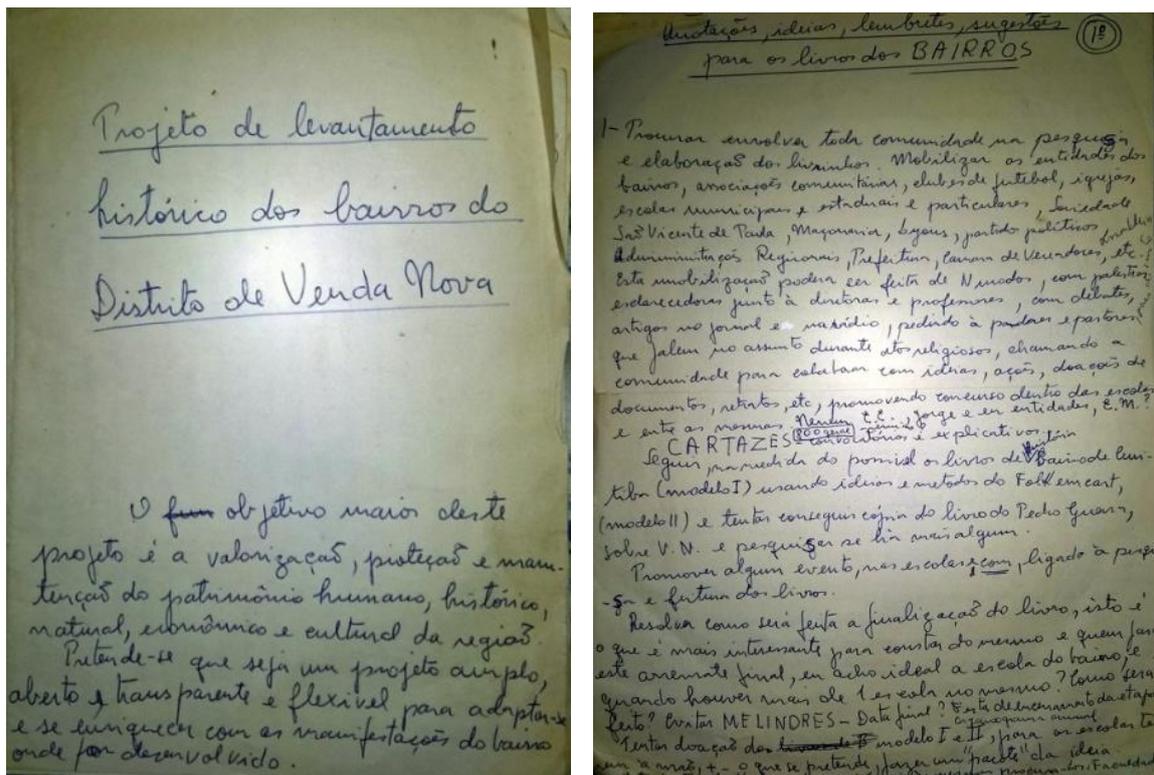


Fig. 12 e 13 – Anotações de proposta de projeto a ser desenvolvido por escolas e outras entidades em Venda Nova, concebido por D. Lúcia, a partir da experiência de Curitiba, como ela mesma registra na nota à direita.

A história local foi o foco do trabalho desenvolvido e nos leva a uma provocação sobre a importância desta nos processos de construção do conhecimento histórico. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, a História Local é destacada como um elemento importante a ser trabalhado com as crianças, principalmente os anos iniciais do Ensino Fundamental, neste documento destaca-se a potencialidade da história local para, a partir do que é conhecido e reconhecido pelos estudantes, vislumbrar-se a inserção da compreensão de conceitos relacionados à história e a historiografia:

[...] os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersa nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA, Brasil, 1997, p. 40).

As possibilidades de trabalho a partir do local são muitas e profícuas, essa estratégia de aprendizagem a partir da inserção do estudante na comunidade em que reside e interage, cria a historicidade, desperta atitudes investigativas, contribuindo para a reflexão sobre o contexto local. Possibilitam:

[...] refletir sobre a realidade que o cerca e seus diferentes níveis, econômico, político, social e cultural; o espaço menor possibilita ao aluno a visão de continuidade e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências e; a história local pode instrumentalizar o aluno para uma história da pluralidade, onde todos os sujeitos da história tenham voz. (GERMINARI E BUCZENKO, 2012, p. 132)

Os autores citados abordam a história local e a constituição de identidade a partir do contexto da Educação Histórica, passando por diversos pesquisadores que se debruçaram sobre questões como cognição histórica, identidade histórica e as estratégias do ensino-aprendizagem da História. Assim afirmam que:

As contribuições para a discussão epistemológica acerca das relações da História com a vida prática têm possibilitado identificar alguns caminhos de análise da consciência histórica de jovens e crianças. O conceito de consciência histórica, segundo a teoria esboçada por Jörn Rüsen (2001), articula o passado como experiência e o presente e o futuro como campos de ação orientados pelo passado, cujas funções essenciais são a orientação temporal e a criação de identidade. A consciência histórica é a consciência humana que fornece sentido temporal à vida, pois relaciona num continuum temporal passado, presente e futuro. Devido ao seu papel em nos orientar no tempo, a consciência história tem duas funções essenciais: orientação temporal da vida prática externa e interna. (GERMINARI e BUCZENKO, 2012, p. 136)

No momento em que o sentido de passado, presente e futuro passam por vivências muito fluidas, em que a apreensão dessas dimensões temporais pelos estudantes é um desafio para professores (as), a história local se constitui como um elemento importante para Educação Histórica, entendida como uma reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico, que tem como objetivo apurar quais os sentidos que os indivíduos atribuem à história local e identidade. “A competência interna de orientar a vida prática denomina-se identidade histórica. A identidade histórica fornece à vida um sentido temporal de continuidade entre o passado, o presente e o futuro”, sentidos que são necessários e desafiadores para os professores dedicados a esta disciplina. (GERMINARI e BUCZENKO, 2012, p. 137)

Os movimentos de Venda Nova, quando demandam o direito à memória e à história, provocam as políticas públicas, através de diferentes agentes, olhar para esse lugar em suas especificidades. “A noção de ‘patrimônio histórico’ deveria evocar estas dimensões múltiplas

da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade”, nos alerta Paoli (1992, p. 26). Esta autora ainda traz um argumento que possibilita refletir sobre a mobilização desses atores sociais em torno da bandeira da história e da memória regional.

A construção de outro horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída. É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado. (PAOLI, 1992, p. 26) (Grifos meus)

A expressão grifada é para demarcar que esse sentido do direito passado como dimensão básica da cidadania fica explicitado em todos os registros preservados que se referem aos objetivos da constituição da Comissão de História, como já aponte anteriormente. “Fazer com que as experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”, aqui encontramos um elemento que dialoga com as premissas da história local e suas potencialidades educativas para a aprendizagem histórica.

Demarcada em um território da cidade, a experiência de Venda Nova nos aponta a cidade como lugar onde a história e a memória podem se constituir enquanto objeto de indagação e investigação de estudantes e docentes, em diferentes espaços formativos. Provocar a curiosidade e ser tocado por esses processos. Curiosidade que, como nos diz Freire:

[...] como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 2002, p.35)

Nesse sentido, a utilização da experiência dos movimentos de Venda Nova é um elemento de aguçamento da curiosidade dos estudantes ao estudar a história local, até o momento apenas os registros recuperados por suas ações foram utilizados, mas já apontam essa trilha de encontro entre o acervo constituído pela Comissão de História e ações educativas possíveis, como registram os pesquisadores do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História - LABEPEH no livro produto de sua experiência na Escola Antônio Gomes Horta, em que utilizaram o material coletado pelos estudantes e também o acervo Memória do Centro Cultural Venda Nova, constituído em grande parte pelos itens a ele destinados por D. Lúcia César. Os pesquisadores registram sobre esta experiência o seguinte:

A História contida nos manuais didáticos não comporta os processos e as dinâmicas das Histórias de diferentes lugares, culturas e indivíduos, assim como não comporta o sentimento de continuidade e de pertencimento a uma determinada comunidade ou localidade, promovidos pelo ato de participar da História e de sua escrita. O ato de escrever Histórias de uma localidade implica em buscar os seus registros em rastros, ruínas e em práticas de memória de diferentes sujeitos que se encontram refugiadas em lugares pouco visíveis ou em instituições de memória. Ao nos engajarmos nessa nova compreensão da História modificamos a própria postura diante da mesma e, nesse movimento, passamos a nos entender como indivíduos ativos e responsáveis, tanto pela reconstrução ativa e crítica do passado como pela seleção do que queremos lembrar e preservar. (SIMAN, SCALDAFERRI *et al*, 2011, p.6)

A experiência nos mostra como o urbano, a cidade e seus múltiplos territórios oferecem elementos para as práticas docentes e para a Educação histórica. A esse respeito Siman e Miranda (2013) apontam que:

[...] do ponto de vista da ciência histórica, o lócus urbano – tomado enquanto recorte operacional da investigação e seleção em torno do qual historiadores buscam suas provas documentais – que boa parte da pesquisa histórica vem se desenvolvendo e transformando, ao longo das últimas décadas, muitos paradigmas de explicação. Por outro lado, é em torno do urbano que somos expostos, cotidianamente, a um sem número de aprendizagens “despercebidas” que nos chegam por intermédio de processos educativos escolarizados e não escolarizados. (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 62)

O trabalho empreendido por D. Lúcia, nessa perspectiva, constitui-se em um aliado do trabalho de diferentes espaços provocadores de aprendizagens da história. Espaço formativo como toda a cidade pode se constituir. Como afirmam Siman e Miranda

No interior do espaço da cidade emergem cotidianamente novos signos e mensagens que se convertem em informações, verdades e formas de conhecimento, em diferentes meios, o que projeta continuamente, para o desafio educativo, a tarefa de

ensinar novos modos de ler aquilo que se dá a ler. (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 68)

O Centro Cultural Venda Nova, espaço não escolar, mas formativo e educativo, tem em suas diretrizes de ação o Patrimônio Cultural Comunitário, definido em seu Caderno de Projetos¹⁶. Este projeto tinha como premissa que, no âmbito de uma cidade do porte de Belo Horizonte coexistem indivíduos de distintas classes sociais, etnias, faixas etárias, credos religiosos e múltiplas identidades que se referem a circunscrições territoriais: regiões, bairros, vilas e favelas. A maioria desses grupos e espaços da cidade são desconhecidos uns dos outros e poucos são oficialmente reconhecidos como referências do patrimônio cultural urbano. Nessa perspectiva, contemplar a singularidade de cada lugar e cada grupo que constitui a cidade, revelando seus valores culturais, é perceber as inúmeras facetas e dimensões da identidade belorizontina, ou seja, sua diversidade cultural. Assim era definida a proposta em tal documento:

“Patrimônio Cultural Comunitário” é um projeto que se propõe a sensibilizar o olhar da população em geral e de grupos etários específicos (crianças, jovens, adultos e idosos), situados no entorno dos centros culturais locais, para a riqueza da diversidade cultural da cidade. Além disso, visa registrar, proteger e promover o patrimônio cultural dessas comunidades, contribuindo para o fortalecimento e valorização das identidades locais, com ênfase, mas não exclusividade, no patrimônio imaterial existente, particularmente o conjunto de expressões a que se dá o nome genérico de “culturas populares”. (CADERNO DE PROJETOS DOS CENTROS CULTURAIS LOCAIS, 2008, p. 11)

Em 2011, principalmente, em razão das comemorações dos 300 anos de Venda Nova, foram constituídas diversas ações para diferentes faixas etárias, que se utilizaram de todo o acervo Memória do Centro Cultural Venda Nova na elaboração dos seus roteiros e na execução junto à comunidade de Venda Nova, e de outras regiões, que demandaram a vivência das atividades oferecidas. Uma das mais procuradas foi a Visita Guiada, que oferecia aos visitantes conhecer e interagir com a história local através das fotografias, objetos e narrativas contidas no Acervo Memória desta unidade.

¹⁶ O referido documento foi construído coletivamente em 2008 pelos gestores do Departamento dos Centros Culturais, extinto na reformulação do organograma da Fundação Municipal de Cultura, pelos gerentes e técnicos das unidades da cidade, como norteador das ações e atividades desenvolvidas nesses espaços. O projeto “Patrimônio Cultural Comunitário” integrava o Programa de Identificação, Registro e Proteção do Patrimônio e das Identidades. Com a mudança de gestão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o documento não foi publicado.

A procura significativa por essa atividade nos provoca para uma demanda local de possibilidade de acesso a história local e a atividades dinâmicas que propiciem aos estudantes vivências que os toquem. Assim “a cidade pode vir a se converter, sob o ponto de vista educativo, como um poderoso instrumento para a compreensão de mudanças e permanências, continuidades e descontinuidades históricas, testemunha material da presença simultânea de diferentes passados.” (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 63)

As autoras ainda nos apontam que esse diálogo formativo com a cidade, nos permite acessar diversas “camadas temporais que nos são dispostas no presente, modulações distintas dos seus vários tempos.” Este acesso, que se processa no tempo presente, leva-nos a “diferentes presentes, diferentes passados, presentes e passados e futuros, futuros e presentes de diferentes futuros”. Seguindo antigos caminhos, às vezes invisíveis sem uma mediação que provoque o olhar, para desvendar novos, como registram os objetivos da Comissão de História.

Nesta tarefa de difundir os elementos encontrados em documentos, através das diferentes formas investigativas empreendidas por D. Lúcia César e sua rede de colaboradores, esses atores sociais foram construindo estratégias, e também provocando ações por parte do poder público, para manter de formas variadas a presença da temática da história de Venda Nova, tanto no formato de publicações como de intervenções em espaços da região que evoquem a sua história e que atraiam o olhar de seus moradores, mesmo que momentaneamente, para o seu passado.

Um desses espaços é o percurso que se estende do hall de entrada da sede da SARMUVN¹⁷, localizada à Rua Erico Veríssimo e se estende pelas escadarias de acesso aos dois andares que constituem o prédio que abriga esta Secretaria e termina no hall do segundo andar, nesse trajeto foi instalado o Memorial do Caminho, instalado para dar visibilidade a fotografia, quadros e desenhos que foram doados por participantes do Culturarte para a Gerência de Cultura da Administração Regional.

¹⁷ A SARMUVN- Secretaria de Administração Regional Municipal de Venda Nova divide seus departamentos e gerências em dois espaços, um localizado no Centro Histórico e Comercial de Venda Nova na Rua Pe. Pedro Pinto, e outro instalado na antiga sede do SENAI de Venda Nova no bairro Rio Branco, na Rua Erico Veríssimo.

O memorial, desde 2006, provoca o olhar e faz o morador ou visitante que adentra ao espaço, parar diante de seus elementos e deter para observar e absorver as informações, descritas ou não, nesses registros. Cenas, como a apresentada na fotografia abaixo, são testemunhadas cotidianamente pelos funcionários desta unidade.



Fig. 14 e 15 – Memorial do Caminho instalação constituída por reprodução de documentos, poema, quadros, ilustrações e fotografias instaladas na sede da Administração Regional de Venda Nova.

Quando da sua instalação, a intenção era de que os estudantes de Venda Nova pudessem ter um acesso mais cotidiano ao local, servindo como elemento aos professores para trabalhar a história local. Logo após a sua inauguração, recebeu grupos de estudantes e professores das escolas locais para atividade de visita guiada, no entanto, a falta de profissionais para dedicarem-se a esta tarefa, paralisou este atendimento. Hoje, sofrendo as ações do tempo, ele permanece como ilustrativo, mas mesmo nesse formato ele ainda provoca um momento de contemplação para quem é tocado por suas fotografias de diferentes lugares do distrito, por cenas do seu cotidiano retratadas nelas. Pelos quadros que apresentam a lembrança do artista sobre o antigo casario do Centro Histórico, do qual hoje só resta esta reminiscência, pelo traço delicado e simples do desenho de um artista que reinterpreta as fotografias resgatadas pelo trabalho da guardiã de memórias - D. Lúcia.

Na sua trajetória militante da causa da história e da memória, D. Lúcia e seus colaboradores, também propiciaram a instituição de dois equipamentos importantes para o projeto de preservação dessa história: o Centro Cultural e o Centro de Referência da Memória Regional de Venda Nova, esse último inaugurado em 2013, compartilhando o espaço do Casarão com a UMEI Venda Nova, o que gera constrangimento e limitações para ambos. O Centro de Memória é um anexo do Centro Cultural Venda Nova e integra as atividades educativas do projeto do Patrimônio Cultural Comunitário, com as visitas guiadas. Atualmente abriga a Exposição Permanente “Caminhos de Venda Nova – Memória, sensibilidade e Identidade”, constituída com elementos do Acervo Memória do Centro Cultural, oriundo do acervo do Culturarte, de D. Lúcia e dos registros da Administração Regional de Venda Nova (ARVN). O seu acervo integra também outros elementos físicos doados por outros moradores. Essa exposição assim é descrita na sua divulgação: “Registros fotográficos e memorabilia revelam uma exposição de uma história culturalmente rica e diversa, que ainda é negligenciada, sofrendo estigmatização de diferentes naturezas.”

O Casarão – Centro de Memória Regional, fincado no caos urbano, provoca o olhar dos transeuntes por sua beleza e estilo, mas também pelas imagens fotográficas que retratam cenas do cotidiano da região, plotadas nos vidros que compõem a fachada da edificação. As imagens foram garimpadas por D. Lúcia e trazem os “indícios de que alguma coisa aconteceu no lugar, de que alguém esteve ali. Indícios de uma presença” de outros tempos.

Este equipamento público e o Centro Cultural são elementos que possibilitam ações pedagógicas diversas e incluem-se entre os transbordamentos das ações empreendidas pela Comissão de História do Culturarte. Para além de estimular os registros escritos, em diferentes estilos e por diferentes autores, construiu um rastro de permanência. Mesmo não atuando no tempo presente, a temática permanece, provocando a outros atores sociais para o legado deste grupo. Essas são apenas algumas ações, dentre tantas outras possíveis reverberações do trabalho da guardiã da memória de Venda Nova e de sua rede de colaboradores.

São muitas as possibilidades de se colocar a história local como uma referência para a educação histórica, seja em ambientes educativos fora do ambiente e contexto escolar, seja no cotidiano escolar. Barbosa (2006), ao propor uma reflexão sobre o lugar da história local no

ensino da história nos lembra do contexto atual, em que para os estudantes a História nem sempre é disciplina a que se deva imprimir esforço e atenção. Diz a autora

Não é por outro motivo que observamos, ainda nas últimas décadas do século XX, que, para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de história carece de sentido ou utilidade; não se tem a visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, estudo do passado, que só exige como vimos à prontidão em declinar nomes, datas e fatos. Não é de se estranhar que assim seja, porque ocorre a enorme distância entre a realidade vivenciada pela comunidade e o tratamento dado ao ensino de História, já que o aluno se torna mero espectador de fatos, não necessitando esforços no sentido de qualquer reflexão ou elaboração. (BARBOSA, 2006, p. 58)



Fig. 16 e 17 - O Casarão em dois tempos – atualmente reconstruído, e em 2007 após o incêndio que destruiu quase toda a edificação do século XIX.

Atuando em diferentes espaços, observo no espaço escolar, uma preocupação em cuidar das habilidades e capacidades dos estudantes, nas ciências exatas, da natureza e na leitura e escrita. Percebo também o contexto descrito por Barbosa (2006), e a necessidade de investir-se em proposições que contribuam para superar esse quadro e provocar ações que despertem nos estudantes o gosto e o desejo de experienciar e se apropriar da história de seu bairro, cidade e a partir desse encontro, apropriar-se da história de todos nós.



Fig. 18 – Cartaz emoldurado no hall de entrada da EM Professor Pedro Guerra.

O cartaz emoldurado recebe os que chegam à Escola Municipal Pedro Guerra, nele o Casarão e um tropeiro remetem a origem da região onde a escola foi construída. O ônibus símbolo do Culturarte está posto neste cenário que relembra os 30 anos da escola, que completa o quadro.

Há aprendizagens que acontecem no espaço da cidade e “é no em torno do urbano que somos expostos cotidianamente, a um sem número de aprendizagens ‘despercebidas’, que nos chegam por intermédio de processos educativos escolarizados ou não escolarizados”. (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 62) A imagem emoldurada traz um simbolismo no gesto, a de que a história do lugar onde a escola foi construída há um sentido que deve ser demarcado e compartilhado com a escola composta por pessoas que transitam nesta região da cidade, que é fecunda de elementos para criar possibilidades educativas.

Celeiro de possibilidades pedagógicas, a cidade permite provocar reflexões acerca da vida no tempo presente. Nela, os estudantes podem aprender e apreender o sentido da história em seus processos a partir do vivido e experienciado no lugar de residência, no espaço e no tempo de convivência. Assim, uma rua, uma praça, por vezes, um muro de adobe em processo de degradação podem vir a ser um elemento provocador da curiosidade e interesse de saber mais, ou deixar ver o que não é percebido no cotidiano.

Ler a cidade significa observar seus códigos e as linguagens nela presentes, estabelecer relações entre linguagens, emudecidas e atores sociais, comparar pontos de vistas, compreender as operações de seleção, emitir julgamentos e posicionar se acerca de seus acontecimentos. Significa, ainda, a possibilidade de reler, de produzir novos enunciados tendo em vista a dimensão de pluralidade inerente às múltiplas linguagens através das quais a cidade pode ser apresentada e representada. (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 68)

A perspectiva apresentada por SIMAN e MIRANDA (2013) está presente em mais uma das experiências educativas suscitadas pelas experiências do Culturarte e do acervo constituído por sua Comissão de História e guardado por D. Lúcia. Nesta ação, os itens utilizados são os que compõem o Acervo Memória do Centro Cultural Venda Nova. A experiência em questão foi a planejada e executada pela equipe de acompanhamento do Programa Escola Integrada (PEI), da Gerência Regional de Educação de Venda Nova e também da Gerência de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (GEDC), da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH), no segundo semestre de 2015.

No intuito de ler e resignificar um dos espaços públicos do Centro Histórico e Comercial de Venda Nova, que fora invadido e deteriorado por homens e mulheres em situação de rua entre 2013 e 2015, a Praça Amintas de Barros, o Secretário de Administração Regional convocou seus gerentes a elaborar e executar projetos que propiciassem a ocupação da praça e desmotivassem assim o retorno dos invasores.

A Praça Amintas de Barros é uma ilha no trajeto da Rua Padre Pedro Pinto. Apesar de pequena, tem um valor simbólico para a região, pois ao longo das décadas de 1980 e 1990 foi palco de manifestações de diferentes grupos sociais e de naturezas diversas. Dentre os acontecimentos localizados nesta praça, destacamos eventos artísticos do encontro anual do Culturarte, a realização semanal da Feira de Arte e Artesanato de Venda Nova, onde aconteciam diversas manifestações da cultura local e apresentações dos artistas e grupos locais.

O local onde a praça foi construída ainda guarda uma referência que está apenas na memória de alguns de seus vizinhos, neste espaço existia uma pequena capela de invocação do Sagrado

Coração de Jesus, a capelinha, como a ela se referem os moradores mais antigos. Em 1962 ela foi demolida, na administração do prefeito que a nomeia, Amintas de Barros. Não raras vezes, ao se mencionar o nome da Praça, podem ser escutados relatos de toda sorte. São narrativas pessoais que trazem àquele local um expressivo valor simbólico, evidenciando o significado desse lugar para as pessoas que residem nas proximidades dela. Ela também é denominada pelos moradores como “Praça da Regional”, por estar localizada em frente à sede da Administração Regional de Venda Nova.

O projeto ao qual nos referimos recebeu o nome de PEI na Praça. O PEI (Programa Escola Integrada) é oferecido em todas as escolas de Venda Nova e consiste na ampliação da jornada escolar dos participantes, durante a qual os estudantes vivenciam atividades que buscam ofertar a oportunidade de apropriação dos espaços da cidade e também de bens culturais. A proposta do PEI na Praça foi concebida a partir de minha experiência e estimulada com a participação no projeto “Educar pela Cidade: memória e patrimônio cultural e ambiental de Venda Nova”, que tinha a proposta de criação de percursos e trilhas que possibilitassem o contato das pessoas com referências culturais importantes da memória da localidade, inspirado na ideia de que a cidade é um texto a ser lido e decifrado por quem nela perambula com inteligência e sensibilidade.

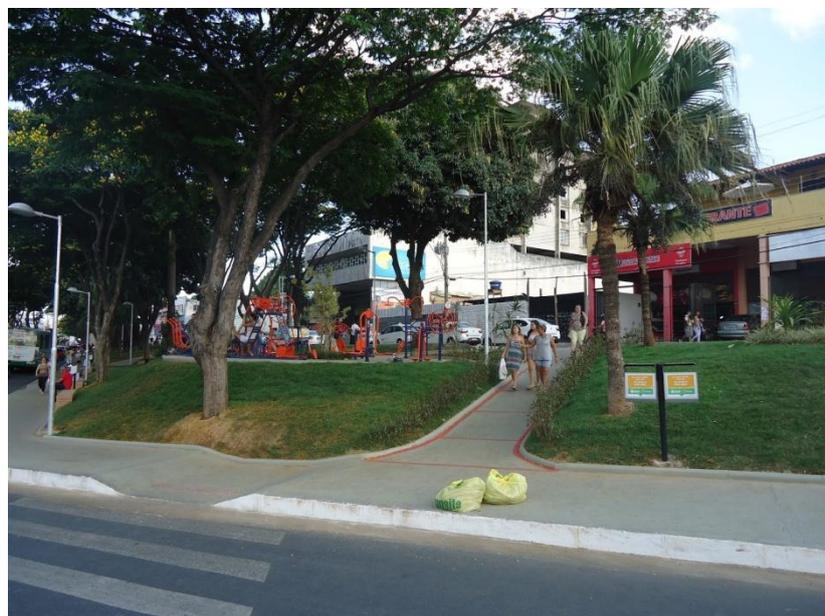
Seguindo essa proposta, o PEI na Praça consistiu em oferecer a grupos de estudantes participantes do PEI experiências de percorrer uma trilha interpretativa patrimonial, propondo roteiros temáticos que possibilitem um olhar diferenciado para a localidade, valorizando a diversidade de possibilidades, identidades e memórias que marcam a paisagem. Estas trilhas são utilizadas com frequência em atividades de Educação Ambiental, como meio de interpretação da natureza, visando não somente à transmissão de conhecimentos, mas também propiciando atividades que analisam os significados dos eventos observados no ambiente, bem como as características do mesmo. No contexto do projeto PEI na Praça, essa metodologia pretendia trazer para o espaço urbano a interpretação dos diferentes patrimônios presentes na paisagem da cidade.

A proposta era apresentar aos estudantes esse lugar, sua história e seu valor simbólico para a história local. A estratégia era explorar a praça e seu entorno de forma que os estudantes fossem percebendo elementos que os sensibilizassem para, em certa instância, se tornarem mediadores na difusão da importância de preservar esse espaço urbano.

O processo de preparação para a trilha demandou a busca de informações, registros e imagens que ajudassem a apresentar a Praça para os trilheiros, para isso, os acervos de D. Lúcia César e do Centro Cultural Venda Nova (CCVN) foram imprescindíveis nessa etapa. As fotografias preservadas pelo registro da Administração Regional, na década de 1980, os jornais, ofícios e os projetos de realização do evento anual do Culturarte foram fontes em que trabalhamos para esboçar a atividade. Digo esboçar, pois, no momento da execução muitas surpresas aconteceram.



Fig. 18, 19 e 20 – A Praça Amintas de Barros na década de 1980, palco de diferentes manifestações culturais e atualmente.



O roteiro iniciava com a recepção aos estudantes na rua paralela a Rua Pe. Pedro Pinto onde está localizada a Praça. O percurso partia do estacionamento da sede da Regional, onde descobrimos uma pracinha circular, na qual realizamos uma roda de conversa para dialogar sobre conceitos necessários para a adesão e imersão dos estudantes, a partir do que eles já traziam na bagagem para percorrer a trilha. Conceitos como Educação, patrimônio, espaço público, políticas públicas, cidade e cidadania, foram debatidos e compartilhados entre o professor responsável e os participantes, de maneira breve, mas suficientes naquele momento. Na sequência, aproveitando a infraestrutura do local, o convite era feito para olhar e descobrir, como detetives que seguem indícios, o que aquele espaço contava de sua história pelos elementos nele presente. As atividades se integravam no e com o movimento usual da localidade. Os estudantes descobriam que ali estava o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e lembravam-se de ter acompanhado os pais em algum momento, indagavam sobre a presença de ambulâncias e descobriam que o SAMU não ficava em trânsito o tempo todo e o porquê de estar estacionado ali. Pessoas que aguardavam atendimento, algumas vezes, interagiam com os estudantes, comentando sobre o lugar e o que acontecia ali. O movimento urbano era parte da sala de aula.

Percorrido o trajeto até a praça, as funções daquele equipamento revelavam-se nas falas dos participantes. Percebiam que aquele era um lugar conhecido, muitos eram beneficiários do Bolsa Família e mais de uma vez acompanhavam os responsáveis para justificar infrequência escolar ou para tratar de outras questões junto aos departamentos que ali funcionam. Os sentidos do existir daquela edificação se tornavam conhecidos: “Ah eu já vim aqui!”, “Eu sei onde estamos”. Entre surpresa e, às vezes, frustrações descobriam que a caminhada levava a um lugar conhecido, a “pracinha da regional”. No entanto, detalhes que nunca perceberam foram sendo revelados quando aceitavam ao convite para olhar cuidadosamente e descobrir novidades. Jabuticabeiras, amoreiras, uma árvore que assumiu a forma do número quatro e até um bambuzal. Tudo no curto trajeto do estacionamento da regional até a Praça.

Na Praça outras novidades apareciam e a conclusão dos professores e monitores era a de que a imprensa cotidiana não deixa ver a paisagem. O patrimônio natural era apresentado nas espécies presentes, um *figus elasticus* que a tradição oral divergia da idade, para alguns centenário, para outros nem tão velho assim, mas para os estudantes fascinante. Sibipurunas, mangueiras e até uma palmeira imperial que haviam visto em outros espaços da cidade eram descobertas.

O patrimônio histórico revelava uma fachada de 1932, preservada solitariamente entre as edificações do comércio local.

Reconhecido o lugar, eram convidados a assentar-se na praça e folhear álbuns de retratos, para ver as imagens da praça recuperadas pelo trabalho da Comissão de História, por D. Lúcia e sua rede de colaboradores. Esse processo de comparação entre as imagens e os registros do entorno do espaço oportunizou o estabelecimento de conexões entre o que foi e o que é, entre passado e presente.

O encontro com a memória se deu através da interação espontânea que foi se constituindo à medida que a presença dos estudantes se tornou uma rotina. Os taxistas mais antigos se aproximavam, contavam casos, compartilhavam lembranças da infância vivida nesse espaço. Foi assim que um dos taxistas nos contou sobre a Capelinha e a tristeza dos moradores quando ela foi demolida. Os moradores da praça que ainda persistiam em rondar o espaço em uma ameaça iminente de retorno com as barracas, os fogões improvisados, a sujeira, apresentaram outra face, pois passaram a cuidar da praça que receberia os estudantes. O tratamento carinhoso e respeitoso, dispensado por eles às meninas, aos meninos e aos adolescentes, surpreendeu a todos.



Fig. 25. Registro de um encontro – D. Lúcia César e um dos grupos de estudantes que participavam da trilha da Praça Amintas de Barros

A última atividade acontecia na escola, os participantes recebiam ao final da trilha um cartão postal em branco e recebiam o convite a ilustrá-lo com a imagem do que perceberam do lugar. Todas as trilhas foram únicas, em cada edição algo novo sobre aquele lugar era descoberto ou

informado. A adesão às atividades por parte dos estudantes foi intensa, demonstrando que a cidade “permite conectar, em função de suas diversas camadas temporais que nos são dispostas no presente, modulações distintas dos seus vários tempos” (SIMAN e MIRANDA, 2013, p. 64)

O PEI na Praça nos apresenta como o trabalho empreendido pelo Culturarte, através de sua Comissão de História pode ser profícuo em possibilidades para a construção de processos educativos que sensibilizem para o diálogo com a história local.



Fig. 22 e 23 Imagens da atividade de folhear álbuns de retratos



Fig. 24 e o registro em um dos cartões postais produzidos pelos estudantes a partir de suas observações.

Fayga Ostrower, em um texto pequeno, mas denso em provocações, principalmente para nós que exercemos o ofício docente, partindo do questionamento sobre porque criar? Ela aponta que “criar: é formar, é relacionar as coisas e, compreendendo os novos relacionamentos, dar-lhes uma nova forma.” As diferentes experiências apresentadas aqui mostram como o trabalho dessa líder comunitária, que assumiu o papel de guardiã de memórias de Venda Nova e do Culturarte através de sua Comissão de História, podem ser fecundas para o processo de propor e criar possibilidades para educação histórica. Apresentar aos estudantes proposições que os

toquem e possibilitem experiências significativas para aprendizagens significativas, exige o ato criativo e que mais do que um simples desafio, guarda potencialidades que “se tornam obrigação que cada pessoa tem consigo mesma, para poder viver de modo mais pleno e significativo, pois para o indivíduo, criar representa uma necessidade que corresponde a sua necessidade de compreender” (OSTROWER, Fayga)

5. CONCLUSÃO

Nada na história é imóvel, tudo é movente.

(FARGE, 2011, p. 121)

Na escolha dos percursos desta pesquisa estavam postas algumas questões: Que mobilizações e práticas se efetivaram na educação, em torno dessas referências, dessa trajetória de diferentes movimentos locais para registrar e difundir a história local? De que forma se manifesta a dimensão educativa da Comissão de História do Culturarte? O que esse trabalho tem a contribuir para novas perspectivas para atuação de docentes e agentes culturais locais?

Revisitar essas experiências propiciou-me ver que há ainda muito que explorar para atuar junto a estudantes e também em outros grupos para dar a história local uma relevância que possibilite dar sentido e significado aos processos históricos locais e à compreensão da história como um processo que se concretiza no vivido, nas experiências partilhadas, hoje e ontem.

A trajetória de um movimento da cidade, tão intenso e carregado de elementos que suscitam discussões diversas, exigiu um recorte, a opção foi por um aspecto que dialogasse com o ofício docente. A Comissão de História do Culturarte agrega atores sociais diversos, para quem, não apenas o conhecimento das origens de sua história estava em suas metas, mas também a possibilidade de intervir no tempo presente e “melhorar as condições de vida locais”. Meta ambiciosa, mas necessária e urgente nos dias atuais.

A forma de apreensão dessa experiência elencou uma memória narrada não por depoimentos, mas guardada nos registros textuais preservados por D. Lúcia na interação com seus companheiros de movimento e os colaboradores que sensibilizou. Nesse percurso compreendi que a tagarelice dos documentos, por vezes, nos impede de ouvi-los. É necessário silenciar alguns para atentar ao que os outros querem contar. Farge (2011, p. 12) nos fala que a trajetória para dar sentido e inteligibilidade a nossa atualidade, coloca a pesquisa histórica como “gesto a mais, não separados dos outros, que procura religar os mortos aos vivos, o sujeito a seus semelhantes, indicando os lugares de sua irredutível separação.” E que, por

vezes, a história que se apresenta é difícil de discernir, mas diz muito. Há que se cuidar, pois “a história pode ser dita rápido demais e o homem, emudecido” (FARGE, 2011, p. 40)

Dar voz aos participantes deste processo de luta e reivindicação ao direito a história e a memória foi uma tarefa que exigiu muito, pois como “pesquisadora de dentro”, já que em um momento de minha trajetória atuei junto ao movimento em sua Comissão de História. No entanto, a necessidade de foco e cuidado na tarefa da pesquisa revelou nuances desses processos históricos, que se não fosse o “gesto a mais” permaneceriam despercebidos. Foi assim que cheguei ao conceito de arquivo pessoal e a abordagem deste como “evidências de mim” que no processo de compartilhamento com o coletivo, se tornam “evidências de nós”.

O arquivo pessoal de D. Lúcia, trabalhado nesta pesquisa, só se revela a partir da compreensão que o arranjo, a organização original, não era a que encontrei quando iniciei os trabalhos da pesquisa. Os registros pessoais guardados ao longo do tempo têm a capacidade de testemunhar uma vida, mas é dependente da forma como sistematicamente foram ordenados para funcionar como memória de atividades significativas. Assim McKemmish (1996) chama atenção para a potencialidade dos arquivos pessoais, para acessar uma parte da memória da sociedade, seu conhecimento, experiências e identidade cultural, ou seja, as evidências de nós se revelando em “evidence for me”.

Nesse contexto e nessa reflexão, o gesto da guardiã e criadora do acervo constituído por documentos selecionados intencionalmente para registrar as ações do Culturarte – Movimento Cultural de Venda Nova - se tornou um ponto importante para o processo de compreensão dos processos relacionados à adoção como pauta de luta a causa do direito a memória e a história. A análise dos documentos que D. Lúcia César selecionou para guardar revelou que não apenas o Culturarte era depositário da demanda, mas movimentos anteriores, a partir do qual foi constituído, já demandavam o registro e a preservação da história local.

A constituição da memória social desses grupos, posto que diferentes atores sociais já houvessem apresentado a demanda, tem no lugar um elemento importante, um impulsionador

para luta. Estes aspectos dos processos tratados nesta pesquisa revelaram que havia uma preocupação com a manutenção de hábitos, de tradições próprias da localidade que estavam em risco de se reconfigurar com o processo de ocupação dessa região da cidade por outros atores sociais, que necessariamente não construíram com o lugar laços identitários similares aos defendidos por esses grupos.

Evocando uma metáfora repetida na ficção, os “Narradores de Javé” queriam sua história escrita para evitar o desaparecimento de sua cidade, em Venda Nova, seus narradores querem a história não apenas escrita, mas também compartilhada para criar laços de pertencimento, nos seus descendentes e nos que chegam. Vale constar que verificando, quando possível, a origem dos membros do Culturarte e também da Comissão de História, constatamos que em sua maioria não são “filhos da terra”, mas pessoas que adotaram essa região como lugar de residência. Enquanto tal há interesse em que as visões propagadas sobre a região como um lugar de difícil acesso, sem urbanização, uma “cidade dormitório”, seja modificada. Uma história que demarcasse suas origens, principalmente na rota das riquezas das Minas Gerais setecentistas, seria de interesse deste grupo. Esse traço ficou bem demarcado tanto nas notas de D. Lúcia quanto nos registros da trajetória dos outros movimentos, registrada e guardada nos documentos do arquivo dessa líder comunitária.

Pollak (1992) nos diz que a “memória e a identidade são valores disputados”, ao analisar os objetivos apresentados no projeto inicial do Culturarte e também nas teses do CCPVN, encontramos destacada que a história dos afrodescendentes está colocada em pauta, no entanto, há um silêncio nos processos que se seguem. Os representantes desse segmento social ficam invisibilizados nos registros e também nos trabalhos publicados. Essa constatação me leva a indagar sobre o porquê do silêncio sobre o tema. Houve uma “rearrumação da memória” do próprio grupo? Ou foi a ausência de componentes interessados nesse recorte da história local que provocou essa invisibilidade? As respostas encontram-se em possibilidades de investigação *a posteriori*.

As presenças e mesmo as ausências deste processo apresentam – se como possibilidades de suporte para elaboração propostas educativas relacionadas à história local, como testemunham

alguns exemplos apresentados nesta pesquisa. Essas experiências revelam como o trabalho de D. Lúcia, dos seus colaboradores e do diferentes atores que integraram esse movimento da cidade, pode ser importante para a construção de conhecimentos históricos da localidade e de seu passado, bem como assumir valores cognitivos como instrumentos de informação. Os resultados desses trabalhos, hoje, se constituem enquanto bens culturais de Venda Nova e da cidade de Belo Horizonte.

Os estudantes devem ser estimulados para o uso dos bens culturais para experiênciá-los e construir “a idéia de que esses são parte de um patrimônio muito mais vasto e complexo”, afirma Matozzi (2008). As condições para que as experiências de aprendizagem se desenvolvam na interação com os bens culturais, as memórias e a história prescindem de condições, segundo Matozzi (2008) que são: a utilização dos bens culturais, que estes sejam objeto de observação e de uso para produzir informações, que sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela e, finalmente, “que promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer e a fruição estética.” (MATOZZI, 2008, p. 137) .

5. Referências

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História local: redescobrimo sentidos**. Sæculum – Revista de História, João Pessoa, n° 15 - jul./ dez. 2006 - Dossiê Ensino De História E Saberes Históricos. p. 57-85.

BENJAMIN, Walter. Escavando e lembrando. In: *Rua de Mão única*. 5. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 239-240 – (Obras escolhidas; v. 2).

BOOTH, Wayne C., COLOMB, Gregory G., WILLIAMS, Joseph M. *A Arte da pesquisa*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2001.

BOSSI, Éclea. *Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *Memória e Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

BURYTI, Joanildo. **Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativistas locais**. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, v.17, p. 189-228, jul/dez. 2001. Disponível em <http://www.academia.edu/11230672/Identidade_e_m%C3%BAltiplo_pertencimento_nas_pr%C3%A1ticas_associativas_locais> Acesso em 21/03/2016

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas*. In: Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011. P. 21 –57

CASADEI, Eliza B. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de Memória Coletiva**. Revista Espaço Acadêmico, n.108, maio 2010. P. 153- 161. Disponível em< <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article>.> Acesso em: 26/05/2014

CELLARD, André. A Análise Documental. In: *A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodologias*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012, p. 295-317

CHARLOT, Bernard. **A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber.** Revista Brasileira de Educação, v.11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 7-18.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em:
<http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm> Acesso em: 22/09/2013.

CORSETTI, Berenice. **A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da Unisinos.** *Unirevista*, v. 1, n. 1, janeiro 2006, p. 32-46.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

FARGE, Arlete. *Lugares para a História*, Autentica Editora, São Paulo, 2011.

FERNANDES, Renata Sieiro. **A Memória dos Lugares, dos objetos e os guardiões da memória na educação não-formal.** Revista de História Oral. Disponível em <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=180>> Acesso em: 08/05/2016

FLICK, Uwe. Do texto a teoria. In: *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1977.

GERMINARI, Geyso, BUCZENKO, Gerson. **História Local E Identidade: Um Estudo De Caso Na Perspectiva Da Educação Histórica.** *História& Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 /08/ 2014.

GOMES, Angela de Castro. **A guardiã da memória**. *Acervo- Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, nº ½, p. 17-30, jan./dez. 1995.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. In: *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008*. Disponível em <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>> Acesso em 15/05/2016.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GREENE, Maxine. *El professor como extranjero*. In: LAROSSA, Jorge. *Déjame que te cuente*. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990, p.423-483.

_____. *Documento-Monumento*. In: *Memória e História*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 535-553

HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica*. In.: : *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle, Heymann, Luciana (Org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 67-76

HOBSBAWN, Eric. *Engajamento*. In: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 138- 154.

HOFFMANN, Maria Luisa. **Guardião de imagens: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010, 100p. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Maria%20Luisa%20Hoffman.n.pdf>> Acesso em: 23/04/2016

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Do Silêncio dos Arquivos à Pluralidade de Vozes: Histórias Locais e Regionais. In: *Caminho das Pedras: inventário de fontes documentais. Uberlândia 1900/1980. Uberlândia, EDUFU, 2007. p. 9-16.*

MCKEMMISH, Sue. **Evidence of me...** - The Australian Library Journal – v. 45, Issue 3 1996. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00049670.1996.10755757>> Acesso em: 23/04/2016

_____. Provas de mim... Novas considerações. In: *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle, Heymann, Luciana (Org.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. P.17-44*

MIRANDA, Sônia R. SIMAN, Lana M. A Cidade Como Espaço Limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: MIRANDA, Sônia R. SIMAN, Lana M.(Org.) *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. p. 13-37.

MINAYO, Maria Cecília de S. Fase de Análise ou Tratamento do material. In: *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 7ªed. São Paulo: Hucitec, 2000, p.197-246.* Disponível em <<https://books.google.com.br>> . Acesso em: 21/03/2016

MORIGI, Valdir Jose, ROCHA, Carla Pires Vieira, SEMENSATTO, Simone. **Memória, Representações Sociais e Cultura Imaterial**. In: *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 09, número 14, 2012.* Disponível em <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/waldir_pt.pdf> Acesso em: 08/05/2016

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OSTROWER, Fayga. **Por que Criar?**.s/d.(mimeo)

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28. Disponível em <<http://gpaf.info/dtd/ArqPerm/MCPaoli.pdf>> Acesso em: 06/06/2014

PÁDUA, Karla Cunha. Memória e narrativa em experiências de pesquisa na cidade. In: MIRANDA, Sônia R. SIMAN, Lana M.(Org.) *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. p. 305-324.

_____. **Formação Intercultural De Educadores: Novo Desafio Para A Educação Contemporânea**. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012

_____. **Identidades Como Trilhas: Lições de sociabilidade ameríndia**. Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil. Disponível em <www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27.../kcp.pdf.> Acesso em 03/04/2016

PERRUSO, Marco Antônio. A Temática Dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil dos Anos 1970/80. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/1984-9222.2012v4n7p32/23293>> Acesso em: 21/06/2015

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992, p. 200-212

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: *Estudos Históricas*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989

PEIXOTO, Nelson Brissac. As imagens e o outro. In NOVAES, Adauto (org.). *O desejo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. P. 471-480

SÁ-SILVA, Jackson R., ALMEIDA, Cristóvão D., GUINDANI, Joel F. **Pesquisa documental: Pistas teóricas e Metodológicas.** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.* Ano, I n° 1, julho 2009. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf.>
>Acesso em: 04/05/2015

SOMARRIBA, M. M.; VALADARES, M. G.; AFONSO, M. R. *Lutas urbanas em Belo Horizonte.* Petrópolis: Vozes, 1984

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, 2003, v.23, n. 45, p. 103-128.

VIEGAS, Suzana de Matos. **Trilhas: Território e identidade entre os índios do sul da Bahia/Brasil.** Disponível em < ceas.iscte.pt/ethnografeast/.../Viegas%202001,%20Trilhas.pdf.>
>Acesso em: 03/04/2016.

ANEXO – I Tabelas de Organização dos itens do acervo de D. Lúcia César

Tabela 1

Culturarte – Movimento Cultural de Venda Nova			Tema: Origens do Culturarte		Pasta: 01-02
Nº doc.	Espécie	Conteúdo	data	Nº de Páginas	Observações
001	Manuscrito	Transcrição de reunião dos membros da UNAVEN gravada em 1986	1986	28	Original
002	Datilografado	Estatuto do Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova	s/d	07	Cópia
003	Datilografado	Estatuto do Conselho Comunitário de Integração de Venda Nova	1982	12	Cópia
004	Datilografado	Caderno de Teses do 1º Congresso do Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova	1991	35	Cópia
005	Datilografado	Manifesto do III Congresso regional de Moradores de Venda Nova	s/d	19	Cópia incompleta
006	Datilografado	Relatório da Ass. De Relações Públicas da Administração Regional Venda Nova	01/06/1982	02	Cópia
008	Datilografado	Projeto do I Culturarte – Encontro Cultural de Venda Nova	14/08/1989	26	Cópia
009	Datilografado	Ata da reunião em que foi definida a proposta do I Encontro Cultural de Venda Nova	01/08/1989	02	Cópia
017	Datilografado	Ofício da ARVN/Ext/418-89 em resposta a solicitação de dados sobre a regional regional	08/11/1989	05	Cópia
019	Manuscrito	Ata de Reunião do 1º Culturarte	s/data	02	
020	Manuscrito	Carta da RP da ARVN para D. Lúcia César sobre o que recordava do 1º Culturarte	14/08/1995	4	Original
024	Datilografado	Ata de Fundação do Jornal Folha de Venda Nova		03	Original
025	Datilografado	Carta endereçada aos “ Sr. Diretores e SrsProfessores(em especial aos de História e Ed. Artística)	16/04/1994	02	Cópia
027	Manuscrito	Narrativa da Sra. Lúcia César sobre o 1º Culturarte	1994	10	Original

Tabela 2

Culturarte – Movimento Cultural de Venda Nova			Tema: Edições dos Encontros Culturais do Culturarte – 1990 a 1997		Pasta: 03
Nº doc.	Espécie	Conteúdo	data	Nº de Páginas	Observações
001	Manuscrito	Anotações de D. Lúcia César sobre o 2º Culturarte	12/09/1997	02	Original
006	Datilografado	Projeto para a “Casa de Cultura de Venda Nova”	1992(data anotada a lápis)	04	Original
010	Datilografado	Síntese da reunião preparatória do 3º Culturarte	09/04/1991		
011	Impresso com anotações datilografadas	Divulgação da peça “A vida por uma droga” e relato sobre o IV Culturarte	02/06/1992	02	Original
012	Manuscrito	Anotações sobre os encontros culturais do Culturarte de 1990, 1991, 1992, 1993	s/data	09	Original
013	Datilografado	Programação do II Culturarte	08/1990	01	Original
014	Datilografado	Ata registrando a criação da Comissão de História de Venda Nova no Culturarte	1989	03	Original
018	Carta	Carta endereçada as escolas para o III Culturarte enviada pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social.	1991	02	Cópia
023	Manuscrito	Texto de agradecimento de D. Lúcia César aos que colaboraram na organização do dossiê sobre o Culturarte	s/data		original
025	Carta/Impresso	Carta endereçada às escolas onde é feita uma retrospectiva do movimento e é apresentado o convite para o VI Culturarte	1997		Original
026	Manuscrito	Relato de D. Lúcia César sobre o IV Culturarte	s/data		Cópia
027	Datilografado	Convite para planejamento do Culturarte de 1994	s/data		Cópia
036	Impresso	Solicitação de apoio à Administração Regional de Venda Nova pela Comissão de História, para continuidade da pesquisa sobre a história local	01/1993		Cópia
037	Ofício	Resposta à solicitação da Comissão de História apontando possibilidades para atendimento das solicitações apresentadas em janeiro de 1993	08/1993		Cópia
042	Manuscrito	Carta ao Prefeito Patrus Ananias apresentando reivindicações da Comissão de História	1993	05	Original
043	Impresso	Carta endereçada a Secretária Municipal de Cultura- Maria Antonieta Cunha apresentando as reivindicações do Culturarte	02/1993	02	Original
047	Impresso	Carta de agradecimento pela publicação do livro “ Venda Nova : Séculos XVIII e XIX – Um estudo de História Regional”	03/01/1992	01	Original
051	Manuscrito	Anotações, com opiniões sobre o processo de luta do movimento Cultural de Venda nova	s/data	01	original

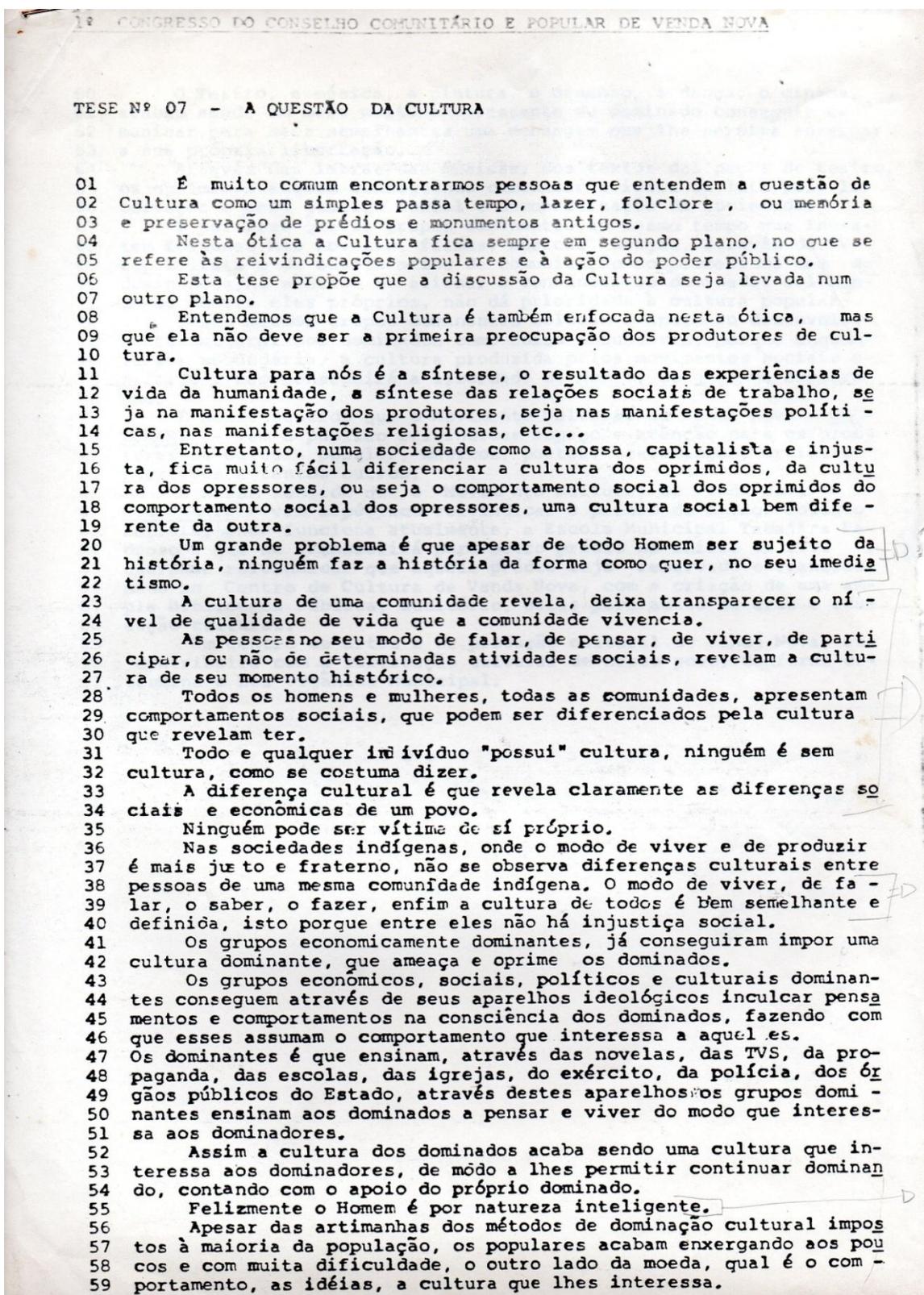
Tabela 3

Culturarte – Movimento Cultural de Venda Nova			Tema: Escritos de D. Lúcia César		Pasta: 04-05
Nº doc.	Espécie	Conteúdo	data	Nº de Páginas	Observações
001	Manuscrito	Descrição de fitas gravadas no primeiro Culturarte	s/data		original
002	Manuscrito	Anotações sobre informações para atas da Comissão de História			original
003	Manuscrito	Anotações sobre o Conselho Comunitário e Popular de Venda Nova- CCPVN		02	original
004	Manuscrito	Caderno com anotações diversas sobre o Culturarte e o movimento popular em Venda Nova		20	original
005	Manuscrito	Anotações sobre a Comissão de História – suas origens, objetivos e participantes		07	original
006	Manuscrito	Projeto para confecção de um vídeo com o Sr. José Bonifácio Costa (Cel.Facinho). Membro do Culturarte e o morador mais antigo de Venda Nova naquele momento-importante líder político local		03	original
007	Manuscrito	Breve retrospectiva histórica de Venda Nova para exposição de fotos de 1980		01	original
008	Manuscrito	Anotações sobre o II e III Culturarte		04	original
009	Manuscrito	Anotações sobre o IV Culturarte		02	original
010	Manuscrito	Anotações sobre do Culturarte		03	original
011	Manuscrito	Folhas soltas descrevendo o I Culturarte e a adesão ao movimento		02	original
012	Manuscrito	Anotações sobre a história do Culturarte		03	original
013	Manuscrito	Carta para a reporter Adriana Kfour, do jornal o Estado de Minas, agradecendo as fotos enviadas que mostram Venda Nova em três diferentes décadas		01	original
014	Manuscrito	Carta ao Sr. José Bonifácio Costa		01	original
015	Manuscrito	Ata de reunião do Culturarte com anexo datilografado do mesmo texto.	13/03/1996	03	original

Tabela 4

Culturarte – Movimento Cultural de Venda Nova			Tema: Jornais, clipping e recortes de jornal		Pasta: 06
Nº doc.	Espécie	Conteúdo	Data	Nº de Páginas	Observações
001	Jornal	Porta Voz de Venda Nova – coluna Memoria Visual de Venda Nova – publicação de imagens recuperadas pela Comissão de História do Culturarte e divulgadas no jornal local	08/1997	01	Original
003	Jornal	Folha de Venda Nova – Venda Nova pede socorro para salvar seu patrimônio histórico- reportagem sobre o abandono do Casarão Azul e Branco – único bem tombado do patrimônio arquitetônico da região	11/12/2005	01	Original
006	Jornal	História ao relento Venda Nova	29/04/2008		Original
012	Jornal	Porta Voz de Venda Nova - Como era verde meu vale - coluna Memoria Visual de Venda Nova – publicação de imagens recuperadas pela Comissão de História do Culturarte e divulgadas no jornal local	04/1998	Pag. 06	
016	Jornal	Horizonte Aberto – Informativo da Administração Regional de Venda Nova entre 1990/1994- IV Culturartereune 2 mil	12/1994	Pag. 08	
019	Jornal	Espaço Aberto – Informativo da Administração Regional Venda Nova “ Há 200 anos era Assim” artigo sobre a história de Venda Nova – destaque para caricatura que faz alusão a região como rota de bandeirantes e tropeiros.	07/1991		
020	Jornal	Zona Norte Venda Nova: Uma História Interessante – artigo sobre as origens da região no século XVIII	s/data	Pag. 02	
021	Jornal	Venda Nova em Foco – “Recordar é preciso” – alerta sobre a importância de recuperar a história da região -Congresso Comunitário da região acontece em novembro - III Culturarte		Pag. 02 Pag. 02 Pag.08	

Anexo II – Tese nº 07 – A questão da cultura do Caderno de Teses do I Congresso Popular e Comunitário de Venda Nova – CCPVN



60 O Teatro, a música, a pintura, o desenho, a dança, o cinema,
61 acabam sendo um meio muito interessante do dominado conseguir co-
62 municar para seus semelhantes uma mensagem que lhe permita enxergar
63 a sua própria libertação.

64 Através das letras das músicas, dos textos das peças de teatro,
65 os oprimidos acabam conseguindo comunicar a idéia da luta pela li-
66 bertação e pela justiça social e democratização da sociedade.

67 É por isso que os grupos dominantes, ao mesmo tempo que inves-
68 tem fortunas nas novelas, filmes, músicas, danças, através da TV
69 capitalista e de outros meios de comunicação comprometidos com os
70 dominantes, no sentido de alienar e confundir os dominados colocan-
71 do-os contra eles próprios, não dá prioridade à cultura popular.

72 Esses mesmos grupos dominantes colocam o apoio ao desenvolvi-
73 mento cultural dos dominados como coisa secundária, porque enquan-
74 to for secundária, a cultura produzida pelos movimentos sociais o-
75 primidos, não conseguirá a liberdade do Homem, do jugo da explora-
76 ção.

77 É nesse sentido que o Movimento Cultural de Venda Nova - CUL-
78 TURARTE - vem a público reivindicar espaço e atenção para os produ-
79 tores da cultura popular, músicos, poetas, teatrólogos, artistas
80 plásticos e tantos outros.

81 É nesse sentido que o Movimento Cultural de Venda Nova -
82 CULTURARTE - vem a público reivindicar o prédio do antigo Colégio
83 Letícia, onde funciona atualmente, a Escola Municipal Tabajara Pe-
84 droso e que se transferirá para outro prédio no início de 1992,
85 queremos reivindicar que aquele prédio seja reservado e transfor-
86 mado no Centro de Cultura de Venda Nova, com a criação de uma am-
87 pla Biblioteca Pública, auditório, salas para aulas de arte e edu-
88 cação cultural.

89 Um centro de artes e de produção cultural de Venda Nova, que
90 contribuirá com a libertação cultural de nosso povo, conforme de-
91 termina a Lei Orgânica Municipal.

o o o

ANEXO III - Projeto do I Encontro dos Agentes Culturais do Culturarte 1989.**I - APRESENTAÇÃO**

A preocupação das pessoas envolvidas com a questão cultural, com a definição de uma política adequada para a região de Venda Nova tem sido uma constante em discussões. A indefinição permanece e, com ela, o agravamento dos problemas sócio-culturais da região. Chega-se a imaginar que este é consequente daquela. Assim, no momento em que se conseguir definir, especificar e delimitar claramente a política cultural para a região de Venda Nova, as causas que têm provocado os problemas sócio-culturais desaparecerão.

Ora, esta indefinição está a apontar para a necessidade de reverter-se a situação cultural na região de Venda Nova. E essa tarefa não poderá chegar a bom termo se não se fizer uma revisão das manifestações culturais no desenvolvimento do Brasil.

A Cultura não é um bem particular, não pertence a uma minoria secreta e superior, não é uma linguagem ou língua incompreensível que poucos entendem. A cultura é a própria história do homem, carregada de múltiplos valores e de uma beleza especial, porque é a participação de todos na existência do mundo.

A cultura é, principalmente, o resultado de um esforço coletivo, que não se refere apenas à inteligência ou sabedoria de uma pessoa, mas a tudo que compõe uma sociedade. Não é uma especialidade nem um dom individual - é a própria caminhada do homem sobre a terra.

A sociedade é impulsionada, transformada e acelerada pelo homem, até mesmo sem que ele perceba a importância do que faz.

A capacidade do homem não se resume nem se absorve só no interesse físico e biológico. Nós somos todos exploradores, inventores, descobridores, por isso puntamos à vontade natural de sobreviver, à vontade maior de criar. Assim é que se estabelece a união entre comunidade e cultura, assim é que se lançam as bases do progresso. Nós todos temos uma história para contar, um papel para representar.

É isto que é apresentado neste projeto. Após análise da importância do desenvolvimento cultural para a emancipação das classes dominadas de nossa sociedade, indica-se ao I CULTURARTE como o marco para a implantação de uma política cultural efetiva em Venda Nova, contando com a concretização dos objetivos, voltados para

2
Luz

ações concretas, tanto dos agentes culturais quanto dos organismos públicos, ações essas comprometidas com as soluções dos problemas gerais e específicos da cultura em suas diferentes formas de manifestação na região e, mais que isso, capazes de contribuir com eficácia para que a transformação social seja acelerada e viabilizada de acordo com os reais anseios da sociedade civil.

3
Biquini

II - JUSTIFICATIVA

Durante a realização do 3º CONGRESSO REGIONAL DOS MORADORES DE VENDA NOVA, nos dias 28, 29 e 30 de abril deste ano foram discutidos entre outros, os temas Cultura, Esporte e Lazer.

Hoje, colocando em prática as decisões do 3º CONGRESSO, ressaltando a questão cultural e conscientes de que, como agentes culturais comprometidos com as mais diferentes formas de trabalho, compete a nós um papel dos mais relevantes nesse momento histórico da retomada da participação efetiva dos segmentos sociais na condução do destino do nosso país.

Entretanto se reconhecemos o papel que nos cabe, a dinâmica cultural se faz em nosso meio sem maiores articulações, isso porque sabemos muito pouco uns dos outros, quer seja pela falta de intercâmbio de experiências e de produtos culturais, quer seja pela inexistência de uma política cultural abrangente e calcada sobre o nosso campo de ação: a realidade político-econômica e a transformação social.

Dai a proposta mais ampla do 1º CULTURARTE - ENCONTRO CULTURAL DE VENDA NOVA objetivar um mapeamento dos agentes culturais e, a partir da efetiva participação de quantos trabalharem conosco, traçar os rumos para um processo articulado na área cultural, quem sabe mesmo, criando um órgão específico nessa região para desenvolver e aprimorar o processo cultural de Venda Nova.

Para alcançarmos nossos objetivos, e para isso será necessário um trabalho exaustivo de cada um de nós, lançamos esta proposta ao 1º CULTURARTE - ENCONTRO CULTURAL DE VENDA NOVA.

III - OBJETIVOS

- 1 - Promover um encontro dos agentes culturais da região de Venda Nova, marcando com o evento, o início de um processo de conhecimento dos participantes da discussão de problemas culturais de âmbito geral e de problemas de áreas específicas do fazer cultural, culminando com a implantação de uma política cultural para a região;
- 2 - Desenvolver o trabalho de levantamento e cadastramento dos agentes, entidades de interesse cultural, manifestações e eventos, levando ao conhecimento do cenário da cultura na região de Venda Nova;
- 3 - Implementar formas de articulação dos agentes culturais em defesa de suas manifestações e na organização da metodologia de ação cultural da região;
- 4 - Contribuir, com ação de agentes culturais, para a implantação efetiva de uma política cultural de acordo com os interesses sociais da região;
- 5 - Divulgar e valorizar as manifestações culturais locais;
- 6 - Formar uma Comissão Cultural para encaminhar a realização das propostas do 1º CULTURARTE;
- 7 - Envolver a comunidade no processo cultural da região.

5
Aguiar

IV - METAS

- 1 - Envolver e ampliar a participação da comunidade, despertando-a para a necessidade do desenvolvimento e preservação da cultura como fator de melhoria da qualidade de vida;
- 2 - Organizar as áreas específicas do fazer cultural, resguardando sua autonomia, visando a promoção do intercâmbio entre os agentes e entidades culturais através da discussão, facilitando a implantação de uma política cultural de acordo com os interesses sociais da região:
 - a - Artesanato
 - b - Artes Cênicas
 - c - Artes Plásticas
 - d - Cultura Afro-brasileira
 - e - Educação
 - f - Entidades
 - g - Folclore
 - h - História de Venda Nova
 - i - Literatura
 - j - Música
- 3 - Apresentar e divulgar os agentes culturais da região durante a realização do 1º CULTURARTE.

Anexo IV – Registro da primeira reunião da Comissão de História de Venda Nova Novembro de 1989

Qual é a História de Venda Nova?

"Um povo sem história é um povo sem memória, sem identidade, fadado ao fracasso."

Os dias 20, 21 e 22 de outubro próximo passado, foram para a nossa comunidade dias marcados pela reflexão. Três dias à procura de alternativas que modificassem a atual situação de abandono, falta de estímulo e de apoio aos nossos produtores e agenciadores culturais.

Durante o I CULTURARTE foi então formada a Comissão de História de Venda Nova, que ficou encarregada de fazer a pesquisa e posteriormente a publicação da história da região.

No dia 11 de novembro do corrente ano, com o intuito de ganhar mais tempo, tendo em vista a complexidade do trabalho, reunimos na Administração Regional de Venda Nova, para que em linha gerais, delineássemos os objetivos e tarefas a serem executadas.

Como corolário desta reunião, apresentamos a seguir o esboço da proposta, que como tal, está aberta à contribuição de todos, visando o engrandecimento e valorização da nossa comunidade, sua produção individual e coletiva.

Justificative;

Venda Nova não possui registro sistematizado sobre a sua evolução histórica. Os dados existentes estão em documentos esparsos, ou são parte de uma tradição oral.

Não sabemos a data do seu aniversário e o nome continua uma incognita.

Nossos problemas atuais exigem respostas cuja origem encontramos no passado, pretendemos rever o passado para compreendermos o presente e ter condições de projetar possibilidades de superação das atuais dificuldades e construção de um futuro promissor.

Objetivos:

- A) Resgatar a história de Venda Nova, identificando data de fundação e origem do nome;
- B) Relacionar o processo de formação histórica com nossa realidade política, econômica e social;
- C) Resgatar o processo de anexação de Venda Nova com relação a Sabará, Santa Luzia, Curral Del Rey; *Belo Horizonte,*
- D) Identificar a influência exercida e sofrida pela região no processo político;
- E) Relacionar o descompasso existente entre as demandas da população com o atendimento de infra-estrutura urbana e prestação de serviços;
- F) Criar um banco de dados;
- G) Catalogar o conjunto arquitetônico, viabilizando formas de sua preservação;
- H) Democratizar as informações sobre a história da região;
- I) *LEVANTAR DADOS SOBRE A GEOGRAFIA, TOPOGRAFIA, FAUNA E FLORA DE VENDA NOVA;*
- J) *RESGATAR A MEMÓRIA DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE VENDA NOVA.*

Meta:

Proporcionar aos moradores, estudiosos e demais interessados, dados que permitam uma leitura crítica do processo histórico de Venda Nova, contribuindo para a compreensão e mudança de nossa realidade.

Procedimentos:

- 1- Fazer convênio com uma instituição de ensino especializado visando o apoio técnico, científico e humano;
- 2- Promover coleta de dados via pesquisas, entrevistas e outros;
- 3- Formar grupos de estudo e pesquisa;
- 4- Realizar campanha de doação de documentos, fotografias e outros, junto à comunidade, para compor o acervo histórico da região

e subsidiar as pesquisas;

5- Catalogar o acervo arquitetônico da região na perspectiva da sua conservação;

6- Promover um concurso de monografia de estímulo a pesquisa;

7- Estimular as unidades escolares, associações de moradores e outros setores organizados a promoverem o levantamento histórico e geográfico das respectivas regiões;

Esta reunião contou com a participação das senhoras e senhores: Helena Natalícia Rocha de Alvarenga, Carlos Fróes Costa, Maria Judite dos Santos, Jorge Machado, Adalberto Batista Sobrinho, Cleyton Eduardo Alves dos Santos, Lúcia César Santos Ferreira, Ester Ambrosina Costa Lara, Kleber G. de Oliveira, Josemar Tarano de Oliveira,

Coordenação provisória: Maria Judite dos Santos, Jorge Machado, Cleyton Eduardo A. Santos.

ANEXO V - Cartaz de divulgação do I Culturarte, nele podem se identificados as frentes de atuação do movimento, inclusive sua relação com a escola.



ANEXO VI – Notas de D. Lúcia César sobre os primeiros trabalhos da Comissão de História

Retrospectiva Histórica de Venda Nova

Em agosto de 1980 foi montada, no saguão da ARVN, uma exposição de fotos de Venda Nova. Procurou-se, através do levantamento fotográfico, de fatos marcantes da região, mostrar um pouco de nossa História. As fotografias foram coletadas junto aos moradores mais antigos da região, às igrejas, às escolas, aos órgãos públicos, etc.

Algumas pessoas tiveram receio de emprestar as fotos, outras no entanto se empenharam em colaborar emprestaram mais de uma foto e incentivaram parentes e amigos a fazer o mesmo.

Entre outros colaboraram com a Retrospectiva o Padre José Marzano Matias, vigário da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova, o Sr. Rivalino Coelho, Maria da Consolação Santos Ribeiro, então uma das diretoras do saudoso colégio I E V E N - Instituto Educacional Venda Nova - , Tominho, a Secretária de Governo Municipal,

Estiveram à frente da exposição os familiares de Lúcia César, principalmente Cecília César que montou a exposição.

O empenho e a simpatia de Elaine e o apoio de Dr. Mozart Alvarenga foram fatores decisivos para o sucesso do evento.

A Retrospectiva teve o mérito de fazer com que as pessoas reconhecessem o valor de preservar os acervos fotográficos-familiares e da necessidade de se pesquisar a História de Venda Nova e escrevê-la.

Todas as fotos foram devolvidas a seus proprietários, pela Regional.

ANEXO VI I- Notas de D. Lúcia César as origens da Comissão de História. Esse texto foi "passado a limpo", para uma melhor apresentação. As lacunas são espaços para que outros colaboradores completassem as informações.

10

A HISTÓRIA DA COMISSÃO DE HISTÓRIA
 A HISTÓRIA DE VENDA NOVA LIA MUITO E MUITO
 TEMPO É ASSUNTO DE CONVERSA NA COMUNIDADE.

AS PESSOAS PERGUNTAM:

- QUEM FUNDOU VENDA NOVA?
- EM QUE DIA, MÊS E ANO?
- QUEM FORAM OS PRIMEIROS MORADORES?
- QUEM FEZ ISTO OU AQUILO?

- DIZEM QUE AS TERRAS FORAM DOADAS A SANTO ANTÔNIO. É VERDADE? COMO? QUANDO? POR QUEM? QUE DIVISAS TINHAM ESTAS TERRAS?

NAS ESCOLAS O MESMO PROBLEMA, O QUE ENSINAR AS CRIANÇAS SOBRE O LOCAL, ONDE ELAS NODM, ONDE ESTUDAM, ONDE NASCERAM? SEMPRE NO AR A PERGUNTA, QUEM FOI O PROPRIETÁRIO DESTA NOVA VENDA QUE DEVE TER DADO NOME AO LUGAR? FOI ESTE MESMO O MOTIVO DO NOME?

VÁRIAS PESSOAS INTERESSADAS NO ASSUNTO POR MOTIVOS VÁRIOS, PESQUISARAM COMO PUDERAM NOS ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, NA MEMÓRIA DOS MAIS ANTIGOS, GUARDARAM FOTOS, DOCUMENTOS, REPORTAGENS.

EM VÁRIAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS, SEMPRE O ASSUNTO VINDO À BAILA. FOI TAMBÉM UMA REIN-VIDICAÇÃO DOS TRÊS CONGRESSOS REALIZADOS NA REGIÃO, PARA DISCUTIR SEUS (DA REGIÃO) PROBLEMAS. NO 3º CONGRESSO CM DE VN REALIZADO NOS DIAS 29, 30 DE ABRIL DE 1989 E 1º DE MAIO NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. PEDRO GUERRA. NO DOCUMENTO DE CULTURAS, ESPORTE E Lazer O ITEM 27, ADJ. TRANS-CRITO, TRATA DO ASSUNTO.

2º. INCENTIVAR O LEVANTAMENTO DA HISTÓRIA DE VENDA NOVA, JUNTO AOS MORADORES MAIS ANTIGOS, DEVIDOS DE IGREJAS, ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, (INCLUINDO DOCUMENTOS DE SABARÁ E STA LUZIA) A QUEM VENDA NOVA PERTENCEU, PARA QUE SE ELABORE UMA PUBLICAÇÃO COM A NOSSA HISTÓRIA, QUE SEJA DISTRIBUIDA A TODAS AS ESCOLAS DO DISTRITO.

A "COMISSÃO DE CULTURA" DO 3º CONGRESSO COMPOSTA

ABRACOU COM FORÇA A CAUSA NA REGIÃO E A DUAS PENSAS REALIZOU O 1º CULTURARTE, COM PATROCÍNIO DA CULTURA, NA PESSOA DE SEU SECRETÁRIO, NA OCASIÃO DR. FERNANDO E GRANDE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VENDA NOVA ADMINISTRADOS DR. JUDREZ AMORIM, DO DEPARTAMENTO DE CLEYTON DO DEP. DE JOÃO BATISTA VIDNA

PARTICIPARAM DA COORDENAÇÃO DO 1º CULTURARTE DOROTÉA, MARINA, JOCIE, JOSE OLIVEIRA, JOSE MACHADO

32 O PRIMEIRO CULTURARTE FOI REALIZADO NOS DIAS 20, 21 E 22 DE OUTUBRO DE 1989, NO E. E. M.ª Muzzi Guastafeno, A RUA ALCIDES LINS Nº 100, E NA PRAÇA ANTONIO DE BARROS. CONTOU DE DEBATES, APRESENTAÇÃO DE TEATRO ADULTO E INFANTIL, EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS E ARTEZANATO, MÚSICA, DANÇA, SHOWS, BARRAQUINHOS DE COMIDAS E BEBIDAS TÍPICAS

NO 1º CULTURARTE FOI CRIADA A COMISSÃO DE HISTÓRIA ALÉM DE VÁRIAS COMISSÕES ESPECÍFICAS A C. H. REUNIU-SE PELA PRIMEIRA VEZ JÁ DANDA EM 1989 NO DIA 20 DE OUTUBRO NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL VENDA NOVA A RUA P. P. PINTO 1055. COMPARECERAM NESTA REUNIÃO, COMO EM TODAS AS QUE A SUCEBERAM, CADA PARTICIPANTE CONTRIBUÍU COM SUAS IDÉIAS, MEMÓRIAS, SUGESTÕES, DOCUMENTOS, RETRATOS, ETC. NOSSAS REUNIÕES NÃO ERAM DE POLÊMICAS, VISTO QUE TÍNHAMOS TODOS O MESMO IDEAL DESUENDAR VENDA NOVA. OUTRAS PESSOAS JUNTARAM-SE A NÓS EM REUNIÕES SUBSEQUENTES, DANDO SEMPRE

VALIOSAS CONTRIBUIÇÕES, COMO O JORNAL ESTADO DE MINAS DE 1889 DOADO A C.H. PELO DR. JOSÉ DE SOUZA MACHADO (TABELIÃO DO CARTÓRIO DE VENDA NOVA E UMA CÓPIA DO 1º MAPA DO DISTRITO DE VENDA NOVA. ESTE MAPA DEVE TER SIDO FEITO NO PERÍODO DE 1889 A 1893, VISTO QUE SE REFERE A BELO HORIZONTE COMO DISTRITO, FATO QUE OCORREU ENTRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA QUANDO O NOME DE CURRAL DEL' REY FOI TROCADO, MAS CONTINUOU SENDO DISTRITO DE SABARÁ ATÉ A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL. O REFERIDO MAPA POR ESTAR POUCO VISÍVEL, FOI COPIADO À TINTA NANKIM, NO PAPEL VEGETAL, POR M^ª CECÍLIA CESAR FERREIRA PARA FACILITAR A CONSULTA E AS CÓPIAS XEROX. A DOAÇÃO DO JORNAL ACIMA CITADO FOI UMA DAS CONTRIBUIÇÕES PESSOAIS MAIS IMPORTANTES, POIS Trazia UM ARTIGO DE GERALDO FONSECA, FALANDO DE VENDA NOVA E TRANSCRIBUENDO O DOCUMENTO DA DOAÇÃO DE TERRAS FEITA A ST^o ANTONIO PELOS CASTRO PORTO.

NO DESEMPOLDE DOS TRABALHOS OUTRAS PESSOAS PASSARAM A FREQUENTAR AS REUNIÕES, DO MESMO MODO QUE OUTRAS DEIXARAM DE FAZÊ-LO. ALGUNS DESTES PARTICIPANTES, POR MOTIVOS DIVERSOS COMPARECERAM A UMA SÓ REUNIÃO, OUTROS ESTÃO COESOS E FORTES ATÉ HOJE.

DESDE O INÍCIO SABÍAMOS QUE ESTE SERIA UM TRABALHO QUE DEMANDARIA A ESPECIALIZAÇÃO, TEMPO E DINHEIRO.

TIVEMOS SEMPRE CONOSCO, DESDE O 1º CULTURARTE A COLABORAÇÃO DA HISTORIADORA Mª JUDITE SANTOS, DIRETORA DO D.P.M. FALTAU POREM A JUDITE, TEMPO PARA SE DEDICAR EXCLUSIVAMENTE A ESTE TRABALHO VISTO TER SEUS DEZERES PROFISIONAIS SOBRECARRREGADOS.

DINHEIRO NÓS NÃO TÍNHAMOS, ASSIM COMPREENDENDO QUE ESTIVERA UMA REINDICAÇÃO REAL DA COMUNIDADE, SENDO O EMPENHO, O ESFORÇO DA C.H., O ADMINISTRADOR DA REGIONAL DE VENDA NOVA, DR. JUAREZ AMORIM SUGERIU QUE FIZÉSSEMOS UM PROJETO DO QUE PRETENDÍAMOS, QUE ELE O ENCOMENDARIA A S.M.C. ASSIM FOI FEITO

DR. JUAREZ AMORIM FOI INCANSÁVEL EM SEU TRABALHO JUNTO A S.M.C PARA QUE ESTA VERBA SAISSE, SEM SUA FORÇA, TALVEZ ISTO NÃO HOUVESSE ACONTECIDO. O DEPARTAMENTO DE CULTURA DA REGIONAL FOI INCANSÁVEL EM SUA LUTA PARA QUE ESTE PROJETO A BOM TERMO. PARTICIPANDO ATIVAMENTE CONOSCO, DESDE O Iº CULTURARTE E DAS PRIMEIRAS REUNIÕES, PROF. HIST (CLEYTON

TEM SIDO UMA PRESENÇA INDISPENSÁVEL NA COMISSÃO, QUASE SEMPRE FORA DE SEU HORÁRIO DE TRABALHO.

JÓÃO BATISTA VIDAS, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO TEM PARTICIPADO DAS REUNIÕES DA C.H. COM VALIOSAS SUBESTOES E AJUDANDO A AGLUSAR OS TRABALHOS

DR. JORGE MACHADO EM INÚMERAS REUNIÕES, LIGADAS A FACULDADE DE DIREITO DO UFMG,

ONDE É PROFESSOR, CONTATOU POLÍTICOS, LIGADOS
 DO N.º 31 A REGIÃO E ENFATIZOU COM OS MESMOS
 A NECESSIDADE DE RESGATAR A MEMÓRIA DE
 VENDAS NOVA, REIVINDICANDO, COMO SEMPRE, O QUE
 ERA IMPORTANTE PARA NÓS, NESTE MOMENTO, A
 VERBA PARA PESQUISAS.

CARLOS FROES, TEM NOS DADO INDICAÇÕES PRECI-
 OSAS DE ONDE "GOIMPAR" DEPOIMENTOS, RETRATOS,
 INFORMAÇÕES, ETC. COM SUA GENTILEZA NATURAL
 ESTÁ SEMPRE ÀS ORDENS PARA TRAZER ATÉ NOSSAS
 REUNIÕES O SEU TIO, SR. JOSÉ BONIFÁCIO QUE
 POR ESTAR COM 95 ANOS, DOU-SE UMA CARONA
 DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FORMADO COM O SR.
 JOSÉ BONIFÁCIO A DUBLA DOS NASCIDOS EM U. NOVA
 DO C. H.

SR. JOSÉ BONIFÁCIO COSTA, O MAIS ANTIGO MEMBRO
 DA COMISSÃO É UM DOS FILHOS DE VENDAS NOVA
 COM MAIS JANEIROS, COM SUA MEMÓRIA PRODIGIOSA,
 SEU INTERESSE, SUA SIMPATIA, SUA INTELIGÊNCIA
 E CONHECIMENTOS SOBRE A REGIÃO É MEMBRO
 VITALÍDIO DE TUDO DE BOM QUE SE FITER NA
 REGIÃO.

JOSÉ TEIXEIRA SOBRINHO, PRESENÇA CONSTANTE EM
 NOSSAS REUNIÕES É SEMPRE UMA FORÇA NOS
 ACONTECIMENTOS MAIS RECENTES EM U. NOVA E NO
 CONHECIMENTO DE PESSOAS QUE FAZEM POSSAM
 CONTRIBUIR COM NOSSA PESQUISA.

AS REUNIÕES DO C. H. COM VÁRIOS OBJETOS
 E AGRUPANDO A AGUARDAR O AGRUPAMENTO
 E AGRUPANDO O AGRUPAMENTO EM INÚMERAS REUNIÕES
 E AGRUPANDO O AGRUPAMENTO DE DIREITO DO U. N.º

15/3

D. MARIA AUGUSTA LORA, QUE DENTRE OS MEMBROS DA COMISSÃO É A QUE MORA A MAIS TEMPO EM V. NOVO, TEM SIDO UMA EXCELENTE COMPANHIEIRA E SUAS SUGESTÕES SOBRE QUEM PROCURAR PARA CONSEQUIRMOS INFORMAÇÕES E RETRATOS É SEMPRE VALIOSA

M^{ra} DA CONSOLAÇÃO SANTOS É OUTRA PARTICIPANTE ATIVA DE NOSSAS REUNIÕES, SEMPRE COM MUITA DIFICULDADE EM RAZÃO DE SEUS MUITOS AFAZERES COMO DIRETORA DA E. E MENINO JESUS DE PRAGA, POIS NESTE LEVANTAMENTO HISTÓRICO UMA GRANDE ÚDIA, PARA ENSINAR CORRETAMENTE A SEUS ALUNOS A HISTÓRIA DA REGIÃO.

EMILSON DO JORNAL "A FOLHA DE VENDA NOVA" PARTICIPOU CONOSCO DE VÁRIAS REUNIÕES ANDANDO ATUALMENTE MEIO DOENTE, PORÉM DEU VALIOSA CONTRIBUIÇÃO PARA O ANDAMENTO DO PROCESSO, COM VÁRIAS REPORTAGENS SOBRE O TEMA EM SEU JORNAL. A CH. RECEBEU DO JORNAL A FOLHA DE VENDA NOVA O PREMIO DESTAQUE DE CULTURA EM VENDA NOVA DE 1990 EM ELEIÇÃO UNÂNIME FEITA NA COMUNIDADE

8º

Por parte do S. M. C. assistiu a várias reuniões M^a Lucia encarregada pela secretaria de acompanhar as manifestações culturais da região.

Huíamos pensado no prosseguimento do projeto de várias maneiras, convênio com faculdades, utilizando estagiários,

ao ser resolvido que a pesquisa seria paga pelo S. M. C. a mesma solicitou a C. H. que indicasse um pesquisador.

Dentre os membros da comissão quem tinha gosto para tanto era M^s Judite Santos, que indicou Eduardo Franca

do Inscrição Pesquisas Históricas já conhecido por seu trabalho de pesquisas no A. P. M. sobre Ouro Preto.

ANEXO VIII – O símbolo adotado pelo Culturarte , um ônibus como referência a uma das grandes dificuldades da região, o transporte público.

